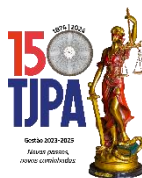




PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



SERVIÇO DE LICITAÇÕES

DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

TJPA – EDITAL DO PE 029/2026 (90029/2026) –

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, com o fornecimento de uniformes e o emprego dos equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA

0004593-19.2026.8.14.0900

Para participar, é essencial conhecer os normativos internos do TJPA.

INSTRUÇÕES
NORMATIVAS
TJPA



Endereço do Serviço de Licitações:
Av. Almirante Barroso, corredor principal, sala T 123.
Retire o edital e acompanhe esta licitação
e seus atos, via **www.comprasnet.gov.br**



CONTATO

licitacao@tjpa.jus.br
(91) 3205-3257

← Portal de
Licitações do
TJPA



**SERVIÇO DE
LICITAÇÕES**
DA SECRETARIA
DE ADMINISTRAÇÃO

VITRINE – MURAL



OBJETO E DATA DE ABERTURA

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, com o fornecimento de uniformes e o emprego dos equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

DATA DE ABERTURA: 03/07/2026

HORÁRIO: 10:00

LOCAL: <https://www.gov.br/compras/pt-br/>



CRITÉRIO PARA LANCE, TIPO E MODO DE DISPUTA

CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor
preço do grupo

TIPO: Menor Preço

MODO DE DISPUTA: Aberto



NÚMERO DO PROCESSO E CÓDIGO UASG

0004593-19.2026.8.14.0900
UASG: 925942



PRAZO PARA ENVIO DA PROPOSTA

PRAZO: 24 horas após
solicitação do agente de
contratação



VALOR ESTIMADO

VALOR GLOBAL DO CERTAME (incluído itens
eventuais não passíveis de disputa): R\$ 16.219.801,44

VALOR CADASTRADO NO COMPRASGOV: R\$
13.429.369,44



LICITAÇÃO PARA REGISTRO DE PREÇOS

[] SIM [X] NÃO



REQUISITOS DE HABILITAÇÃO

JURÍDICA: Item 8.19

FISCAL e TRABALHISTA:
Item 8.20

ECONÔMICA: Item 8.21

TÉCNICA: Item 8.22



PEDIDOS DE ESCLARECIMENTOS E IMPUGNAÇÕES

PRAZO: Até às 23h59min
do dia 30/06/2026

FORMA: via email:
licitacao@tjpa.jus.br



INFORMAÇÕES GERAIS

**GARANTIA – ITEM 5.10., DO
TERMO DE REFERÊNCIA.**

A garantia, realizada via seguro-garantia, deve ser prestada no prazo mínimo de 1 (um) mês, contado da data de homologação da licitação e anterior à assinatura do contrato.



Sustentabilidade

LICITAÇÃO COM REQUISITOS DE SUSTENTABILIDADE SOCIAL



REABILITADOS E PORTADORES DE DEFICIÊNCIA

Considerando o que dispõe o artigo 93 da Lei nº 8.213/1991, a contratada que possui 100 ou mais empregados está obrigada a preencher o seu quadro de pessoal com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou portadores de deficiência habilitados, no percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do total de cargos disponíveis, na seguinte proporção:

I – Até 200 empregados 2%;

II – De 201 a 500 3%;

III – De 501 a 1.000 4%;

IV – De 1.001 em diante 5%.



Considera-se a porcentagem sobre o número de empregados que a contratada possui e não sobre o total de postos de serviços previstos no Termo de Referência.



MULHERES EM CONDIÇÃO DE ESPECIAL VULNERABILIDADE ECONÔMICO- SOCIAL

Considerando que o Termo de Referência prevê um total de 43 (quarenta e três) postos de serviços, a contratada deverá garantir que, no mínimo, 5% (cinco por cento) do total dos postos de trabalho, sejam preenchidos por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, conforme estabelecido no art. 3º da Resolução Nº 497/2023, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e Portaria nº 513/2025, que dispõe, no âmbito do TJPA, sobre a reserva de vagas destinadas às mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social nas contratações de sua competência e regulamenta as ações de equidade entre homens e mulheres como critério de desempate em processos licitatórios, concretizando assim a promoção do desenvolvimento nacional sustentável, disposto no inciso IV do art. 11 da Lei 14.133/2021, bem como o que dispõem os objetivos de desenvolvimento sustentável (ODS) n.º 08 e 10 da Agenda 2030 da ONU. Portanto, deverá comprovar o emprego de mão de obra formada por 3 (três) mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social.

Na hipótese do não preenchimento dessa cota, observado o disposto no subitem 10.3.16 do TR, assegurar que as vagas remanescentes sejam revertidas para as demais mulheres trabalhadoras, conforme incisos II a VI do art. 2º, Resolução nº 497/2023. A CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas e, por conseguinte, assegurar que as vagas remanescentes sejam revertidas para as demais mulheres trabalhadoras na forma da Lei.

 CLÁUSULA DE PARIDADE DE GÊNERO	<p>Considerando a Resolução nº 255/2018 e Resolução nº 540/2023, ambas do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que trata da Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina, nos contratos administrativos desta Corte que envolvam a Dedicção Exclusiva de Mão de Obra (DEMO), deverá ser inserida a cláusula de paridade de gênero, bem como a necessidade de medidas de fiscalização para garantir a manutenção dessa paridade. De acordo com o disposto no art. 2º, inciso VI, § 7º, da Resolução nº 255/2018, incluída pela Resolução nº 540/2023, recomenda-se que nos contratos DEMO seja observada, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres por função, com uma perspectiva interseccional de raça e etnia, assegurando que, no mínimo, 50% das vagas sejam ocupadas por mulheres.</p> <p>Art. 2º Os órgãos do Poder Judiciário observarão, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres, com perspectiva interseccional de raça e etnia, proporcionando a ocupação de, no mínimo, 50% de mulheres, em:</p> <p>[...]</p> <p>VI – Contratação de empresa prestadora de serviço terceirizado, considerando cada função do contrato, ressalvados os editais em andamento.</p> <p>[...]</p> <p>§ 7º A observância da paridade de gênero, por função, nos contratos de serviço terceirizado não poderá resultar na redução do percentual total de mulheres no contrato e poderá ser flexibilizada quanto às funções insalubres e com jornada noturna.</p>
 PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL	<p>DISPENSADO: A aplicação da política de reserva foi tecnicamente afastada neste caso, conforme § 2º do art. 2º da Portaria nº 517/2025 do TJPA, com base em análise de risco elaborada pela equipe de planejamento e no parecer técnico da Coordenadoria Militar, homologado pelo Secretário de Administração do TJPA, constante no expediente SEI nº 0037370-91.2025.8.14.0900, fundamentado no art. 9º da mesma Portaria.</p> <p>A dispensa deve-se à natureza estratégica e sensível das atividades contratadas, que exigem elevado grau de responsabilidade, sigilo e segurança institucional.</p>

Sumário

1. PREÂMBULO.....	6
2. DO OBJETO	8
3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO.....	9
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO	12
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA	15
6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES.....	17
7. DA FASE DE JULGAMENTO	21
8. DA FASE DE HABILITAÇÃO	26
9. DO TERMO DE CONTRATO.....	31
10. DOS RECURSOS	32
11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.....	33
12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO.....	36
13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.....	37



1. PREÂMBULO

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ –TJPA, CNPJ nº. 04.567.897/0001-90, por intermédio da pessoa designada como Agente de Contratação, nos termos da Portaria nº. 004/2025-SA publicada na edição do Diário Oficial do Estado de 02 de setembro de 2025, torna público, que fará realizar licitação na modalidade **PREGÃO**, na forma **ELETRÔNICA**, nos termos da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, da Instrução Normativa nº 001/2023/TJPA de 15 de setembro de 2023, da Instrução Normativa nº 002/2024/TJPA de 17 de maio de 2024, da Portaria nº 016/2023 – SA/TJPA e demais legislações aplicáveis e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. **FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:** Observado o prazo legal, as empresas interessadas poderão formular consultas pelo e-mail: licitacao@tjpa.jus.br, informando sempre o número do pregão e seu objeto.

1.2. **REFERÊNCIA DE TEMPO:** Todas as referências de tempo utilizadas pelo sistema obedecerão rigorosamente ao horário de Brasília/DF.

1.3. **FONTE DE RECURSOS:**

Dotação	: 2026/208 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	737.929,20
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL		
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)		
Dotação	: 2026/222 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	1.514.821,00
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL		
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)		
Dotação	: 2027/208 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado :	1.771.030,08
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau		
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA		
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC		
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]		
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL		
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)		

Dotações utilizadas pelo Pedido :		
Dotação	: 2027/222 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado : 3.635.570,40
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL	
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)	
Dotação	: 2028/208 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado : 1.771.030,08
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL	
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)	
Dotação	: 2028/222 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado : 3.635.570,40
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL	
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)	
Dotação	: 2029/208 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado : 1.033.100,88
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8193 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL	
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)	
Dotação	: 2029/222 - Fundo de Reaparelhamento do Judiciário - 040102	Valor Utilizado : 2.120.749,40
Programa de Trabalho	: 04.102.02.122.1421.8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - Apoio Indireto à Atividade	
Elemento de Despesa	: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCACAO DE MAO-DE-OBRA	
Fonte de Recurso	: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC	
Destinação	: 1800000 - Livre [SIAFE 0000.18.000000]	
Rubrica Item	: 3.3.90.37.01.00.00.00 - APOIO ADMIN.TECNICO E OPERACIONAL	
Item de Despesa	: 2220 - Contrato de motorista e motociclista (SEADM)	

1.4. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será remarcada automaticamente e terá início somente após comunicação via sistema aos participantes no sítio eletrônico oficial <https://www.gov.br/compras/pt-br>.



2. DO OBJETO

2.1. O objeto do presente pregão eletrônico é a **contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, com o fornecimento de uniformes e o emprego dos equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no termo de referência, Anexo I deste edital.

2.1.1. A licitação será realizada em **lote único**, formados por **05 itens**, conforme tabela constante no Termo de Referência, devendo o licitante oferecer proposta para todos os itens que o compõem.

2.1.2. Em caso de divergência existente entre as especificações do objeto descritas no Portal de Compras do Governo Federal e as especificações constantes deste edital, prevalecerão as últimas.



3. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

3.1. Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiverem previamente credenciados no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

3.1.1. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

3.2. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluía a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.3. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.4. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

3.5. **Nesta licitação não haverá a concessão de tratamento diferenciado para as entidades preferenciais na forma prevista na Lei Complementar 123/2006, uma vez que o valor estimado da contratação supera o valor da receita bruta máxima admitida para fins de enquadramento como empresa de pequeno porte, consoante o disposto no Inciso I, § 1º, do Art. 4º da Lei 14.133/2021.**

3.6. Não poderão disputar esta licitação:

3.6.1. aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

3.6.2. autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

3.6.3. empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

3.6.4. pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

3.6.4.1. tenham sido declaradas inidôneas para licitar ou contratar por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública direta ou indireta federal, estadual, municipal ou distrital, tendo por fundamento o art. 87, IV, da Lei nº 8.666/1993 ou o art. 156, IV, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.4.2. estejam impedidas de licitar e contratar com o Estado, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e/ou do art. 156, III, da Lei nº 14.133/2021;

3.6.4.3. tenham sido punidas com a suspensão do direito de licitar ou contratar com o Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nos termos do art. 87, III, da Lei nº 8.666/1993;

3.6.5. constituam sociedades integrantes de um mesmo grupo econômico, assim entendidas aquelas que tenham diretores, sócios ou representantes legais comuns, ou que utilizem recursos materiais, tecnológicos ou humanos em comum, exceto se demonstrado que não agem representando interesse econômico em comum;

3.6.6. aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

3.6.7. empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

3.6.8. pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

3.6.9. agente público do órgão ou entidade licitante;

3.6.10. pessoas jurídicas reunidas em consórcio ou sociedades cooperativas;

3.6.11. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

3.6.12. Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021.

3.7. O impedimento de que trata o item 3.6.2 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

3.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 3.6.2 e 3.6.3. poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do

contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

3.9. O disposto nos itens 3.6.2 e 3.6.3 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

3.10. A vedação de que trata o item 3.6.9 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.



4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço ou percentual de desconto, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço, observado o disposto nos itens 8.1.1 e 8.8.1 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1. está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta apresentada compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2. não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.4.3. não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.4.4. cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, de acordo com o art. 93 da Lei nº 8213/1991. A comprovação será realizada mediante consulta à certidão emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

4.5.1. Da análise da documentação apresentada, poderão ser identificadas as seguintes situações:

4.5.1.1. Caso seja comprovado o cumprimento das exigências legais, o licitante será considerado habilitado para prosseguir no certame.

4.5.1.2. Na hipótese de descumprimento ou ausência da comprovação, o Tribunal de Justiça notificará o licitante para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogável por igual período, mediante justificativa e a critério da administração, apresente a Certidão atualizada que demonstre a regularidade no cumprimento da reserva de cargos.

4.5.1.3. O não atendimento ao disposto no item 4.5.1.2. no prazo estabelecido implicará a inabilitação do licitante, conforme previsão contida na legislação vigente.

4.6. A falsidade de qualquer declaração ou documento sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e neste Edital.

4.7. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e lances e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.8. Não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de abertura da sessão pública e da fase de envio de lances.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem a proposta dos licitantes convocados para apresentação de propostas, após a fase de envio de lances.

4.10. Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu valor final mínimo quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

4.10.1. a aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores ou de percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta; e

4.10.2. os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

4.11. O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, sendo vedado:

4.11.1. valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço; e

4.11.2. percentual de desconto inferior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por maior desconto.

4.12. O valor final mínimo parametrizado na forma do item 4.11 possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

4.13. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.14. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.



5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.1.1. O licitante **NÃO** poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo I do Termo de Referência;

5.2. Os preços ofertados na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.3. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.3.1. No regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, a cotação adequada será a que corresponde à média das alíquotas efetivamente recolhidas pela empresa, comprovada, a qualquer tempo, por documentos de Escrituração Fiscal Digital da Contribuição (EFD-Contribuições) para o PIS/PASEP e COFINS dos últimos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, ou por outro meio hábil.

5.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente

5.5. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.6. A proposta deverá contemplar:

5.6.1. Os quantitativos de motoristas descritos no item 2 do Termo de Referência.

5.6.2. Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência, incluindo-se, dentre outras, as seguintes informações:

5.6.2.1. A indicação dos sindicatos, acordos coletivos, convenções coletivas ou sentenças normativas que regem a categoria profissional que executará o serviço e a respectiva data base e vigência, com base na Classificação Brasileira de Ocupações – CBO.

5.6.2.2. A quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual;

5.6.2.3. Os custos mínimos relevantes e demais informações referentes aos benefícios trabalhistas encontram-se definidos no Termo de Referência.

5.7. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada, podendo haver alterações posteriores, desde que devidamente justificadas e aceitas pela Administração.

5.7.1. As alterações posteriores deverão atender aos requisitos mínimos exigidos em edital e obedecer aos princípios básicos licitatórios.

5.8. A empresa deverá enviar, juntamente com a proposta, a Planilha de Custos e Formação de Preços devidamente preenchida, nos formatos PDF e XLS, contendo a descrição detalhada dos custos unitários e totais de cada item, de forma a comprovar a exatidão dos valores ofertados, conforme exigido pelo edital.

5.9. Para a elaboração da proposta, devem ser observadas as condições para a composição de todos os custos envolvidos, em conformidade com a Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativos – Anexo I do Termo de Referência, bem como a memória de cálculo constante no Esclarecimentos técnicos a serem considerados na construção da Planilha - Anexo I do Termo de Referência.

5.10. O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.11. Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos no Termo de Referência.

5.12. Os licitantes não podem majorar os preços unitários por eles oferecidos na fase de lances, portanto, devem ter segurança do valor ofertado quando da formulação dos lances.

5.13. Deverá constar da proposta de preços enviada pelo licitante, após a fase de lances, os valores de todos os itens da presente licitação, assim como o valor fixo contingencial das diárias, das horas extras e do adicional noturno, constante do Termo de Referência, Anexo I deste edital. **Vale destacar que o valor contingencial dos referidos itens eventuais não fará parte do valor cadastrado no comprasnet, e não deverá integrar os valores disputados na fase de lances, porém, de forma invariável deverá constar na proposta final de preços.**

5.14. Para efeito exclusivamente de disputa no sistema comprasgov o licitante deverá ofertar o lance considerando o valor global do lote único, sem os itens eventuais. Contudo, para efeito de apresentação da proposta devem ser discriminados os valores dos itens que compõe o lote único, bem como o valor dos itens eventuais (custos contingenciais), conforme quadro resumo de postos e respectivos quantitativos e valores, contido no anexo 01 do Termo de Referência.



6. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

- 6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.
- 6.2. Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta ou os documentos de habilitação, quando for o caso, anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.
- 6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o agente de contratação e os licitantes.
- 6.4. Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.
- 6.5. O lance deverá ser ofertado pelo valor unitário do item.
- 6.6. Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.
- 6.7. O licitante somente poderá oferecer lance **de valor inferior ou percentual de desconto superior** ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema. Tal regra também alcança os valores unitários, que não poderão ser majorados após a fase de lances.
- 6.8. O intervalo mínimo de diferença de valores ou percentuais entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de **0,25% (vinte e cinco centésimos por cento)**.
- 6.9. O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.
- 6.10. O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado.
- 6.11. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.
- 6.11.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.
- 6.11.2. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.11.3. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.11.4. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.11.5. Após o reinício previsto no item supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.12. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto e fechado”, os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com lance final e fechado, quando for o caso.

6.12.1. A etapa de lances da sessão pública terá duração inicial de quinze minutos. Após esse prazo, o sistema encaminhará aviso de fechamento iminente dos lances, após o que transcorrerá o período de até dez minutos, aleatoriamente determinado, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.12.2. Encerrado o prazo previsto no subitem anterior, o sistema abrirá oportunidade para que o autor da oferta de valor mais baixo e os das ofertas com preços até 10% (dez por cento) superiores àquela possam ofertar um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo.

6.12.3. No procedimento de que trata o subitem supra, o licitante poderá optar por manter o seu último lance da etapa aberta, ou por ofertar melhor lance.

6.12.4. Não havendo pelo menos três ofertas nas condições definidas neste item, poderão os autores dos melhores lances subsequentes, na ordem de classificação, até o máximo de três, oferecer um lance final e fechado em até cinco minutos, o qual será sigiloso até o encerramento deste prazo

6.12.5. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.13. Caso seja adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “fechado e aberto”, poderão participar da etapa aberta somente os licitantes que apresentarem a proposta de menor preço/ maior percentual de desconto e os das propostas até 10% (dez por cento) superiores/inferiores àquela, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, até o encerramento da sessão e eventuais prorrogações.

6.13.1. Não havendo pelo menos 3 (três) propostas nas condições definidas no item 6.13, poderão os licitantes que apresentaram as três melhores propostas, consideradas as empatadas, oferecer novos lances sucessivos.

6.13.2. A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

6.13.3. A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

6.13.4. Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

6.13.5. Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o agente de contratação, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

6.13.6. Após o reinício previsto no subitem supra, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

6.14. Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

6.15. Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

6.16. No caso de desconexão com o agente de contratação, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

6.17. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o agente de contratação persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo agente de contratação aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.18. Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

6.19. Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

6.19.1. Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021, nesta ordem:

6.19.1.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

6.19.1.2. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.19.1.3. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, nos termos indicados na IN nº 01/2023 – PJPA, publicada em 15 de setembro de 2023.

6.19.2. Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.19.2.1. empresas estabelecidas no Estado do Pará;

6.19.2.2. empresas brasileiras;

6.19.2.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.19.2.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.

6.19.3. Caso persista o empate, o desempate se dará por sorteio.

6.20. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o agente de contratação poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.

6.20.1. Tratando-se de licitação em grupo, a contratação posterior de item específico do grupo exigirá prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão e serão observados os preços unitários máximos constantes do Anexo I – Termo de Referência como critério de aceitabilidade.

6.21. Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.

6.22. A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.23. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.24. O resultado da negociação será divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos do processo licitatório.

6.25. O agente de contratação solicitará ao licitante melhor classificado que, **no prazo de 24 (vinte e quatro) horas**, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, discriminando os valores mensal, anual e total de cada posto e o valor total da proposta, acompanhada das planilhas de custos e formação de preços, formulada de acordo com o termo de referência e seus anexos (Anexo I do edital), acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

6.25.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

6.25.2. Nos casos em que não foi possível fazer a comunicação via chat, o licitante deverá apresentar suas justificativas e comprovações por meio do seguinte endereço eletrônico: licitacao@tjpa.jus.br.

6.26. Após a negociação do preço, o agente de contratação iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.



7. DA FASE DE JULGAMENTO

7.1. Encerrada a etapa de negociação, o agente de contratação verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no item 3.6. do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

7.1.1. SICAF;

7.1.2. Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

7.1.3. Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

7.2. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o [artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992](#).

7.3. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o agente de contratação diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas. ([IN nº 3/2018, art. 29, caput](#))

7.3.1. A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros. ([IN nº 3/2018, art. 29, §1º](#)).

7.3.2. O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.3.3. Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.4. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

7.5. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se valido da aplicação da margem de preferência, o Agente de Contratação verificará se o licitante faz jus ao benefício aplicado.

7.6. Caso o licitante não venha a comprovar o atendimento dos requisitos para fazer jus ao benefício da margem de preferência, as propostas serão reclassificadas, para fins de nova aplicação da margem de preferência.

7.7. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o agente de contratação examinará a proposta classificada em primeiro

lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, inclusive com os valores propostos pelo próprio licitante na fase de lances;

7.8. Em se tratando de prestação de serviços com mão de obra em regime de dedicação exclusiva, a fim de assegurar o tratamento isonômico entre as licitantes, informa-se que:

7.9. A remuneração dos profissionais, bem como os demais benefícios, não poderá ser inferior aos estabelecidos em Sentença Normativa, Lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho a qual esteja vinculada a atividade econômica preponderante da Contratada.

7.10. Para a presente contratação não serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) vencimento base inferior ao orçado pela Administração para o item de salário, que terá como paradigma a Convenção Coletiva da Mão de Obra nº PA000396/2025 ou a Convenção de Mão de Obra que estiver em vigor na data da abertura do procedimento licitatório, bem como o Acórdão nº 1207/2024, de 19/06/2024, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União.

7.11. Para efeito de Composição de Custo e Formação de Preços para o Vale Transporte, deverá ser considerado o valor praticado na cidade de Belém/PA, para todos os municípios do Estado do Pará, à razão de 22 dias trabalhados durante o mês, conforme legislação pertinente em vigor.

7.12. A CONTRATADA deverá conceder a todos os seus funcionários, o Vale Alimentação ou Ticket Alimentação no valor definido pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, que será devido por cada dia efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o 10º (décimo) dia de cada mês.

7.13. A LICITANTE deverá apresentar, juntamente com a Planilha de Custos, a proposta atualizada referente a futura prestadora dos serviços de saúde, contendo os valores vigentes na data da abertura da licitação, cujos valores e localidades deverão ser coincidentes com o apresentado na Planilha de Custos e Formação de Preços.

7.14. Devem ser obedecidas todas as demais condições descritas no Termo de Referência.

7.15. Será desclassificada a proposta vencedora que:

7.15.1. conter vícios insanáveis;

7.15.2. não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

7.15.3. apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

7.15.4. não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

7.15.5. apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

7.15.6. O agente de contratação poderá promover diligência destinada a embasar sua decisão no que tange ao julgamento da melhor proposta, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.15.7. Havendo falhas na proposta, o agente de contratação deverá empreender diligências para a sua correção e/ou saneamento, de modo que a desclassificação da proposta somente será cabível se os vícios porventura existentes forem insanáveis, observando-se, para tanto, o disposto no inciso III do art. 12 da Lei nº 14.133/2021.

7.15.8. Se houver indícios de inexecuibilidade relativa da proposta, o agente de contratação deverá assegurar à licitante a oportunidade de demonstração e comprovação da viabilidade financeira e econômica da oferta.

7.15.9. Havendo indício de inexecuibilidade, serão instauradas tantas diligências quantas forem necessárias para que as LICITANTES ofertantes possam comprovar sua exequibilidade e/ou para que as áreas competentes tenham segurança suficiente para decidir por sua classificação ou desclassificação, admitindo a complementação de informações e a juntada posterior de documentos complementares à proposta.

7.16. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

7.16.1. A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o caput, só será considerada após diligência do agente de contratação, que comprove:

7.16.2. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

7.16.3. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

7.17. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

7.18. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta ofertada na fase de lances ou negociada, sob pena de não aceitação da proposta.

7.19. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.19.1. Na análise da Planilha de Custos e Formação de Preços, o agente de contratação, com apoio da equipe de planejamento e dos setores técnicos competentes, verificará a observância dos custos mínimos relevantes definidos pela

Administração, especialmente salário-base, auxílio-alimentação, plano de saúde, vale-transporte, adicionais legais, encargos trabalhistas, previdenciários e demais benefícios obrigatórios ou essenciais previstos no Termo de Referência, na convenção coletiva paradigma e na norma coletiva indicada pela licitante.

7.19.2. Quando a licitante utilizar acordo, convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo diverso daquele adotado pela Administração como paradigma, deverá demonstrar a compatibilidade da norma coletiva indicada com o seu enquadramento sindical, atividade econômica preponderante e base territorial da prestação dos serviços.

7.19.3. A proposta que não contemplar os custos mínimos relevantes definidos pela Administração, ou que apresentar inconsistências capazes de comprometer a exequibilidade da execução contratual, poderá ser objeto de diligência, ajuste de planilha ou desclassificação, conforme o caso, observados o contraditório, a legislação aplicável e as regras deste Edital.

7.20. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

7.21. No caso de serviços com dedicação exclusiva de mão-de-obra, o licitante deverá entregar junto com sua proposta de preços, os seguintes documentos:

7.22. declaração informando o enquadramento sindical da empresa, a atividade econômica preponderante e a justificativa para adoção do instrumento coletivo do trabalho em que se baseia sua proposta;

7.23. cópia da carta ou registro sindical do sindicato a qual ele declara ser enquadrado, em razão do regramento do enquadramento sindical previsto na CLT ou por força de decisão judicial;

7.24. cópia do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante para a elaboração da planilha de custos e formação de preços que embasam o valor global ofertado; e

7.25. declaração de que se responsabiliza nas situações de ocorrência de erro no enquadramento sindical, ou fraude pela utilização de instrumento coletivo incompatível com o enquadramento sindical declarado ou no qual a empresa não tenha sido representada por órgão de classe de sua categoria, que daí tenha resultado vantagem indevida na fase de julgamento das propostas, sujeitando a contratada às sanções previstas no art. 156, incisos III e IV, da Lei nº 14.133, de 2021;

7.26. Na hipótese dos postos de trabalho licitados se distribuírem por território correspondente a mais de uma base sindical da categoria profissional, deverão ser informadas cada uma das normas coletivas utilizadas para o cálculo do custo individual dos postos, a partir da base territorial de cada sindicato.

7.27. O agente de contratação, com apoio da equipe de planejamento da contratação e demais setores competentes, realizará a verificação da observância da proposta classificada provisoriamente em primeiro lugar quanto

aos custos unitários mínimos relevantes estabelecidos pela Administração, além dos demais aspectos ligados à conformidade da proposta ao objeto licitado e à compatibilidade do preço.

7.28. O agente de contratação concederá o prazo de no mínimo duas horas para readequação da proposta quando esta não observar os custos unitários mínimos relevantes, sob pena de desclassificação, na forma da Instrução Normativa nº 73, de 30 de setembro de 2022.

7.29. O agente de contratação, com apoio da equipe de planejamento da contratação e demais setores competentes, deve verificar se as previsões do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicados pela Administração estão sendo contempladas na Planilha de Custos e Formação de Preços, em especial, quando o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado pelo licitante for diferente da norma coletiva paradigma utilizada pela Administração.

7.30. Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador, na hipótese de que o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo indicado pelo licitante estabelecerem valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos do Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo utilizado como paradigma.



8. DA FASE DE HABILITAÇÃO

8.1. Os documentos previstos no Termo de Referência, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.1.1. A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

8.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

8.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

8.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

8.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia ou por outro meio admitido pela administração.

8.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

8.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

8.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

8.8.1. O Tribunal de Justiça do Estado do Pará adota a política de preenchimento mínimo obrigatório de cargos com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de

deficiência, habilitadas, de acordo com o item 4.5. e seguintes do presente instrumento convocatório.

8.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

8.10. A habilitação será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.

8.10.1. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir. (IN nº 3/2018, art. 4º, §1º, e art. 6º, §4º).

8.11. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados. (IN nº 3/2018, art. 7º, *caput*).

8.11.1. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação. (IN nº 3/2018, art. 7º, parágrafo único).

8.12. A verificação pelo agente de contratação, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

8.12.1. Os documentos exigidos para habilitação que **não** estejam contemplados no SICAF serão enviados por meio do sistema, em formato digital, preferencialmente em **PDF e arquivo único**, no prazo de, no mínimo, duas horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do agente de contratação.

8.12.2. **É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.**

8.12.3. Na hipótese de a fase de habilitação anteceder a fase de apresentação de propostas e lances, os licitantes encaminharão, por meio do sistema, simultaneamente os documentos de habilitação e a proposta com o preço ou o percentual de desconto, observado o disposto no § 1º do art. 36 e no § 1º do art. 39 da Instrução Normativa SEGES nº 73, de 30 de setembro de 2022.

8.13. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64, e IN 73/2022, art. 39, §4º):

8.13.1. complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e documentos que deixaram de ser apresentados, desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

8.13.2. atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

8.14. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.15. Na análise dos documentos de habilitação, o agente de contratação poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

8.16. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o agente de contratação examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 8.13.1.

8.17. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

8.18. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8.19. Habilitação jurídica:

8.19.1. No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

8.19.2. Em se tratando de microempreendedor individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

8.19.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

8.19.4. Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

8.19.5. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

8.19.6. No caso de cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971;

8.19.7. No caso de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País: decreto de autorização;

8.19.8. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

8.20. Regularidade fiscal e trabalhista:

8.20.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.20.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

8.20.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.20.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a justiça do trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.20.5. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.20.6. Caso o licitante seja considerado isento dos tributos estaduais/municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante declaração da Fazenda Estadual/Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

8.21. Qualificação Econômico-Financeira:

8.21.1. Conforme subitem 14.8.2. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.22. Qualificação Técnica:

8.22.1. Conforme Item 14.8.1. do Termo de Referência – Anexo I do edital.

8.23. O(A) agente de contratação deverá diligenciar para esclarecer ou complementar a instrução processual, inclusive com a inclusão de documentos novos que venham a comprovar condição preexistente à abertura da sessão pública do certame.

8.23.1. A diligência se aplica tanto a documentos que deixaram de ser apresentados quanto a documentos que foram apresentados com data de validade expirado.

8.23.2. Não serão aceitos documentos novos sem a devida constatação da pré-existência de condição ao tempo da abertura da licitação.

8.23.3. A condição para aceitação de documentos novos é a inequívoca demonstração de fatos existentes à época da abertura do certame.

8.24. A apresentação de documentos complementares ou substitutivos será realizada nos termos do item 8.25 e, findo o prazo assinalado sem o envio da nova documentação, restará preclusa essa oportunidade conferida ao licitante, implicando sua inabilitação.

8.25. Caso seja necessário, para fins de confirmação, complementação, esclarecimento ou saneamento da documentação de habilitação, ou, ainda, nas hipóteses admitidas no item 8.24, o agente de contratação, a título de diligência, poderá solicitar à licitante o envio de documentação complementar, por meio do campo de “anexos” do sistema.

8.26. O prazo para envio dos documentos é de, no mínimo, 02 (duas) horas, a contar da convocação pelo sistema, podendo tal prazo ser alargado motivadamente pelo agente de contratação a depender das circunstâncias ou, havendo justo motivo, mediante solicitação formal de prorrogação por parte da licitante.

8.26.1. É facultado ao agente de contratação prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita pelo licitante, antes de finalizado o prazo.

8.27. Em caso de não envio dos documentos complementares no prazo indicado ou expirada eventual prorrogação concedida pelo agente de contratação, a licitante será inabilitada e sujeitar-se-á às sanções previstas neste edital.

8.28. O TJPA poderá realizar tantas diligências que se fizerem necessárias para sanar dúvidas a respeito de documentos já apresentados. Contudo, em se tratando de novo(s) documento (s), que comprove(m) condição pré-existente, serão concedidas 2 (duas) oportunidades.



9. DO TERMO DE CONTRATO

9.1. Após a homologação e adjudicação, sendo o caso de contratação, será formalizado o instrumento contratual ou outro instrumento equivalente, nos termos deste Edital e do Termo de Referência.

9.2. A Administração convocará o adjudicatário para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada de instrumento equivalente, devendo atendê-la no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados do recebimento da convocação, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas neste Edital e na legislação vigente.

9.3. A convocação para assinatura do instrumento contratual ou para aceitação ou retirada do instrumento equivalente dar-se-á, preferencialmente, por meio eletrônico, mediante envio ao endereço eletrônico informado pelo adjudicatário e/ou constante de seu cadastro, podendo compreender:

- a) link para realização de cadastro no Sistema Eletrônico de Informações – SEI, quando ainda não possuir acesso;
- b) link para assinatura eletrônica do instrumento contratual, após a efetivação do cadastro, quando cabível; e
- c) orientações para aceitação ou retirada do instrumento equivalente, quando for o caso.

9.4. O prazo previsto no item 9.2 abrange:

- a) a realização do cadastro no SEI, quando cabível; e
- b) a assinatura eletrônica do instrumento contratual ou a aceitação ou retirada do instrumento equivalente.

9.5. O não atendimento à convocação no prazo estabelecido, inclusive quanto à realização do cadastro no SEI, quando exigido, será considerado recusa injustificada à contratação.

9.6. O prazo previsto no item 9.2 poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação justificada do adjudicatário, apresentada durante o seu transcurso, e desde que aceita pela Administração.

9.7. Na hipótese de o adjudicatário não assinar o termo de contrato, nem aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo e nas condições estabelecidas, a Administração poderá convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a celebração do contrato nas condições propostas pelo licitante vencedor, observada a verificação da manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital.

9.8. Previamente à assinatura do instrumento contratual, será verificada a manutenção das condições de habilitação e contratação exigidas neste Edital, as quais deverão ser mantidas durante toda a vigência contratual.

9.9. O prazo de vigência da contratação será aquele definido no Termo de Referência.



10. DOS RECURSOS

10.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.2. O prazo recursal é de 03 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

10.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

10.3.1. a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

10.3.2. o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 20 (vinte) minutos.

10.3.3. o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

10.3.4. na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

10.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

10.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 03 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

10.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 03 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

10.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.



11. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

12.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

12.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo(a) pregoeiro(a) durante o certame;

12.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

12.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

12.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

12.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;

12.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

12.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

12.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração.

12.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação.

12.1.5. fraudar a licitação.

12.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

12.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

12.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

12.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

12.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

12.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

12.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários, as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

12.2.1. Advertência:

12.2.2. Multa:

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar:

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade:

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. as peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.4. As multas serão estabelecidas conforme especificado no item 18 do Termo de Referência e recolhidas no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

12.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

12.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

12.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.**

12.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens **12.1.4, 12.1.5, 12.1.6, 12.1.7 e 12.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens **12.1.1, 12.1.2 e 12.1.3** que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.**

12.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item **12.1.3**, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades cabíveis.

12.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 02 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

12.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 05 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

12.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

12.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

12.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.



12. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

12.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133, de 2021, devendo protocolar o pedido até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

12.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 03 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

12.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, **por meio do seguinte endereço eletrônico: licitação@tjpa.jus.br.**

12.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

12.4.1. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.



13. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 13.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.
- 13.2.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.
- 13.3.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.
- 13.4.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.
- 13.5.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.
- 13.6.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.
- 13.7.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.
- 13.8.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.
- 13.9.** O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.tjpa.jus.br/PortalExterno/institucional/Coordenadoria-de-Convenios-e-Contratos/409290-licitacoes.xhtml>.
- 13.10.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:
- 13.10.1.** ANEXO I - Termo de Referência e seus anexos
- 13.10.2.** ANEXO II – Minuta do Termo de Contrato

Belém, 18 de junho de 2026.

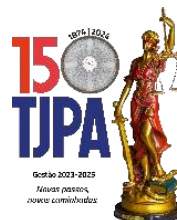
MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça
do Estado do Pará



TERMO DE REFERÊNCIA
DIVISÃO DE TRANSPORTES
Nº 001 – VERSÃO 003

Objeto: Contratação de Pessoa Jurídica especializada na prestação de serviços de condução de veículos com o fornecimento de uniformes e o emprego de equipamentos necessários à execução dos serviços, conforme condições, quantidades e requisitos estabelecidos neste Termo de Referência.

Processo SEI nº 0004593-19.2026.8.14.0900



**MANUAL DAS
CONTRATAÇÕES**

**PLANO ANUAL
DE
CONTRATAÇÕES**

**TRIBUNAL DE
JUSTIÇA DO
ESTADO DO
PARÁ**



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 001 / 2023 TJPA**

**FASE DE
PLANEJAMENTO
DA
CONTRATAÇÃO**



**INSTRUÇÃO
NORMATIVA
Nº 002 / 2024 TJPA**

**FASE DE
SELEÇÃO DO
FORNECEDOR**



1. DEFINIÇÃO E NATUREZA DO OBJETO – art. 30, §1º, inciso I da IN nº 01/2023

1.1. Da definição

Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, com o fornecimento de uniformes e o emprego dos equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, **sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra**, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

1.2. Da natureza – Escolher uma das opções abaixo:

☐ Fornecimento / Aquisição de bens

☒ Contratação de serviços

☒ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços de arquitetura/engenharia

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

☐ Contratação de serviços especiais

☐ Natureza contínua com mão de obra exclusiva

☐ Natureza contínua sem mão de obra exclusiva

☐ Natureza não contínua

1.3. O objeto é especificado como bem "de luxo"? - Portaria nº 2.029/2023-GP (TJPA)

☒ Não

☐ Sim

Justificativa: O objeto da presente contratação **não se enquadra como bem de consumo de qualidade de luxo**, nos termos da Portaria nº 2.029/2023-GP e do art. 20 da Lei nº 14.133/2021, uma vez que se trata de **contratação de serviços**, e não de aquisição de bens de consumo ostentatórios, opulentos ou de elevado grau de sofisticação.

Os eventuais insumos associados à execução do contrato, tais como **uniformes e equipamentos de uso funcional**, destinam-se exclusivamente ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sendo **compatíveis com a finalidade institucional**, dotados de padrões usuais de mercado, sem características de exclusividade, luxo ou refinamento excessivo, limitando-se ao nível de qualidade estritamente necessário para garantir a adequada prestação dos serviços, a segurança dos profissionais e a identificação funcional.

Assim, a contratação observa os princípios da **economicidade, eficiência e interesse público**, não havendo qualquer elemento que caracterize o objeto ou seus insumos como bens de luxo, nos termos da regulamentação vigente no âmbito do TJPA.

2. INDICAÇÃO DAS QUANTIDADES - art. 30, §1º, inciso II da IN nº 01/2023**LOTE ÚNICO****TABELA 1 – ITENS PRINCIPAIS (CUSTOS FIXOS)**

ITEM	CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (MENSAL) (R\$)	PREÇO TOTAL (12 MESES) (R\$)
01	20966	Prestação de serviço de condução de motocicleta, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	Posto	23	8.681,52	199.674,96	2.396.099,52
02	15008	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) até 6 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	Posto	10	7.820,94	78.209,40	938.512,80
03	15008	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 6 a 12 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	Posto	6	8.770,94	52.625,64	631.507,68
04	15008	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 15 a 20 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	Posto	3	11.016,41	33.049,23	396.590,76
05	25623	Encarregado de Serviços – dedicação exclusiva, atuação presencial no TJPA, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	Posto	1	9.478,81	9.478,81	113.745,72
Total Parcial				43		373.038,04	4.476.456,48

TABELA 2 – ITENS EVENTUAIS (CUSTOS CONTINGENCIAIS)

ITEM	CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	PREÇO TOTAL (MENSAL) (R\$)	PREÇO TOTAL (12 MESES) (R\$)
06	15008	Valor estimado para pagamento de diárias	Diária por servidor	31.000	372.000,00
07	15008	Valor estimado para pagamento de horas extras	Hora extra trabalhada	45.000	540.000,00
08	15008	Valor estimado para pagamento de adicional noturno	Hora noturna trabalhada	1.512,00	18.144,00
Total Parcial				77.512,00	930.144,00

Observação: Em caso de divergência entre a descrição dos serviços indicada no código CATMAT/CATSER do Compras.gov.br e a constante deste Termo de Referência, prevalecerá esta última.

TABELA 3 – SOMATÓRIO DE CUSTOS FIXOS E EVENTUAIS

DISCRIMINAÇÃO	PREÇO TOTAL (MENSAL) (R\$)	PREÇO TOTAL (12 MESES) (R\$)
TABELA 1 – ITENS PRINCIPAIS (CUSTOS FIXOS)	373.038,04	4.476.456,48
TABELA 2 – ITENS EVENTUAIS (CUSTOS CONTINGENCIAIS)	77.512,00	930.144,00
TOTAL GERAL DA CONTRATAÇÃO	450.550,04	5.406.600,48

- RESUMO FINANCEIRO DA CONTRATAÇÃO**

Descrição	Valor (R\$)
Total de previsão de execução no ano	R\$ 5.406.600,48
Prazo contratual previsto	36 meses
Total estimado da contratação (36 meses)	R\$ 16.219.801,44

3. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso III da IN nº 01/2023

3.1. Fundamentação:

A presente contratação decorre da necessidade de assegurar a continuidade, regularidade e eficiência dos serviços de condução de veículos automotores e motocicletas no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, os quais possuem caráter essencial, permanente e estratégico para o adequado funcionamento das atividades administrativas e jurisdicionais da instituição, sob a responsabilidade da Divisão de Transportes.

Os serviços de transporte institucional constituem elemento indispensável à logística do Tribunal, viabilizando o deslocamento de magistrados, servidores e equipes multidisciplinares, o transporte de documentos oficiais e bens patrimoniais, bem como o apoio às diligências judiciais e administrativas, sendo imprescindíveis para o cumprimento das atribuições institucionais do TJPA.

Essas atividades são desenvolvidas em um contexto de ampla dispersão geográfica, abrangendo unidades localizadas na capital, na região metropolitana e em diversas comarcas do interior do Estado do Pará, muitas delas situadas em localidades de difícil acesso e com elevada demanda operacional, circunstância que reforça a relevância pública e a criticidade dos serviços a serem contratados.

Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará não dispõe de quadro próprio de motoristas para a execução direta desses serviços, tendo em vista que o referido cargo foi extinto do quadro de servidores efetivos desde o ano de 2008, o que inviabiliza a execução direta do objeto pela Administração e torna necessária a contratação de empresa especializada.

Em razão da natureza contínua das atividades de transporte institucional, que demandam disponibilidade permanente, previsibilidade operacional e alocação estável de profissionais, evidencia-se a necessidade de adoção de modelo de contratação com dedicação exclusiva de mão de obra, capaz de assegurar a adequada prestação dos serviços, bem como a padronização, a observância das normas de segurança e a adequada apresentação funcional dos profissionais, mediante o fornecimento de uniformes e equipamentos necessários.

Atualmente, a prestação desses serviços ocorre por meio de contratação emergencial, formalizada pelo Contrato nº 104/2025, adotada em caráter excepcional e transitório, exclusivamente para mitigar o risco imediato de descontinuidade dos serviços essenciais de transporte institucional, em decorrência de falhas graves e reiteradas verificadas na execução do Contrato nº 004/2021, anteriormente vigente.

Nesse contexto, a contratação ora proposta tem por finalidade substituir a contratação emergencial em vigor, promovendo o restabelecimento da normalidade administrativa por meio de uma contratação regular, planejada e estruturada, em consonância com os princípios da continuidade do serviço público, do planejamento, da eficiência e do interesse público, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

Os serviços objeto desta contratação compreendem a condução de veículos automotores e motocicletas integrantes da frota própria do TJPA e, quando aplicável, de veículos provenientes de contratos de locação de veículos sem motorista, abrangendo atividades de apoio logístico às rotinas administrativas e jurisdicionais, tais como o deslocamento de magistrados, servidores e equipes de apoio, o transporte de documentos oficiais e bens patrimoniais, bem como o suporte às diligências judiciais e administrativas.

A execução do objeto deverá assegurar continuidade, regularidade, previsibilidade operacional e disponibilidade permanente dos serviços, atendendo às demandas das unidades do TJPA localizadas na capital, região metropolitana e em diversas comarcas do interior do Estado do Pará, observadas as peculiaridades geográficas, a dispersão territorial e a criticidade das atividades desempenhadas, conforme caracterizado no Estudo Técnico Preliminar que fundamenta a presente contratação.

A adoção de solução definitiva permitirá maior segurança jurídica, estabilidade operacional e adequada gestão dos riscos inerentes à execução contratual, assegurando o pleno atendimento das necessidades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

3.2. O objeto da contratação está previsto no Plano Anual de Contratações 2026, conforme detalhamento a seguir:

ID PAC no PNCP:	Data de publicação no PNCP:	Código da contratação no PAC:	Classe/Grupo:
Não se aplica	Não se aplica	SEADM45A26	Não se aplica

4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO, CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso IV da IN nº 01/2023

A solução adotada consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, abrangendo unidades localizadas na capital, na região metropolitana e no interior do Estado.

A contratação será estruturada por postos de trabalho, considerando a necessidade permanente dos serviços de transporte institucional, os diferentes modais utilizados, incluindo motocicletas e veículos automotores de variados portes, bem como a abrangência territorial das unidades atendidas, conforme quantitativos definidos neste Termo de Referência e fundamentados no Estudo Técnico Preliminar.

Ressalte-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará mantém frota própria de veículos em operação, cuja utilização demanda a disponibilidade contínua de condutores qualificados, inexistentes no quadro efetivo de pessoal, circunstância que torna necessária a contratação de mão de obra terceirizada para assegurar a plena operacionalização desses ativos e a continuidade das atividades institucionais.

A solução prevê a alocação estável e permanente de profissionais, integrados às rotinas institucionais da Divisão de Transportes, de modo a assegurar disponibilidade contínua, previsibilidade operacional e adequada execução das atividades administrativas e jurisdicionais que dependem dos serviços de transporte institucional.

Trata-se de solução não inovadora, amplamente adotada pela Administração Pública para o atendimento de serviços essenciais e contínuos, especialmente em contextos nos quais inexistente quadro próprio de servidores para a execução direta do objeto, revelando-se tecnicamente adequada, operacionalmente eficiente e juridicamente segura, em consonância com a Lei nº 14.133/2021 e com a Instrução Normativa nº 01/2023.

No início do ciclo de vida do objeto, a solução contempla a seleção, por meio de procedimento licitatório, de empresa apta a mobilizar e alocar profissionais devidamente habilitados, qualificados e regularmente contratados sob o regime da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, observadas as exigências legais, normativas e operacionais aplicáveis, bem como os requisitos de capacitação, experiência e conduta compatíveis com a natureza sensível e estratégica das atividades desempenhadas.

Durante a fase de execução contratual, a solução prevê a disponibilização contínua de motoristas e motociclistas, com alocação estável da mão de obra, cumprimento rigoroso das jornadas de trabalho, observância das normas de trânsito, de segurança e dos protocolos institucionais do TJPA, além da substituição imediata de profissionais em casos de ausência, afastamento ou desempenho insatisfatório, assegurando a regularidade e a continuidade dos serviços.

A gestão da solução será realizada pela empresa contratada, que responderá integralmente pela administração da mão de obra, incluindo o controle de frequência, a supervisão operacional, o fornecimento de uniformes e o cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e fiscais, cabendo ao TJPA a fiscalização técnica e administrativa da execução contratual, com vistas a garantir a qualidade, a eficiência e a conformidade dos serviços prestados.

Ao longo de todo o ciclo de vida do objeto, a solução pressupõe a atuação contínua da gestão e da fiscalização contratual, com acompanhamento sistemático do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e operacionais por parte da empresa contratada, nos termos da Lei nº 14.133/2021, constituindo-se esse acompanhamento em elemento essencial para a mitigação dos riscos inerentes à execução contratual e para a garantia da qualidade e da continuidade dos serviços prestados.

Por fim, o encerramento do ciclo de vida do objeto compreenderá a conclusão da execução contratual, com a verificação do cumprimento integral das obrigações assumidas pela contratada, a quitação das responsabilidades trabalhistas vinculadas ao contrato e a avaliação final da prestação dos serviços, de modo a assegurar que os objetivos institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará tenham sido plenamente atendidos.

Os critérios de sustentabilidade – melhor especificados no item 5.2., do presente Termo de Referência – devem abranger cada fase do ciclo de vida do objeto, na forma prevista no art. 6º, XXIII, “c” da Lei n.º 14.133/21.

5. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1º, inciso V da IN nº 01/2023

5.1. Requisitos gerais dos postos

As tarefas básicas inerentes ao objeto da presente contratação deverão ser executadas em conformidade com as atribuições compatíveis com as funções exercidas, podendo ser adotadas, como referência funcional e para fins de enquadramento trabalhista, as descrições constantes da Classificação Brasileira de Ocupações – CBO, sem prejuízo da observância da legislação trabalhista vigente e das convenções coletivas aplicáveis.

Para fins exclusivamente referenciais, poderão ser considerados, entre outros compatíveis com o objeto, os seguintes códigos da CBO:

- a) 5191-10 – Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes;
- b) 7823-05 – Motorista de veículos de pequeno e médio porte;
- c) 7823-10 – Motorista de furgão ou veículo similar;
- d) 7824-10 – Motorista de ônibus urbano;
- e) 7825-10 – Motorista de veículos de cargas em geral;
- f) 4101-05 – Encarregado.

5.1.1. Requisitos mínimos dos postos

5.1.1.1. Habilitação legal

Para a condução dos veículos automotores e motocicletas, os profissionais deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação – CNH válida, na categoria compatível com o tipo de veículo a ser conduzido, contendo a observação “Exerce Atividade Remunerada – EAR”, conforme a legislação de trânsito vigente, observando-se, no mínimo, os seguintes requisitos:

- a) Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes: CNH válida, categoria A, com observação “EAR”;
- b) Motorista de veículos de pequeno e médio porte: CNH válida, categoria B, com observação “EAR”;
- c) Motorista de furgão ou veículo similar: CNH válida, categoria B ou superior, com observação “EAR”;
- d) Motorista de ônibus urbano: CNH válida, categoria D ou E, com observação “EAR”, acompanhada de comprovação de curso especializado para transporte coletivo de passageiros, nos termos da Resolução CONTRAN nº 789/2020, ou outra que venha a substituí-la;
- e) Motorista de veículos de cargas em geral: CNH válida, categoria C ou D, conforme o tipo de veículo, com observação “EAR”.

5.1.1.2. Vínculo empregatício

Os profissionais deverão apresentar regular situação de vínculo empregatício formal com a empresa contratada, nos termos da legislação trabalhista vigente.

5.1.1.3. Escolaridade

Apresentação de Certificado de Conclusão do Ensino Fundamental (antigo 1º Grau), ou documento oficial equivalente que comprove, de forma inequívoca, a conclusão desse nível de ensino.

5.1.1.4. Experiência profissional

Comprovação de experiência mínima de 1 (um) ano no exercício da função de motorista ou motociclista, devidamente comprovada por meio de registro em Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.

5.1.1.5. Capacitação complementar

Os profissionais deverão possuir:

- a) Curso de Direção Defensiva, ministrado por instituição reconhecida ou credenciada por órgão competente do Sistema Nacional de Trânsito, pelo DETRAN, pela SENATRAN ou por entidade oficialmente habilitada para capacitação profissional, conforme a legislação vigente;
- b) Curso de Primeiros Socorros, compatível com as atividades a serem desempenhadas.

5.1.1.6. Aptidão física e mental

Comprovação de aptidão física e mental para o exercício das atribuições inerentes às atividades a serem desempenhadas, mediante apresentação de laudo ou declaração médica válida, emitida por profissional legalmente habilitado.

5.1.2. Verificação dos requisitos

Todos os requisitos especificados no subitem 5.1.1 deverão ser integralmente atendidos pela contratada e verificados pela Administração previamente ao início da prestação dos serviços, como condição para o início da execução contratual.

A execução dos serviços deverá ser iniciada no prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, ocasião em que a contratada deverá disponibilizar os profissionais devidamente habilitados e aptos ao desempenho das funções previstas neste Termo de Referência.

A Administração poderá, a qualquer tempo durante a vigência contratual, exigir a atualização, reapresentação ou complementação da documentação comprobatória dos requisitos exigidos, devendo a contratada comunicar

previamente e formalizar junto ao contratante qualquer alteração em seu quadro de pessoal vinculado ao contrato, mantendo-se, em todos os casos, o atendimento aos requisitos mínimos originalmente estabelecidos.

5.1.3. Características pessoais recomendadas ou desejáveis aos condutores

Sem prejuízo do atendimento aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência, recomenda-se que os profissionais alocados nos postos de motorista e motociclista possuam competências pessoais compatíveis com a natureza das atividades desempenhadas, especialmente aquelas relacionadas à segurança, à conduta funcional e ao atendimento institucional, tais como:

- a) Zelar pela segurança dos ocupantes do veículo, de terceiros e do patrimônio público;
- b) Demonstrar capacidade de trabalho em equipe e cooperação no ambiente institucional;
- c) Demonstrar postura profissional, urbanidade e cortesia no relacionamento com magistrados, servidores e demais usuários dos serviços;
- d) Tratar os ocupantes do veículo com respeito, polidez e discrição;
- e) Demonstrar capacidade de percepção visual e espacial adequada à condução segura de veículos;
- f) Conduzir os veículos de forma defensiva, observando as normas de trânsito e de segurança;
- g) Demonstrar capacidade de tomada de decisão rápida e responsável em situações adversas;
- h) Demonstrar equilíbrio emocional e autocontrole no desempenho das atividades;
- i) Demonstrar capacidade de análise e atenção às rotinas e orientações operacionais.

5.1.4. Remuneração mensal e demais benefícios trabalhistas

5.1.4.1. Da remuneração

a) A remuneração dos profissionais, bem como os demais benefícios trabalhistas, não poderá ser inferior aos valores estabelecidos em Sentença Normativa, Lei, Acordo, Dissídio ou Convenção Coletiva de Trabalho à qual esteja vinculada a atividade econômica preponderante da contratada.

b) Para a presente contratação, não serão aceitas propostas que adotarem, na Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), vencimento base inferior ao orçado pela Administração para o item salário, que terá como paradigma a Convenção Coletiva da Mão de Obra nº PA000396/2025, ou aquela que estiver vigente à época da abertura do procedimento licitatório, bem como o disposto no Acórdão nº 1.207/2024, de 19/06/2024, proferido pelo Plenário do Tribunal de Contas da União¹.

c) Conforme o disposto na alínea “b”, item 1.2 do Anexo VII-B da Instrução Normativa SEGES/MPDG nº 05/2017, e em observância à Súmula nº 331 do Tribunal Superior do Trabalho, o pagamento dos salários dos empregados pela empresa contratada deverá ser efetuado por depósito bancário, diretamente na conta dos empregados, em agências situadas na localidade ou na região metropolitana em que ocorrer a prestação dos serviços.

d) O depósito do salário e das demais verbas remuneratórias deverá ocorrer **até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente** ao da prestação dos serviços.

e) O atraso no pagamento dos salários, do décimo terceiro salário, das férias e dos demais benefícios trabalhistas, além de ensejar a aplicação das penalidades administrativas previstas neste Termo de Referência, **poderá implicar** a incidência das multas previstas na **Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta**, em favor do empregado.

¹ 28. Desse modo, acolhendo a essência da sugestão da unidade, proponho que o Tribunal estabeleça que, nas contratações de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, é lícito prever que somente serão aceitas propostas que adotarem na planilha de custos e formação de preços (PCFP) o valor igual ou superior ao valor orçado pela Administração para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, admitidos também, a critério da Administração, outros benefícios de natureza social considerados essenciais à dignidade do trabalho, devidamente justificados, os quais devem ser estimados com base na convenção coletiva de trabalho paradigma, que é aquela que melhor se adequa à categoria profissional que executará os serviços terceirizados, considerando a base territorial onde os serviços serão prestados.

f) A contratada deverá apresentar **comprovante de pagamento dos salários**, do qual deverão constar todas as rubricas pagas e os descontos efetuados, devidamente autorizados pelo trabalhador, **após o efetivo crédito em conta**, considerada como data de pagamento aquela em que o valor for efetivamente creditado na conta do empregado.

5.1.4.2. Do auxílio-transporte

a) Para efeito de Composição de Custos e Formação de Preços do vale-transporte, deverá ser considerado o valor praticado na cidade de Belém/PA, para todos os municípios do Estado do Pará, à razão de 22 (vinte e dois) dias trabalhados por mês, conforme a legislação pertinente em vigor.

b) Desde que solicitado por escrito pelo interessado e satisfeitas as exigências previstas na legislação pertinente em vigor, a contratada deverá fornecer vale-transporte a todos os seus trabalhadores, nos dias efetivamente trabalhados, para os deslocamentos residência–trabalho–residência.

c) Para os trabalhadores beneficiados com vale-transporte, será realizado o desconto de 6% (seis por cento), incidente sobre o salário base do trabalhador, na forma da lei.

d) Nos municípios do Estado do Pará em que se mostrar inviável para a contratada a concessão do benefício por meio de ticket ou cartão, independentemente da existência de transporte público no local, fica definido que a concessão deverá ocorrer na forma pecuniária, considerando-se o valor praticado conforme o item “a”, devendo o pagamento ocorrer por meio de contracheque, juntamente com o pagamento do salário.

5.1.4.3. Do auxílio-alimentação

A contratada deverá conceder a todos os seus empregados vale-alimentação ou ticket alimentação, no valor definido pela respectiva Convenção Coletiva de Trabalho, o qual será devido por cada dia efetivamente trabalhado, devendo tal concessão ocorrer até o 10º (décimo) dia de cada mês.

5.1.5. Das férias

5.1.5.1. Na concessão das férias, deverão ser observadas todas as regras previstas na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT e na Convenção Coletiva de Trabalho vinculada à proposta da contratada.

5.1.5.2. A CONTRATADA deverá apresentar ao fiscal do contrato planilha atualizada de programação de férias dos empregados vinculados à execução contratual, a cada encerramento de período aquisitivo ou sempre que houver alteração superveniente da escala anteriormente informada, sem prejuízo do disposto no item 3 dos PRAZOS DE EXECUÇÃO – IMPLANTAÇÃO E ATENDIMENTOS OPERACIONAIS, constantes do item 11.2 deste Termo de Referência.

5.1.5.3. As férias deverão ser comunicadas aos empregados com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, em conformidade com o disposto na Lei nº 7.414, de 09 de dezembro de 1985.

A cópia do recibo de comunicação, conforme o art. 135 da referida lei, deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato juntamente com os documentos de medição e faturamento, acompanhada do comprovante de pagamento das férias e do terço constitucional.

5.1.6. Do plano de saúde

5.1.6.1. A contratada deverá arcar com a totalidade dos custos de plano de saúde corporativo, que assegure, no mínimo, cobertura para atendimento de urgência e emergência, atendimento ambulatorial e hospitalar, consultas médicas, exames complementares e internação em enfermaria, aos profissionais condutores disponibilizados para o exercício de suas funções no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará. Caso não haja cobertura dos serviços de saúde no município de lotação do colaborador, a contratada deverá assegurar a disponibilização do plano de saúde em município diverso que possua rede credenciada apta ao atendimento, preferencialmente na comarca polo ou em localidades adjacentes, devendo, nessa hipótese, arcar integralmente com os custos de deslocamento do empregado para fins de utilização dos serviços de saúde contratados.

5.1.6.2. A licitante deverá apresentar, juntamente com a Planilha de Custos e Formação de Preços, a proposta atualizada da futura prestadora dos serviços de saúde, contendo os valores vigentes na data da abertura da licitação, cujos valores e localidades deverão ser compatíveis com aqueles informados na Planilha de Custos e Formação de Preços.

5.1.6.3. O benefício do plano de saúde deverá ser concedido aos colaboradores efetivamente vinculados ao contrato, no ato de sua contratação.

5.1.6.4. A adoção da presente exigência justifica-se em razão das peculiaridades geográficas do Estado do Pará, caracterizadas pela ampla dispersão territorial e pela limitação da rede assistencial em determinadas localidades, sendo necessária para assegurar a efetividade do benefício e a adequada assistência à saúde dos trabalhadores vinculados ao contrato, contribuindo, ainda, para a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

5.2. Da sustentabilidade

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser atendidos os seguintes requisitos, fundamentados no **Guia Nacional de Contratações Sustentáveis** e em consonância com o princípio do **desenvolvimento nacional sustentável**, previsto no **art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021**:

(x) Sustentabilidade financeira

A contratação não deverá comprometer o equilíbrio orçamentário-financeiro da instituição, assegurando que não haja impacto negativo no planejamento estratégico e no **Plano Anual de Contratações** do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, observados os princípios da eficiência, do planejamento e da responsabilidade fiscal.

(x) Sustentabilidade ambiental

a) A contratada deverá assumir integral responsabilidade por quaisquer danos ambientais que venham a ser causados em decorrência da execução dos serviços contratados, comprometendo-se a adotar, às suas expensas, todas as medidas necessárias para a imediata correção, mitigação ou compensação dos impactos ambientais eventualmente identificados.

Essa obrigação decorre dos princípios da responsabilidade socioambiental e do desenvolvimento nacional sustentável, devendo ser observadas as legislações ambientais aplicáveis, bem como os parâmetros de sustentabilidade definidos nos instrumentos convocatórios e no Plano de Logística Sustentável da Administração Pública.

b) A contratada deverá implementar programa de educação ambiental voltado aos motoristas e motociclistas, com foco em técnicas de condução econômica (eco-driving), tais como evitar acelerações bruscas, manter velocidade constante, realizar planejamento de rotas e adotar práticas de condução preventiva, visando à redução do consumo de combustível e das emissões de poluentes, sempre que possível, sem prejuízo da adequada execução dos serviços.

(x) Sustentabilidade social

É vedado à empresa contratada empregar trabalhadores menores de 18 (dezoito) anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, exceto na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos, em conformidade com o disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal de 1988.

Deverão ser observadas, ainda, as políticas públicas de inclusão social e empregabilidade, especialmente aquelas voltadas a reabilitados e pessoas com deficiência, mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social e pessoas egressas do sistema prisional, em conformidade com a legislação e os atos normativos aplicáveis, nos seguintes termos:

a) **Reabilitados da Previdência Social e pessoas com deficiência**, nos percentuais e condições estabelecidos no **art. 93 da Lei nº 8.213/1991**, quando a contratada possuir 100 (cem) ou mais empregados, observada a base de cálculo sobre o total de empregados da empresa;

b) **Mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social**, conforme diretrizes estabelecidas no **art. 3º da Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ**, bem como na **Portaria nº 513/2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA**, que dispõem sobre a reserva de vagas e a promoção da equidade de gênero nas contratações de serviços terceirizados;

c) **Pessoas egressas do sistema prisional e cumpridoras de penas ou medidas alternativas**, nos termos do **art. 11 da Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ** e do **art. 1º da Portaria nº 517/2025 do TJPA**, ressalvada a possibilidade de afastamento da reserva mínima de vagas, de forma excepcional e devidamente motivada, mediante análise prévia de risco, conforme previsto no **§2º do art. 2º da referida Portaria**;

d) As medidas de inclusão social acima descritas encontram respaldo, ainda, no **art. 25, §9º, incisos I e II, da Lei nº 14.133/2021**, que autoriza a adoção de critérios de sustentabilidade social nas contratações públicas.

(x) Plano de Logística Sustentável

Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, esta contratação impactará o **Plano de Logística Sustentável do TJPA 2021–2026 (PLS-TJPA)** nos seguintes temas:

- ☐ Consumo de papel;
- ☐ Consumo de copos descartáveis;
- ☐ Consumo de água mineral envasada;
- ☐ Impressão (aquisição de equipamentos e suprimentos ou outsourcing);
- ☐ Consumo e gastos com energia elétrica;
- ☐ Consumo e gastos com água e esgoto;
- ☐ Geração de resíduos;
- ☐ Reformas e construções;
- ☐ Serviço de limpeza;
- ☐ Serviço de vigilância;
- ☐ Gastos com telefonia;
- ☐ Gastos com contratos de veículos;
- **☒ Consumo de combustível;**
- ☐ Apoio ao serviço administrativo;
- ☐ Ação de qualidade de vida;
- ☐ Ação de capacitação socioambiental;
- **☒ Equidade e diversidade (cotas sociais, entre outros);**
- ☐ Não demandará ou resultará em nenhum dos itens acima.

Observação: A partir da seleção do(s) item(ns) acima, o responsável pelo respectivo tema será comunicado para ciência dos impactos a serem gerados, para fins de eventual inclusão no respectivo plano de ação.

DA POLÍTICA DE SUSTENTABILIDADE DO TJPA

REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	MULHERES EM CONDIÇÃO DE ESPECIAL VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL	CLÁUSULA DE PARIDADE DE GÊNERO	PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
Nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, a contratada que possua 100 (cem) ou mais empregados está obrigada a preencher seu quadro de pessoal com beneficiários reabilitados da Previdência Social ou	Considerando que este Termo de Referência prevê 43 (quarenta e três) postos de trabalho, a contratada deverá garantir que no mínimo 5% (cinco por cento) desses postos sejam preenchidos por mulheres em condição de especial vulnerabilidade	Em conformidade com a Resolução CNJ nº 540/2023, deverá ser observada, sempre que possível, a participação equânime de homens e mulheres por função, nos contratos que envolvam Dedicação Exclusiva de Mão de Obra	Nos termos do art. 11 da Resolução CNJ nº 307/2019 e do art. 1º da Portaria TJPA nº 517/2025, a reserva mínima de vagas para pessoas egressas do sistema prisional corresponde a 5% (cinco

REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA	MULHERES EM CONDIÇÃO DE ESPECIAL VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL	CLÁUSULA DE PARIDADE DE GÊNERO	PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL
<p>peças com deficiência habilitadas, no percentual de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do total de empregados, conforme a seguinte proporção:</p> <p>I – Até 200 empregados: 2%; II – De 201 a 500: 3%; III – De 501 a 1.000: 4%; IV – A partir de 1.001: 5%.</p> <p>O percentual incide sobre o total de empregados da empresa contratada, e não sobre os postos previstos neste Termo de Referência.</p>	<p>econômico-social, conforme o art. 3º da Resolução CNJ nº 497/2023 e a Portaria nº 513/2025 do TJPA, em consonância com o art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021 e com os ODS nº 8 e nº 10 da Agenda 2030 da ONU.</p> <p>Dessa forma, a contratada deverá comprovar o emprego de, no mínimo, 03 (três) mulheres nessa condição.</p> <p>Serão consideradas mulheres em condição de vulnerabilidade aquelas que se enquadrem, ao menos, em uma das seguintes situações:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1. Vítimas de violência doméstica e familiar; 2. Mulheres trans e travestis; 3. Migrantes e refugiadas; 4. Mulheres em situação de rua; 5. Egressas do sistema prisional; 6. Indígenas, camponesas e quilombolas. <p>Do total de vagas reservadas:</p> <ul style="list-style-type: none"> • mínimo de 50% para vítimas de violência doméstica (grupo 1); • vagas remanescentes para os grupos 2 a 6; • mínimo de 50% destinadas prioritariamente a mulheres pretas e pardas. <p>O não preenchimento deverá ser formalmente motivado, com comprovação dos esforços realizados.</p>	<p>(DEMO), com perspectiva interseccional de raça e etnia, assegurando-se que no mínimo 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por mulheres.</p> <p>Nos termos do art. 2º, inciso VI e §7º, da referida Resolução, a paridade de gênero não poderá resultar na redução do percentual global de mulheres no contrato, admitindo-se flexibilização quanto às funções insalubres ou com jornada noturna, desde que devidamente justificada.</p> <p>As vagas destinadas a mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social poderão ser computadas para fins de atendimento da política de paridade de gênero, quando houver compatibilidade.</p>	<p>por cento) dos postos de trabalho, quando aplicável.</p> <p>Considerando o total de 43 (quarenta e três) postos, o quantitativo mínimo corresponderia a 03 (três) vagas.</p> <p>Entretanto, a aplicação dessa política foi tecnicamente afastada, com fundamento no §2º do art. 2º da Portaria nº 517/2025 do TJPA, com base em análise prévia de risco elaborada pela equipe de planejamento e em parecer técnico da Coordenadoria Militar, homologado pelo Secretário de Administração do TJPA, constante no expediente TJPA-MEM-2025/25642, em razão da natureza estratégica, sensível e sigilosa das atividades contratadas.</p> <p>A dispensa possui caráter excepcional e restrito a esta contratação, não afastando a observância da política em contratações futuras.</p>

POLÍTICA DE EMPREGABILIDADE DE REABILITADOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Com vistas a viabilizar o cumprimento da política de empregabilidade de reabilitados da Previdência Social e pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991, recomenda-se que as empresas licitantes e a contratada consultem o cadastro mantido pela Associação Paraense das Pessoas com Deficiência, situada na Passagem Alberto Engelhard, nº 213, bairro São Brás, Belém/PA, CEP 66040-520, a qual poderá disponibilizar banco de dados de profissionais habilitados.

Ressalta-se que o percentual legal de contratação de reabilitados e pessoas com deficiência incide sobre o total de empregados da empresa contratada, quando esta possuir 100 (cem) ou mais empregados, não se aplicando diretamente ao quantitativo de postos previstos neste Termo de Referência.

POLÍTICA DE EMPREGABILIDADE DE MULHERES EM CONDIÇÃO DE ESPECIAL VULNERABILIDADE ECONÔMICO-SOCIAL

Para o cumprimento da política de empregabilidade de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, os licitantes e a CONTRATADA deverão observar o disposto no art. 3º da Resolução CNJ nº 497/2023 e na Portaria nº 513/2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

Nesse contexto, poderá ser utilizado o Acordo de Cooperação Técnica nº 029/2023, firmado entre o TJPA, a Fundação ParaPaz e outras instituições parceiras, por meio do qual a Fundação se compromete a elaborar e disponibilizar, quando demandada, banco de dados de mulheres vítimas de violência doméstica e familiar, salvo impossibilidade devidamente justificada.

Na hipótese de indisponibilidade do banco de dados, devidamente comprovada mediante declaração formal do órgão responsável, a contratada deverá realizar consultas periódicas, preferencialmente em periodicidade semestral, à Fundação ParaPaz ou a outras instituições parceiras, como forma de demonstrar esforços contínuos e comprováveis para o cumprimento do percentual mínimo exigido.

Considerando que esta contratação prevê 43 (quarenta e três) postos de trabalho, a reserva mínima de 5% (cinco por cento) corresponde a 03 (três) vagas, observado o arredondamento para o número inteiro imediatamente superior, de modo a assegurar a efetividade da política pública.

POLÍTICA DE PARIDADE DE GÊNERO

Em conformidade com a Resolução CNJ nº 540/2023, que institui a Política Nacional de Incentivo à Participação Institucional Feminina, a CONTRATADA deverá observar, sempre que possível, a paridade de gênero nos contratos administrativos que envolvam Dedicação Exclusiva de Mão de Obra (DEMO).

A contratada deverá assegurar a participação equânime de homens e mulheres por função, com perspectiva interseccional de raça e etnia, buscando garantir que, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das vagas sejam ocupadas por mulheres, nos termos do art. 2º, inciso VI, e § 7º, da referida Resolução, vedada qualquer medida que resulte na redução do percentual global de mulheres alocadas no contrato.

A contratada deverá, ainda, demonstrar esforços contínuos e comprováveis para promover a inclusão de mulheres em seu quadro de pessoal vinculado a este contrato, como parte do compromisso institucional com a promoção da igualdade de gênero, a eliminação de práticas discriminatórias e o fortalecimento da participação feminina no mercado de trabalho.

A comprovação do atendimento à política de paridade de gênero deverá ser realizada após 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, mediante a apresentação de relatórios periódicos, demonstrativos de composição da força de trabalho por função ou outros documentos idôneos, os quais serão analisados pela fiscalização contratual do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

Eventuais impossibilidades de cumprimento integral da cota deverão ser devidamente justificadas, com fundamento em fatores objetivos, tais como a especificidade das funções, a natureza das atividades desempenhadas ou a indisponibilidade de mão de obra qualificada, sujeitando-se à análise e validação do TJPA.

O Tribunal realizará fiscalização periódica quanto ao cumprimento dessa política, podendo, em caso de descumprimento injustificado, adotar as medidas administrativas cabíveis e aplicar as sanções previstas no contrato, nos termos da legislação vigente, com vistas a assegurar a efetividade das políticas de inclusão e igualdade de gênero.

A presente cláusula encontra-se alinhada ao princípio do desenvolvimento nacional sustentável, previsto no art. 11, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, e aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 5, 8 e 10 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas – ONU, contribuindo para a promoção da equidade, da diversidade e da redução das desigualdades no âmbito das contratações públicas.

POLÍTICA DE EMPREGABILIDADE DE PESSOAS EGRESSAS DO SISTEMA PRISIONAL

Nos termos do art. 1º, inciso II, da Portaria nº 517/2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, e do art. 11, inciso II, da Resolução nº 307/2019 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, as contratações de serviços terceirizados sob o regime de dedicação exclusiva de mão de obra devem observar a política de reserva mínima de 5% (cinco por cento) das vagas para pessoas egressas do sistema prisional e/ou cumpridoras de penas ou medidas alternativas, quando aplicável.

Considerando que a presente contratação prevê 43 (quarenta e três) postos de trabalho, o quantitativo mínimo correspondente à referida reserva seria de 03 (três) vagas, caso inexistissem impedimentos técnicos ou institucionais à sua aplicação.

O §2º do art. 2º da Portaria nº 517/2025 do TJPA, contudo, autoriza o afastamento excepcional da política de reserva, mediante análise prévia de risco, quando a natureza das atividades contratadas assim o exigir.

No presente caso, a contratação tem por objeto a prestação de serviços contínuos de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, com atuação em unidades administrativas e jurisdicionais do TJPA localizadas na capital, região metropolitana e interior do Estado, tratando-se de atividade estratégica, sensível, ininterrupta e essencial à logística institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

As atividades compreendem, entre outras atribuições:

- Movimentação ágil de documentos e pequenos volumes por meio de motocicletas;
- Transporte de magistrados e servidores;
- Condução de veículos de diversos portes em ações institucionais e administrativas.

Tais atribuições exigem elevado grau de responsabilidade, confiabilidade, comprometimento funcional, observância rigorosa de horários e protocolos de segurança, bem como resguardo de informações sensíveis, incluindo rotas institucionais, agendas, deslocamentos e acesso a ambientes restritos.

Embora a política de empregabilidade de pessoas egressas do sistema prisional constitua diretriz relevante para a promoção da reintegração social, a natureza das atividades contratadas, aliada à amplitude territorial, ao caráter crítico e contínuo dos serviços e à necessidade de assegurar a plena eficiência e segurança institucional, indica que a imposição da reserva mínima poderia representar risco à continuidade operacional e à proteção institucional.

Diante dessas particularidades, e com base em análise prévia de risco elaborada pela equipe de planejamento da contratação, bem como em parecer técnico da Coordenadoria Militar, homologado pelo Secretário de Administração do TJPA, constante no expediente TJPA-MEM-2025/25642, concluiu-se pela inaplicabilidade da reserva obrigatória de vagas para pessoas egressas do sistema prisional, de forma excepcional, técnica e devidamente motivada, nos termos do §2º do art. 2º da Portaria nº 517/2025 do TJPA.

Ressalta-se que a presente dispensa possui caráter restrito a esta contratação específica, não afastando a observância da política de reintegração social em futuras contratações de natureza diversa, nas quais não se verifiquem os mesmos fatores de risco, sensibilidade ou exigência de segurança institucional.

5.2.1. Fiscalização dos critérios de sustentabilidade

O cumprimento dos requisitos de sustentabilidade previstos neste item será acompanhado pela fiscalização técnica e administrativa do contrato, designada nos termos da Lei nº 14.133/2021, podendo a Administração exigir, a qualquer

tempo, documentação comprobatória, relatórios, registros ou declarações que evidenciem a observância das obrigações assumidas pela contratada.

A verificação do atendimento aos critérios de sustentabilidade poderá ocorrer de forma periódica ou sempre que identificada necessidade, inclusive como condição para a medição dos serviços e autorização de pagamentos, sem prejuízo da adoção de outras medidas de acompanhamento previstas no contrato.

O eventual descumprimento injustificado das obrigações relacionadas à sustentabilidade poderá ensejar a adoção das providências administrativas cabíveis, inclusive a aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação vigente, observados o contraditório e a ampla defesa.

5.3. Indicação de marcas ou modelos - art. 41, inciso I da Lei nº 14.133/2021

☒ **NÃO SE APLICA**

5.4. Da vedação de contratação de marca ou produto

☒ **NÃO SE APLICA**

5.5. Da exigência de amostra

☒ **NÃO SE APLICA**

5.6. Da exigência de carta de solidariedade

☒ **NÃO SE APLICA**

5.7. Da subcontratação – art. 54, da IN nº 02/2024

☒ Não será admitida a subcontratação.

☐ Será admitida a subcontratação do objeto.

☐ Será admitida a subcontratação de parte do objeto.

5.8. Da garantia da fase de seleção do fornecedor

☒ **NÃO SE APLICA**

5.8.1. Garantia para participação da licitação

☒ **NÃO SE APLICA**

5.8.2. Garantia adicional – para os casos de pagamento antecipado

☒ **NÃO SE APLICA**

5.9. Da prova de conceito

☒ **NÃO SE APLICA**

5.10. Da garantia contratual de execução

5.10.1. Será exigida a garantia a contratação de que trata o art. 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento) do valor inicial do contrato e condições descritas nas cláusulas do contrato.

5.10.2. Caberá à CONTRATADA optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme §1º do art. 96:

- a) Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública;
- b) Seguro-garantia;
- c) Fiança bancária.
- d) Título de capitalização.

5.10.3. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de 01 (um) mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

5.10.4. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 (dez) dias úteis após a assinatura do contrato.

5.10.5. Nas contratações de serviços e fornecimentos contínuos com vigência superior a 1 (um) ano, assim como nas subsequentes prorrogações, será utilizado o valor anual do contrato para definição e aplicação dos percentuais.

5.10.6. A garantia contratual prestada pela contratada deverá ser atualizada sempre que houver atualização do valor do contrato, havendo ou não prorrogação contratual.

5.10.7. Os riscos a serem cobertos seja por qualquer das modalidades de garantias são:

- a) Prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;
- b) Multas moratórias e punitivas aplicadas pelo CONTRATANTE à CONTRATADA; e
- c) Obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

5.10.8. O risco coberto no item 5.10.7., “c”, será executado pelo TJPA caso os valores da Conta Vinculada se revelem insuficientes para a quitação das verbas rescisórias devidas aos empregados na hipótese de rescisão contratual.

5.10.9. O prazo de validade da garantia será do início do Contrato até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto 9.507/2018.

5.10.10. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

5.11. Da garantia de responsabilidade civil

5.11.1. A Garantia deverá contemplar a cobertura de riscos, independentemente da modalidade adotada, incluindo os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

5.11.2. A garantia de responsabilidade civil obedecerá às mesmas regras elencadas no item 5.10.1 e seguintes.

5.11.3. O prazo de validade da garantia será do início do Contrato até 90 (noventa) dias após o seu encerramento, conforme art. 8, VI, do Decreto nº 9.507/2018.

6. MATRIZ DE RISCOS - art. 30, §1º, inciso VI da IN nº 01/2023

(x) NÃO SE APLICA

Obrigatória, nos casos de:

() Serviços de grande vulto

() Serviços de engenharia em regimes de contratação integrada e semi-integrada

Facultativa, mas será aplicada no presente caso:

() Aquisições e serviços diversos

Justificativa da não aplicação da Matriz de Riscos

A elaboração de matriz de riscos, nos termos do art. 30, §1º, inciso VI, da Instrução Normativa nº 01/2023, não se aplica à presente contratação, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, não enquadrados como serviço de grande vulto, não caracterizados como obra ou serviço de engenharia e não submetidos aos regimes de contratação integrada ou semi-integrada.

Ressalta-se que a matriz de riscos, enquanto instrumento de alocação contratual de riscos extraordinários e de impacto econômico-financeiro relevante, é exigida de forma obrigatória apenas nas hipóteses expressamente previstas na legislação, o que não se verifica no presente caso.

Os riscos inerentes à execução contratual, de natureza operacional, trabalhista, previdenciária, ambiental e de continuidade do serviço, foram devidamente identificados, analisados e tratados no âmbito do Estudo Técnico Preliminar (ETP), por meio de mapa de riscos, com definição de medidas de mitigação compatíveis com a complexidade do objeto, tais como cláusulas contratuais específicas, exigência de garantias, fiscalização técnica e administrativa contínua e demais mecanismos ordinários de gestão contratual previstos na Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, a não elaboração de matriz de riscos não representa omissão, mas sim adequação técnica e jurídica ao porte, à natureza e ao regime da contratação, em consonância com os princípios da proporcionalidade, do planejamento, da eficiência e da boa governança.

7. ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO E/OU SERVIÇO - art. 30, §1º, inciso VII da IN nº 01/2023

7.1. Catálogo eletrônico de padronização

☐ Sim
☒ Não

Justificativa:

O objeto da presente contratação consiste na prestação de serviços continuados, com dedicação exclusiva de mão de obra, não se caracterizando como aquisição de bens ou serviços padronizáveis passíveis de catalogação eletrônica, nos termos da regulamentação vigente.

Ressalta-se que o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA ainda não dispõe de catálogo eletrônico próprio de padronização, encontrando-se em fase de estruturação e implementação de tal instrumento.

Ademais, na hipótese de eventual divergência entre a descrição do objeto constante do código CatSer no Portal Compras.gov.br e aquela definida neste Termo de Referência, prevalecerá a descrição técnica constante deste instrumento, por refletir de forma mais precisa as condições, requisitos e especificidades necessárias à adequada execução do objeto, em consonância com o Estudo Técnico Preliminar.

7.2. Especificação

7.2.1. Finalidade do serviço

A presente contratação tem como finalidade a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, visando atender às necessidades operacionais e assegurar a continuidade das atividades institucionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

7.2.2. Abrangência territorial

Os serviços contemplarão unidades localizadas na capital, região metropolitana e interior do Estado, assegurando suporte logístico permanente às atividades administrativas e jurisdicionais do Tribunal.

7.2.3. Enquadramento no CatSer

A contratação está vinculada às seguintes categorias de serviço do Catálogo de Serviços – CatSer:

- **CatSer 20966** – Prestação de serviço de motociclista;
- **CatSer 15008** – Prestação de serviço de motorista de veículo;
- **CatSer 25623** – Prestação de serviço de apoio administrativo, técnico e operacional.

7.2.4. Enquadramento ocupacional (CBO)

As atividades deverão observar as atribuições previstas na Classificação Brasileira de Ocupações (CBO), conforme a função desempenhada, abrangendo os seguintes códigos:

- 5191-10 – Motociclista no transporte de documentos e pequenos volumes;
- 7823-05 – Motorista de veículos de pequeno e médio porte;
- 7823-10 – Motorista de furgão ou veículo similar;
- 7824-10 – Motorista de ônibus urbano;
- 7825-10 – Motorista de veículos de cargas em geral;
- 4101-05 – Encarregado.

7.2.5. Requisitos e características essenciais do serviço

A contratação visa assegurar eficiência, segurança e continuidade das operações institucionais, observados os princípios da legalidade, economicidade e qualidade, considerando-se essenciais os seguintes aspectos:

a) Qualidade: Os profissionais deverão apresentar postura profissional compatível com a natureza institucional do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, observando urbanidade, pontualidade, respeito à hierarquia funcional, sigilo e discrição, de modo a preservar a imagem institucional do Tribunal. Deverão, ainda, possuir capacitação e experiência comprovadas, habilitação legal compatível com a função exercida, bem como serem aprovados nos processos de seleção da contratada, incluindo avaliação técnica e, quando aplicável, avaliação psicológica, nos termos definidos neste Termo de Referência.

b) Rendimento: A prestação dos serviços deverá ocorrer com regularidade, fluidez e agilidade, assegurada a disponibilidade permanente dos profissionais, o cumprimento das escalas e jornadas estabelecidas e o pronto atendimento às demandas institucionais.

c) Continuidade (durabilidade do serviço): Por se tratar de serviço continuado, a contratada deverá garantir a manutenção do padrão de qualidade ao longo de toda a vigência contratual, promovendo substituição imediata de profissionais em casos de afastamento, ausência ou desempenho inadequado, sem prejuízo da continuidade das atividades.

d) Segurança: Os condutores deverão observar rigorosamente a legislação de trânsito, adotar práticas de direção defensiva e cumprir os protocolos de segurança institucional, considerando a natureza sensível das atividades, o transporte de autoridades, documentos e materiais oficiais.

e) Compatibilidade técnica e legal: Os profissionais deverão possuir Carteira Nacional de Habilitação compatível com o tipo de veículo conduzido, com a anotação “EAR – Exerce Atividade Remunerada”, bem como atender às exigências legais e ocupacionais correspondentes à função desempenhada, conforme o respectivo CBO.

f) Recursos humanos (material humano): O serviço será executado por mão de obra especializada, regularmente contratada pela empresa, com documentação válida, histórico de conduta compatível, experiência mínima exigida e capacitação em direção defensiva e protocolos de segurança, quando aplicável.

g) Dimensionamento dos postos: A quantidade de postos de trabalho será definida conforme planejamento do TJPA, podendo variar em função da distribuição geográfica das unidades atendidas e das necessidades operacionais.

h) Organização e alocação da mão de obra: Compete à contratada organizar, alocar e disponibilizar os profissionais nos locais indicados pelo TJPA, bem como gerenciar escalas, substituições, férias e licenças, garantindo a regularidade e continuidade do serviço.

i) Flexibilidade operacional: Prestação de serviço com capacidade de adaptação às demandas específicas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, mediante a disponibilização de profissionais que, após a alocação e durante a execução contratual, passem a atuar de forma integrada às rotinas institucionais, incluindo o transporte de magistrados,

servidores, documentos e materiais oficiais, assegurando atendimento eficiente, ágil e adequado às necessidades operacionais, observadas as diretrizes da Administração.

j) Gestão integral pela contratada: A gestão administrativa, trabalhista e operacional da mão de obra será de inteira responsabilidade da contratada, inexistindo qualquer vínculo funcional ou subordinação direta dos profissionais com o TJPA.

k) Identificação e apresentação: Os profissionais deverão utilizar uniforme e crachá de identificação, bem como, quando aplicável, equipamentos de proteção individual (EPI), em conformidade com o disposto neste Termo de Referência e com as normas de segurança e saúde no trabalho pertinentes.

8. INDICAÇÃO DOS LOCAIS DE ENTREGA DOS PRODUTOS, E/OU DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, E DAS REGRAS PARA RECEBIMENTOS PROVISÓRIO E DEFINITIVO, QUANDO FOR O CASO – art. 30, §1º, inciso VIII da IN nº 01/2023

8.1 Condições de entrega ou execução dos serviços

A execução dos serviços deverá ocorrer de forma contínua, com a alocação de mão de obra qualificada e devidamente habilitada, em conformidade com as exigências legais, normativas e operacionais estabelecidas neste Termo de Referência.

Os condutores deverão atuar conforme as escalas definidas pela Administração, observados os turnos de funcionamento das unidades do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, bem como eventuais demandas extraordinárias previamente comunicadas pela contratante, respeitados os limites legais de jornada de trabalho.

As atividades desenvolvidas nos postos de trabalho compreenderão, entre outras, o transporte de magistrados, servidores e demais colaboradores, bem como de documentos oficiais, pequenos volumes, materiais correlatos às atividades administrativas e cargas, entre as diversas unidades administrativas e jurisdicionais do TJPA, distribuídas pelas comarcas do Estado do Pará, conforme demanda do usuário do serviço e mediante autorização do Chefe da Divisão de Transportes ou do responsável pela unidade administrativa ou judiciária competente.

A contratada deverá assegurar a substituição imediata de qualquer condutor que se ausente, seja afastado ou não atenda às exigências contratuais, bem como manter supervisão contínua sobre os serviços executados, garantindo o cumprimento dos padrões de qualidade, pontualidade, urbanidade, sigilo, segurança e conduta ética compatíveis com a natureza sensível das atividades desempenhadas no âmbito do TJPA.

8.2 Local de entrega ou execução dos serviços

A prestação dos serviços ocorrerá no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, com atuação abrangendo as Comarcas da Capital, da Região Metropolitana, bem como as Comarcas de Altamira, Marabá, Parauapebas e Santarém, conforme o planejamento definido pela Administração.

A execução dos serviços dar-se-á nas diversas localidades indicadas de acordo com as necessidades operacionais do TJPA, contemplando todas as áreas e unidades administrativas e jurisdicionais a ele vinculadas, de modo a assegurar a cobertura integral da demanda.

Poderão ser realizados, ainda, deslocamentos de pessoal, documentos e cargas entre as comarcas do interior do Estado, sempre que necessários ao atendimento das demandas institucionais e em conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

MOTOCICLISTA				
REGIÃO GUAJARÁ E GUAMÁ: BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LOCAL	QUANTIDADE DE POSTOS
1	Posto 44 (quarenta e quatro) horas semanais	19	Fórum Criminal	6
			Fórum Icoaraci	1
			Fórum Ananindeua	3
			Edifício Sede	5
			Escola Judicial	1
			Fórum Cível	1
			Comarca de Marituba	1
			Comarca de Santa Izabel do Pará	1
Total				19
REGIÃO XINGÚ				
2	Posto 44 (quarenta e quatro) horas semanais	1	Comarca de Altamira	1
Total				1
REGIÃO CARAJÁS				
3	Posto 44 (quarenta e quatro) horas semanais	2	Comarca de Marabá	1
			Comarca de Parauapebas	1
Total				2
REGIÃO AMAZONAS				
4	Posto 44 (quarenta e quatro) horas semanais	1	Santarém	1
Total				1
RESUMO		TOTAL GERAL MOTOCICLISTA		23
MOTORISTA				
REGIÃO GUAJARÁ E GUAMÁ: BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LOCAL	QUANTIDADE DE POSTOS
5	condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) até 6 toneladas e	10	Belém Edifício Sede	10

	jornada de trabalho de 44 horas semanais			
	condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 6 a 12 toneladas e jornada de trabalho de 44 horas semanais	6	Belém Edifício Sede	5
	condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 6 a 12 toneladas e jornada de trabalho de 44 horas semanais		Belém Divisão de Bens Patrimoniais	1
	condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 15 a 20 toneladas e jornada de trabalho de 44 horas semanais	3	Belém Almoxarifado de Bens Móveis	2
	condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 15 a 20 toneladas e jornada de trabalho de 44 horas semanais		Belém Edifício Sede	1
RESUMO		TOTAL GERAL MOTORISTA		19
ENCARREGADO				
REGIÃO GUAJARÁ E GUAMÁ: BELÉM E REGIÃO METROPOLITANA				
ITEM	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	LOCAL	QUANTIDADE DE POSTOS
6	Encarregado de Serviços – dedicação exclusiva, atuação presencial no TJPA	1	Belém Edifício Sede	1
RESUMO		TOTAL GERAL ENCARREGADO		1

- **TOTAL GERAL DA CONTRATAÇÃO: 43 POSTOS (23 MOTOCICLISTAS + 19 MOTORISTAS + 01 ENCARREGADO).**

8.3. Condições de recebimento

8.3.1. Recebimento provisório

A prestação dos serviços será recebida provisoriamente mediante simples verificação da execução no período de referência, pelo **fiscal técnico do contrato**, servidor formalmente designado pela Administração e vinculado à Divisão de Transportes.

8.3.2. Rejeição e correção de desconformidades

Os serviços executados em desconformidade com o especificado neste Termo de Referência ou com o disposto na proposta da contratada poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, conforme o caso, devendo a contratada promover as correções necessárias no prazo estipulado pela fiscalização contratual.

8.3.3. Recebimento definitivo

Os serviços executados serão recebidos definitivamente pelo **gestor do contrato**, após análise conclusiva dos registros da fiscalização, o envio das Notas Fiscais à Divisão de Transportes do Departamento de Patrimônio e Serviços e desde que comprovada a quitação integral das obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e do FGTS vinculadas ao contrato.

8.3.4. Responsabilidade da contratada

O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exime a contratada de sua responsabilidade civil quanto à qualidade, segurança, regularidade e conformidade dos serviços prestados, nem afasta sua responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato, nos termos da legislação aplicável.

8.3.5. Suspensão de prazos

As notificações emitidas em razão da execução do contrato, inclusive aquelas relativas à apresentação de documentos obrigatórios, suspendem os prazos de recebimento e de pagamento até a completa regularização da pendência identificada.

9. GARANTIA, MANUTENÇÃO E ASSISTÊNCIA TÉCNICA - art. 30, §1º, inciso IX da IN nº 01/2023

Deverá ser assegurada a plena execução dos serviços de condução de veículos automotores e motocicletas durante toda a vigência contratual, com responsabilidade pela qualidade, continuidade, pontualidade e conformidade dos serviços prestados, conforme as condições estabelecidas neste Termo de Referência.

Caberá à contratada providenciar, às suas expensas, a correção imediata de eventuais falhas ou irregularidades na prestação dos serviços, bem como a substituição de condutores, sempre que solicitado pela Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, salvo justificativa devidamente aceita pela fiscalização do contrato.

Compete à contratada a responsabilidade por todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, ambientais e de segurança decorrentes da execução do contrato, não se configurando, em nenhuma hipótese, vínculo de qualquer natureza entre o Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA e os empregados da contratada.

Deverá, ainda, ser assegurada a adequada execução dos serviços, com a pronta correção de falhas e o saneamento de eventuais vícios verificados durante a execução contratual.

10. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO - art. 30, §1º, inciso XI da IN nº 01/2023

10.1. Indicação do instrumento de formalização da contratação

- ☒ (x) Necessidade de formalização contratual
- ☐ () Formalização via empenho
- ☐ () Outro instrumento substitutivo

Justificativa em caso de desnecessidade de formalização contratual:

10.2. Obrigações da Empresa

10.2.1. Recrutar, selecionar e disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados necessários à execução dos serviços, observada a qualificação mínima definida neste Termo de Referência, fornecendo previamente a relação nominal dos profissionais alocados.

10.2.2. Promover treinamento inicial e reciclagens periódicas dos condutores alocados na execução dos serviços, de acordo com as necessidades operacionais, atualização normativa ou identificação de não conformidades, sempre que

se mostrar necessário à adequada execução do objeto contratual, inclusive quando demandado pela fiscalização do contrato.

10.2.3. Apresentar, sempre que solicitado pela CONTRATANTE e no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, toda a documentação necessária à comprovação do cumprimento das exigências previstas no Edital, no Termo de Referência e no contrato, inclusive aquelas relativas:

- a) à regularidade junto aos órgãos regulamentadores e fiscalizadores competentes;
- b) às licenças ou autorizações legalmente exigidas para o exercício das atividades contratadas;
- c) à idoneidade dos condutores vinculados ao contrato, quando compatível com a natureza da função desempenhada, inclusive daqueles designados para eventuais substituições, observada a legislação vigente sobre proteção de dados pessoais.

10.2.4. Encaminhar, no mês subsequente ao da prestação dos serviços, à Divisão responsável pela fiscalização do contrato, sem ônus para a CONTRATANTE, a documentação comprobatória referente ao período de competência, compreendendo os comprovantes de pagamento de salários, os recolhimentos das obrigações tributárias, previdenciárias e trabalhistas, bem como as folhas de frequência dos condutores vinculados ao contrato, observado o disposto nos itens 13.1.1 e seguintes, ficando a emissão e o encaminhamento das respectivas Notas Fiscais condicionados à prévia análise, conferência, validação e autorização formal da CONTRATANTE.

10.2.5. Para fins de pagamento mensal, a Nota Fiscal ou Fatura deverá ser apresentada à CONTRATANTE acompanhada da comprovação da regularidade fiscal da CONTRATADA, a qual será verificada, preferencialmente, por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF ou, na impossibilidade de acesso, mediante consulta aos sites eletrônicos oficiais ou à documentação prevista no art. 68 da Lei nº 14.133/2021. A Nota Fiscal ou Fatura deverá conter, obrigatoriamente:

- a) prazo de validade, quando aplicável;
- b) data de emissão;
- c) identificação do contrato e do órgão contratante;
- d) período de prestação dos serviços;
- e) valor total a pagar;
- f) destaque dos valores sujeitos a retenção;
- g) grau de jurisdição do local da prestação dos serviços;
- h) eventual destaque das retenções tributárias cabíveis.

10.2.6. Em caso de férias, falta, licença ou qualquer outro motivo que justifique a ausência do condutor no período faturado, a CONTRATADA deverá encaminhar, juntamente com a respectiva Nota Fiscal, o comunicado formal do ocorrido, a identificação dos substitutos designados e as cópias dos documentos comprobatórios do pagamento de salários e do recolhimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e tributárias referentes a esses substitutos.

10.2.7. Encaminhar à Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato todas as faturas e documentos fiscais correspondentes aos serviços efetivamente prestados.

10.2.8. Por ocasião do certame licitatório ou durante a execução contratual, sempre que solicitado pela Administração, o licitante ou a contratada deverá apresentar planilha de formação de preços, para fins de detalhamento e verificação dos valores praticados.

10.2.9. Manter os empregados alocados na execução dos serviços devidamente identificados por meio de crachá funcional e uniforme padronizado, em conformidade com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e com as normas de segurança aplicáveis.

10.2.10. Responsabilizar-se integralmente pelo transporte dos empregados alocados na execução dos serviços até as dependências dos postos de trabalho, por meios próprios ou mediante concessão de vale-transporte, inclusive em situações de paralisação do transporte coletivo ou de necessidade de execução dos serviços em regime extraordinário.

10.2.11. Indicar preposto responsável pelo acompanhamento e gerenciamento dos empregados alocados na execução dos serviços, devendo manter canal permanente e atualizado de comunicação com a CONTRATANTE, de modo a assegurar a interlocução eficiente entre as partes durante a execução contratual.

10.2.12. Nos casos em que o quantitativo de empregados alocados na execução dos serviços for igual ou inferior a 15 (quinze), por razões de economia e racionalização administrativa, poderá ser designado como preposto um dos próprios empregados vinculados ao contrato, sem prejuízo do desempenho de suas atribuições regulares.

10.2.13. Fornecer os meios necessários para que o preposto indicado mantenha contato permanente com a unidade responsável pela fiscalização do contrato, adotando tempestivamente as providências requeridas quanto à execução dos serviços, bem como promovendo a coordenação e o acompanhamento das atividades desempenhadas pelos empregados alocados.

10.2.14. Prestar, durante toda a vigência contratual, todos os esclarecimentos que lhe forem solicitados pela CONTRATANTE, mantendo representante formalmente credenciado junto ao órgão contratante para prestar informações, dirimir dúvidas e atender eventuais demandas relacionadas à execução do contrato.

10.2.15. Deverá, quando convocada pela CONTRATANTE, comparecer ao Prédio Sede do CONTRATANTE, ou a outro local por este indicado, para prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias à apuração e à solução de eventuais irregularidades relacionadas à execução dos serviços contratados.

10.2.16. Observar o horário de trabalho estabelecido para a execução dos serviços, em conformidade com a legislação trabalhista vigente. Os horários de início e término da jornada diária poderão ser ajustados em função das necessidades operacionais do serviço, mediante comunicação prévia da CONTRATANTE, respeitados os limites legais de jornada, intervalos e descansos. Caberá à CONTRATADA organizar as escalas de revezamento, as substituições de condutores e eventuais ajustes de turnos, de modo a assegurar a continuidade, a regularidade e a adequada prestação dos serviços.

10.2.17. Permanecer à disposição da CONTRATANTE durante todo o período estipulado no subitem 10.4.1, sendo-lhe vedado utilizar os veículos para atividades alheias ao objeto contratado, bem como transportar pessoas ou objetos estranhos ao contrato, ou permitir que seus condutores se façam acompanhar por terceiros, salvo quando houver autorização formal e motivada da Administração, em razão de necessidade institucional devidamente justificada.

10.2.18. A CONTRATADA será responsável pela segurança de passageiros, veículos, materiais, documentos e cargas sob sua responsabilidade, respondendo por extravios, danos a bens da Administração ou de terceiros e danos pessoais decorrentes da execução do contrato. Responderá, ainda, pelos danos causados à Administração Pública ou a terceiros, por ação ou omissão, culposa ou dolosa, inclusive aqueles decorrentes de acidentes de trânsito envolvendo veículos utilizados na execução dos serviços, devendo ressarcir o erário nos termos da Lei nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor). A CONTRATANTE poderá efetuar o desconto dos valores correspondentes aos danos apurados da garantia contratual ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

10.2.19. Conferir e verificar a regularidade das notas e da documentação relativas às cargas, materiais e documentos que lhe forem confiados, responsabilizando-se por sua guarda e integridade durante a execução dos serviços.

10.2.20. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços executados em que se verifiquem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo estabelecido pela Administração, por intermédio da fiscalização do contrato, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

10.2.21. Zelar pelo integral cumprimento dos direitos trabalhistas de seus empregados, observando, especialmente, o repouso semanal remunerado, a remuneração das horas extraordinárias e os demais preceitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho, na Convenção Coletiva de Trabalho aplicável e na legislação vigente.

10.2.22. Administrar, com exclusividade, todos os assuntos relacionados aos seus empregados, assumindo integral responsabilidade pela adoção das medidas necessárias ao atendimento de seus empregados em caso de acidente de trabalho, mal súbito ou qualquer outra ocorrência, não cabendo à CONTRATANTE qualquer responsabilidade ou ônus decorrente.

10.2.23. Pagar pontualmente os salários de seus empregados e recolher, nos prazos legais, todos os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e sociais incidentes, apresentando à CONTRATANTE, sempre que solicitada, as respectivas comprovações.

10.2.24. Efetuar o pagamento dos salários de seus empregados até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, independentemente da liquidação ou do pagamento da respectiva Nota Fiscal pela CONTRATANTE.

10.2.25. Manter, durante toda a vigência contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento licitatório, compatíveis com as obrigações assumidas, inclusive quanto à regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e ao cumprimento dos direitos da mulher, especialmente aqueles relacionados à proteção à maternidade, nos termos do art. 28, §4º, da Constituição do Estado do Pará. O descumprimento dessas obrigações poderá ensejar a adoção das medidas administrativas e contratuais cabíveis, inclusive a rescisão contratual, observado o devido processo legal, sendo a CONTRATADA a única responsável pelos prejuízos decorrentes de eventual infração à legislação vigente.

10.2.26. Compete à CONTRATADA, sem prejuízo das demais obrigações previstas neste Termo de Referência, a responsabilidade por:

a) Todos os encargos previdenciários, fiscais, trabalhistas e demais obrigações sociais previstas na legislação em vigor, comprometendo-se a efetuar o respectivo pagamento nos prazos legalmente estabelecidos, não se estabelecendo qualquer vínculo empregatício entre os seus empregados e o CONTRATANTE.

b) Todas as providências e obrigações previstas na legislação específica relativa a acidentes de trabalho, sempre que, em ocorrências dessa natureza, os seus empregados venham a ser vítimas durante a execução do presente contrato, ainda que o evento ocorra nas dependências do CONTRATANTE.

c) Todas as demandas de natureza trabalhista, cível ou penal relacionadas à execução do presente contrato, sejam elas originárias ou decorrentes de prevenção, conexão ou continência.

d) Encargos fiscais, tributários e comerciais decorrentes da presente contratação.

e) Manter quadro de pessoal em número suficiente para a plena execução dos serviços, assegurando a sua continuidade sem qualquer interrupção, independentemente de férias, descanso semanal, intervalos intrajornada, licenças, greves, ausências ao serviço ou desligamento de empregados. Os profissionais alocados não manterão, em hipótese alguma, vínculo empregatício com o CONTRATANTE, sendo de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA todas as despesas decorrentes, inclusive os encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais obrigações legais.

f) Manter pessoal de reserva para suprir eventuais ausências, garantindo a disponibilidade de efetivo em conformidade com os padrões exigidos, bem como para atender a eventuais acréscimos de serviços solicitados pela Administração. Deverá, ainda, assegurar que o prestador de serviços não seja mantido nem retorne às instalações do CONTRATANTE não apenas nos casos de falta disciplinar de natureza grave, mas também sempre que a sua conduta, desempenho ou permanência sejam considerados inadequados. Caberá à CONTRATADA, igualmente, promover a imediata substituição de qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento sejam considerados pelo CONTRATANTE como prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios.

10.2.27. A CONTRATADA é responsável por manter o controle da frequência de seus empregados, mediante a adoção do Registrador Eletrônico de Ponto Biométrico (REP). Nas comarcas em que o número de postos de trabalho seja inferior a 10 (dez) condutores, fica facultada à CONTRATADA a instalação do registro de ponto biométrico, em conformidade com o disposto no art. 74, §2º, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Para fins de apuração de horas extras e adicionais noturnos, nas comarcas em que não houver coleta eletrônica, a folha de ponto será utilizada para essa finalidade, devidamente validada pelo responsável pelo controle na respectiva comarca.

10.2.28. O registro eletrônico de ponto será utilizado para o cálculo de horas extras, adicionais noturnos e descontos decorrentes de atrasos, por meio de sistema informatizado, devendo gerar relatórios quinzenais a serem encaminhados à fiscalização. A fiscalização do contrato poderá, para fins de verificação do disposto no parágrafo anterior, utilizar-se de quaisquer instrumentos previstos neste Termo de Referência, no Edital de Licitação, inclusive em seus anexos, ou na legislação vigente.

10.2.29. O pagamento das diárias será realizado mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, distinta daquela referente aos serviços ordinários.

10.2.30. O pagamento das horas extraordinárias será realizado mediante a apresentação de Nota Fiscal específica, devendo o valor referente ao adicional noturno ser discriminado na mesma Nota Fiscal.

10.2.31. A discriminação dos valores referidos no item anterior deverá distinguir as horas extraordinárias executadas, de acordo com as categorias especificadas na tabela constante do item 8.2 – Local de entrega ou execução dos serviços.

10.2.32. É vedado o pagamento antecipado dos serviços.

10.2.33. Garantir a observância da legislação de trânsito por seus condutores, incluindo o porte e a regularidade de toda a documentação obrigatória do veículo e do condutor, responsabilizando-se integralmente pelas penalidades, multas e demais medidas administrativas decorrentes de infrações ao Código de Trânsito Brasileiro, às normas regulamentares e à legislação complementar aplicável. Deverá, ainda, assegurar que os condutores atuem com prudência e direção defensiva, respeitem os limites legais de tempo de direção e de descanso, mantenham postura compatível com o serviço público, com urbanidade e respeito, utilizem uniforme conforme exigido, submetam-se à fiscalização dos órgãos competentes e observem as condições de segurança e funcionamento dos veículos utilizados na execução dos serviços.

10.2.34. Após a assinatura do contrato, no prazo de até 60 (sessenta) dias, a CONTRATADA deverá apresentar, quando solicitado pela CONTRATANTE, a comprovação de realização de curso de direção defensiva por todos os condutores vinculados à execução do contrato, por meio de certificados emitidos por instituições devidamente habilitadas.

10.2.35. A CONTRATADA deverá orientar os condutores vinculados à execução do contrato quanto à adoção de práticas de condução sustentável (eco-driving), visando à redução do consumo de combustível e das emissões de poluentes, no prazo de até 30 (trinta) dias contados do início da execução contratual, sempre que houver substituição de profissionais, e sempre que solicitado pela fiscalização. A comprovação do cumprimento desta obrigação dar-se-á mediante registros de treinamento ou de orientação interna, bem como por meio de anotações nos relatórios de fiscalização contratual, a critério da Administração.

10.2.36. A CONTRATADA deverá orientar os condutores quanto à expressa proibição de instalação ou utilização de dispositivos de sinalização luminosa intermitente (giroflex) nos veículos, salvo mediante autorização prévia, expressa e por escrito do órgão de trânsito competente, a ser apresentada previamente pela CONTRATANTE. É de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA assegurar a conformidade dos veículos com a legislação de trânsito vigente, respondendo integralmente por eventuais sanções administrativas, civis ou criminais decorrentes do uso indevido desses dispositivos, inclusive multas, remoções ou retenções dos veículos.

10.2.37. A CONTRATADA deverá orientar os condutores e adotar medidas eficazes para coibir o funcionamento desnecessário dos veículos com o motor ligado (marcha lenta), especialmente quando o sistema de ar-condicionado estiver acionado, excetuadas as situações em que os veículos estejam em serviço efetivo ou em diligência. É de responsabilidade da CONTRATADA assegurar o cumprimento desta exigência, sob pena de aplicação das sanções contratuais cabíveis.

10.2.38. Apresentar, no ato da entrega da primeira fatura de pagamento, cópia do contrato vigente firmado com a operadora do plano de saúde referente aos postos alocados na capital, na região metropolitana e nas comarcas do interior.

10.2.39. Não poderá empregar ou permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos, nem permitir a utilização de trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres, nos termos da legislação vigente.

10.2.40. Comprovar, durante toda a vigência contratual, o cumprimento da política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e de pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante a apresentação de certidão válida emitida pelo órgão competente.

10.2.41. Comprovar, após 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, o cumprimento da política de empregabilidade de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, observando o percentual mínimo de 5% (cinco por cento) do total dos postos de trabalho, nos termos da Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

10.2.42. Para fins de cumprimento do subitem 10.2.41, a CONTRATADA poderá valer-se do Acordo de Cooperação Técnica nº 029/2023, celebrado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA com a Fundação ParaPaz e outras instituições, que prevê a disponibilização de banco de dados de mulheres em situação de violência doméstica às empresas demandantes.

10.2.43. Na hipótese de não preenchimento da cota prevista no subitem 10.2.41, a CONTRATADA deverá comprovar, de forma inequívoca, que adotou todas as medidas razoáveis e diligências necessárias para o efetivo preenchimento das vagas reservadas.

10.2.44. Manter, durante toda a execução do contrato, o percentual de reserva de vagas de mão de obra composta por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023. Na hipótese de não preenchimento da cota, observado o disposto no subitem 10.2.41, deverá assegurar que as vagas remanescentes sejam destinadas às demais mulheres trabalhadoras.

10.2.45. Comprovar, após 30 (trinta) dias da assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, o cumprimento da política de paridade de gênero prevista na Resolução nº 540/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, mediante a demonstração de que, sempre que possível, no mínimo 50% (cinquenta por cento) dos postos de trabalho destinados à execução do contrato sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra são ocupados por mulheres, observada a participação equânime por função, com perspectiva interseccional de raça e etnia.

10.2.46. Guardar sigilo sobre toda e qualquer informação relacionada à CONTRATANTE, inclusive dados pessoais, a que tenha acesso em razão da execução do objeto contratual, observando integralmente o disposto na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD). O dever de confidencialidade e de proteção de dados aplica-se a todas as informações e dados pessoais acessados pela CONTRATADA desde a fase de apresentação da proposta, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

10.2.47. Cumprir o disposto no art. 3º da Resolução nº 07, de 18 de outubro de 2005, do Conselho Nacional de Justiça, que veda a contratação e a manutenção de contrato de prestação de serviços com empresa que possua, em seu quadro de empregados, cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de ocupantes de cargos de direção ou assessoramento, bem como de membros ou magistrados vinculados ao Tribunal contratante, observadas, no que couber, as restrições relativas à reciprocidade entre Tribunais e entre estes e os órgãos da administração pública direta ou indireta, em quaisquer esferas federativas.

10.2.48. Instalar e manter escritório na cidade de Belém, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado do início da vigência do contrato, como condição necessária à adequada execução e fiscalização dos serviços, adotando-se, como referência técnica, o disposto no item 10.6, alínea “a”, do Anexo VII da Instrução Normativa nº 05/2017 – SEGES/MPDG. Na hipótese de a CONTRATADA já possuir matriz, filial ou escritório instalado no local indicado, deverá apresentar declaração formal de manutenção da respectiva estrutura durante a vigência contratual.

XIV – Vedações e disposições gerais

10.2.49. A CONTRATADA deverá observar que é expressamente vedado:

- a) A contratação de servidor integrante do quadro de pessoal do CONTRATANTE, ativo ou aposentado, bem como de ocupante de cargo em comissão, assim como de seus cônjuges, companheiros, parentes consanguíneos ou afins, até o 3º (terceiro) grau, durante a vigência deste contrato, observadas, ainda, as restrições relativas à reciprocidade entre os Tribunais ou entre estes e os órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual, distrital ou municipal.
- b) A veiculação de qualquer forma de publicidade relativa a este contrato, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração do CONTRATANTE.
- c) A transferência, total ou parcial, do objeto do presente contrato, bem como a subcontratação de outra empresa para a sua execução.

10.2.50. Sem prejuízo das demais obrigações assumidas, a CONTRATADA será responsável por cumprir fielmente todas as disposições previstas no Edital, no Termo de Referência e na proposta de preços apresentada, utilizando-se de todos os recursos materiais e humanos necessários à execução do objeto licitado, no prazo, local e horários estabelecidos.

10.2.51. A inadimplência da CONTRATADA quanto aos encargos estabelecidos neste contrato não transfere à Administração do CONTRATANTE a responsabilidade por seu pagamento, nem poderá onerar o objeto contratual, razão pela qual a CONTRATADA renuncia expressamente a qualquer vínculo de solidariedade, ativa ou passiva, com o CONTRATANTE.

10.3. Obrigações do TJPA

10.3.1. Promover reunião inicial, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos, contados da assinatura do contrato e, obrigatoriamente, antes do início da execução dos serviços, sempre que a natureza dos serviços assim o exigir, com a finalidade de apresentar o plano de fiscalização.

- a) O plano de fiscalização deverá conter informações detalhadas acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para a execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando aplicável, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, bem como de outros aspectos considerados relevantes.
- b) Os assuntos tratados na reunião inicial deverão ser registrados em ata, com a participação, preferencialmente, do gestor do contrato, do fiscal ou da equipe responsável pela fiscalização, do preposto da empresa e, quando aplicável, do servidor ou da equipe de planejamento da contratação.
- c) A CONTRATADA deverá informar previamente os contatos de e-mail e telefone de seu(s) preposto(s), que servirão como principais canais de comunicação ao longo da vigência do contrato, recomendando-se que as partes priorizem a utilização do correio eletrônico (e-mail), de modo a assegurar a adequada geração e preservação de registros documentais.

10.3.2. Exigir o cumprimento integral de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, em conformidade com as cláusulas contratuais, os termos de sua proposta e o disposto no Termo de Referência.

10.3.3. Proporcionar todas as condições necessárias para que a CONTRATADA desempenhe os serviços em conformidade com as disposições do Contrato, do Edital e de seus Anexos, especialmente deste Termo de Referência.

10.3.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pela CONTRATADA, no âmbito da execução contratual.

10.3.5. Proporcionar os meios necessários e indispensáveis à adequada execução das obrigações contratuais.

10.3.6. Atestar as faturas correspondentes e supervisionar os serviços prestados, por intermédio do fiscal do contrato designado para essa finalidade.

10.3.7. Efetuar os pagamentos devidos, em conformidade com as condições estabelecidas no presente instrumento, no Edital e em seus Anexos.

10.3.8. Indicar os responsáveis pela gestão do contrato, aos quais competirá, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021, a fiscalização dos serviços, inclusive a solicitação à CONTRATADA, sempre que necessário, de informações acerca do andamento da execução contratual.

10.3.9. Comunicar formalmente à CONTRATADA, por intermédio do fiscal do contrato, as irregularidades ou imperfeições eventualmente constatadas durante a execução dos serviços, fixando prazo para a respectiva correção, especialmente aquelas passíveis de aplicação de multas ou penalidades, de modo a possibilitar a regularização das situações identificadas.

10.3.10. Fiscalizar, de forma regular, a observância, por parte da CONTRATADA, das condições de habilitação e qualificação exigidas no processo licitatório, compatíveis com as obrigações assumidas.

10.3.11. Exigir da CONTRATADA, durante toda a execução contratual, o cumprimento da política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e de pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ, devendo a comprovação do atendimento dessa obrigação ocorrer mediante a apresentação de certidão válida emitida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

10.3.12. Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, da política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e de pessoas com deficiência, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e do art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

10.3.13. Exigir da CONTRATADA, após 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato e, a partir de então, de forma semestral, que 5% (cinco por cento) do total dos postos de trabalho sejam preenchidos por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, conforme o art. 3º da Resolução nº 497/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ e o art. 2º da Portaria nº 513/2025 do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, como medida destinada a fomentar a adoção de políticas afirmativas voltadas à redução das desigualdades e à promoção da inclusão social no mercado de trabalho, em consonância com o inciso IV do art. 11 da Lei nº 14.133/2021 e com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) nº 8 e nº 10 da Agenda 2030 da Organização das Nações Unidas, abrangendo mulheres integrantes dos seguintes grupos em condição de vulnerabilidade socioeconômica:

- a) mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;
- b) mulheres trans e travestis;
- c) mulheres migrantes e refugiadas;
- d) mulheres em situação de rua;
- e) mulheres egressas do sistema prisional; e
- f) mulheres indígenas, camponesas e quilombolas.

10.3.14. Pelo menos metade do total das vagas reservadas deverá ser destinada a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar.

10.3.15. As demais vagas reservadas deverão ser preenchidas por mulheres integrantes dos grupos indicados nas alíneas “b” a “f” do subitem 10.3.13, cabendo ao TJPA a definição quanto à sua destinação, observadas as peculiaridades regionais.

10.3.16. As vagas serão destinadas, prioritariamente, a mulheres pretas e pardas.

10.3.17. O percentual mínimo de mão de obra estabelecido no subitem 10.3.13 deverá ser mantido durante toda a execução contratual.

10.3.18. A indisponibilidade de mão de obra com a qualificação necessária para o atendimento do objeto contratual não será considerada, por si só, descumprimento do disposto no subitem 10.3.13.

10.3.19. Na hipótese de não preenchimento da cota prevista no subitem 10.3.13, a CONTRATADA deverá comprovar, de forma inequívoca, que adotou todas as medidas razoáveis e emvidou os esforços necessários para o efetivo preenchimento das vagas reservadas.

10.3.20. Fiscalizar o cumprimento, pela CONTRATADA, da manutenção, durante toda a execução do contrato, do percentual de reserva de vagas de mão de obra composta por mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023 e, na hipótese de não preenchimento dessa cota, observado o disposto no subitem 10.3.19, assegurar que as vagas remanescentes sejam destinadas às demais mulheres trabalhadoras.

10.3.21. Exigir da CONTRATADA, após 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato e, a partir de então, de forma semestral, o cumprimento da política de paridade de gênero, nos termos do art. 2º, inciso VI, e do § 7º da Resolução nº 540/2023 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

10.3.22. A CONTRATANTE poderá, por razões de segurança institucional, solicitar a instalação de dispositivo de sinalização luminosa intermitente (giroflex) nos veículos utilizados na execução dos serviços, desde que previamente obtida autorização formal do órgão de trânsito competente, vedada qualquer solicitação verbal ou informal.

10.3.23. Permitir o livre acesso dos empregados da CONTRATADA às dependências do CONTRATANTE, para a execução dos serviços.

10.3.24. Prestar as informações e os esclarecimentos que forem solicitados pelos empregados da CONTRATADA, no âmbito da execução contratual.

10.3.25. Comunicar à CONTRATADA quaisquer irregularidades ocorridas.

10.3.26. Designar um servidor em cada unidade ou localidade para acompanhar e auxiliar na execução do contrato, em conjunto com a Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato.

10.4. Dinâmica de execução do contrato

10.4.1. Da jornada de trabalho

10.4.1.1. Os serviços serão executados em conformidade com a legislação trabalhista vigente, as Convenções Coletivas de Trabalho aplicáveis e as alterações introduzidas pela Lei nº 13.467/2017.

10.4.1.2. A jornada de trabalho será de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, adotando-se, como regra, o regime de semana inglesa, distribuída de segunda a sexta-feira, sem adoção de regime de compensação de jornada, podendo ser ajustada conforme as diretrizes operacionais da CONTRATANTE, em razão da natureza contínua e essencial dos serviços.

10.4.1.3. A prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados poderá ocorrer, mediante prévia autorização da CONTRATANTE, em razão da natureza contínua e essencial dos serviços, sendo todas as horas trabalhadas nesses dias consideradas como extraordinárias, nos termos da legislação trabalhista vigente e das normas coletivas aplicáveis, por não comporem a jornada regular semanal estabelecida de segunda a sexta-feira, devendo ser rigorosamente observados, também nesses dias, os limites legais da jornada de trabalho, inclusive quanto à duração máxima diária, aos intervalos e aos períodos de descanso. Não será admitida a adoção de regime de compensação de jornada, banco de horas ou qualquer forma de compensação indireta, devendo as horas trabalhadas fora da jornada regular semanal serem remuneradas como extraordinárias, nos termos da legislação trabalhista e das normas coletivas aplicáveis.

10.4.1.4. A jornada diária de trabalho, no período compreendido entre segunda e sexta-feira, observará os limites estabelecidos na legislação trabalhista vigente, compreendendo até 8 (oito) horas diárias, admitida a prorrogação por até 2 (duas) horas extraordinárias, respeitados os períodos de descanso.

10.4.1.5. Nos casos em que a execução dos serviços envolva períodos de espera operacional, deslocamentos com travessia por meio fluvial ou outras situações em que o profissional permaneça à disposição da CONTRATANTE, ainda

que sem a condução direta de veículo, o tempo correspondente será considerado como tempo à disposição, para todos os efeitos, nos termos da legislação trabalhista vigente, podendo ensejar, quando for o caso, o pagamento de horas extraordinárias.

10.4.1.6. Será assegurado intervalo intrajornada mínimo de 1 (uma) hora para repouso e alimentação, bem como o intervalo mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre jornadas, nos termos da legislação trabalhista vigente.

10.4.1.7. Deverá ser assegurado o descanso semanal remunerado de 24 (vinte e quatro) horas consecutivas, a ser concedido após, no máximo, 6 (seis) dias de trabalho contínuo, mediante a adequada organização das escalas de trabalho, com adoção de sistema de revezamento entre os empregados e, quando necessário, a utilização de profissionais substitutos, de modo a garantir o efetivo cumprimento dos períodos de descanso, preferencialmente aos domingos, nos termos da legislação trabalhista vigente.

10.4.1.8. A prestação de serviços em horário noturno, compreendido entre 22h e 5h, ensejará o pagamento do adicional noturno, nos termos da legislação trabalhista vigente e das normas coletivas aplicáveis.

10.4.1.9. Em razão da natureza contínua e essencial dos serviços, a CONTRATANTE definirá as demandas e necessidades operacionais, cabendo exclusivamente à CONTRATADA a organização da execução, incluindo a gestão da jornada, das escalas de trabalho e da alocação de seus empregados, observados os limites legais e as disposições deste Termo de Referência, preservada a autonomia da CONTRATADA na gestão de seus empregados, sem prejuízo da fiscalização contratual.

10.4.1.10. A CONTRATADA deverá organizar as escalas de trabalho e a alocação dos profissionais de modo a assegurar a adequada execução dos serviços, compatibilizando a jornada diária de trabalho, no período compreendido entre segunda e sexta-feira, com as demandas operacionais, inclusive quanto à prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, na forma do item 10.4.1.3, garantindo o cumprimento dos períodos de descanso e evitando a extrapolação habitual da jornada por um mesmo empregado, bem como a concentração de carga horária, ainda que em regime de horas extraordinárias, podendo, para tanto, adotar substituições e revezamentos, observados os limites legais de jornada.

10.4.1.11. A CONTRATADA deverá contemplar, em seu planejamento operacional, a disponibilização de profissionais substitutos devidamente qualificados, como medida de gestão destinada a assegurar a continuidade e a regularidade dos serviços, bem como o adequado cumprimento da jornada de trabalho, dos períodos de descanso e das escalas estabelecidas.

a) A utilização de substitutos será especialmente adotada quando necessária à observância dos limites legais de jornada, à fruição dos períodos de descanso, à prestação de serviços aos sábados, domingos e feriados, bem como nas hipóteses de afastamentos legais, férias, licenças ou outras ausências justificadas;

b) A substituição deverá ser realizada por profissional que atenda aos mesmos requisitos técnicos exigidos para o posto de trabalho, sem implicar alteração dos quantitativos contratados, devendo ser observados os limites legais de jornada, os períodos de descanso e os direitos trabalhistas aplicáveis aos empregados vinculados à execução contratual, nos termos da legislação trabalhista vigente;

c) Fica vedada a utilização habitual de prorrogação da jornada de trabalho (dobra) como mecanismo de substituição de pessoal, devendo tal necessidade ser suprida mediante adequada organização das escalas de trabalho e utilização de profissionais substitutos.

10.4.1.12. Da organização da escala operacional de motociclistas

a) Considerando a variação da demanda operacional ao longo do expediente, a CONTRATADA deverá organizar as escalas de trabalho dos motociclistas de modo a assegurar o atendimento contínuo e adequado às necessidades da CONTRATANTE, observada a jornada semanal de 44 (quarenta e quatro) horas;

b) A CONTRATADA poderá, de forma planejada e mediante organização de escala, ajustar a distribuição da execução dos serviços entre as unidades atendidas, conforme a variação da demanda operacional, inclusive com base nas premissas operacionais constantes do Estudo Técnico Preliminar, especialmente em períodos de redução de demanda em determinadas unidades ao longo do expediente, desde que respeitados a jornada de trabalho, os períodos de

descanso e os direitos trabalhistas dos profissionais, podendo a alocação operacional ocorrer de forma integrada entre as unidades, conforme a necessidade do serviço;

c) Os ajustes operacionais de que trata este item deverão observar, cumulativamente:

I – não implicarão alteração dos postos de trabalho contratados;

II – não comprometerão a continuidade, a regularidade e a eficiência dos serviços nas unidades de origem;

III – serão realizados, preferencialmente, em unidades que disponham de mais de um posto de motociclista;

IV – não serão aplicados em unidades em que a demanda permaneça elevada ao longo de todo o expediente;

d) A CONTRATADA deverá manter controle formal das escalas e das atividades realizadas, com indicação dos profissionais envolvidos, horários e unidades de atuação, assegurando a rastreabilidade da execução dos serviços e disponibilizando tais registros sempre que solicitado pela fiscalização do contrato;

e) É vedada a adoção de prática diversa da prevista neste item, salvo mediante autorização expressa da CONTRATANTE, devidamente justificada e registrada.

10.4.1.13. Da flexibilidade da execução

A execução dos serviços de motoristas e motociclistas poderá ser ajustada, por necessidade devidamente justificada da Administração, quanto aos dias, horários ou locais de prestação, desde que tais ajustes sejam compatíveis com as demandas operacionais do serviço e previamente comunicados à CONTRATADA, assegurando-se a manutenção dos quantitativos de postos contratados, o respeito aos limites legais da jornada de trabalho e aos períodos de descanso, bem como a preservação da continuidade e regularidade dos serviços, sob acompanhamento da fiscalização contratual, observada, ainda, a autonomia da CONTRATADA na gestão de seus empregados.

10.4.2. Concessão de diárias, horas extras, adicionais noturnos e interjornadas

10.4.2.1. Das diárias

a) A concessão de diárias aplica-se **exclusivamente aos motoristas**, nos casos de deslocamento para fora da Região Metropolitana de Belém, nos termos deste Termo de Referência e do Estudo Técnico Preliminar.

b) A CONTRATADA deverá pagar ao motorista que realizar viagem fora da Região Metropolitana de Belém o valor líquido de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais), a título de diária, destinado à indenização de despesas com alimentação e hospedagem. Sobre esse valor incidirão os tributos, o lucro e os custos indiretos da CONTRATADA, conforme previsto na planilha de composição de preços. Para fins de estimativa, considera-se a quantidade média mensal de 100 (cem) diárias, ao valor unitário de R\$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais).

c) A diária será devida por dia de afastamento, nos casos em que a viagem exigir pernoite do motorista fora da Região Metropolitana de Belém, devendo ser paga pela metade quando o deslocamento não demandar pernoite fora dessa localidade.

d) Sobre o valor pago a título de diária não incidirão descontos de qualquer natureza, inclusive aqueles relacionados à remuneração do motorista.

e) É vedado o pagamento de diárias sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

f) As diárias deverão ser pagas pela CONTRATADA ao motorista no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contado da autorização formal emitida pela CONTRATANTE.

g) O custo total anual estimado com diárias fica fixado no valor de R\$ 372.000,00 (trezentos e setenta e dois mil reais), distribuído entre a Capital, Região Metropolitana e Comarcas do Interior, conforme tabela constante do item 8.2 deste Termo de Referência, referente aos locais de execução dos serviços.

10.4.2.2. Da hora extraordinária

- a) A prestação de horas extraordinárias, **exclusivamente aos motoristas**, observará o disposto na legislação trabalhista vigente e nas convenções coletivas aplicáveis à categoria profissional, respeitados os limites legais.
- b) O pagamento de horas extraordinárias somente será devido quando prévia e expressamente autorizado pela CONTRATANTE, vedada a realização de horas extras sem autorização formal.
- c) Em caráter excepcional, nos casos de demandas urgentes e imprevisíveis, devidamente justificadas, a autorização poderá ser formalizada posteriormente, desde que haja solicitação da unidade demandante e apresentação de justificativa formal quanto à necessidade do serviço.
- d) Nos casos em que a execução dos serviços envolva períodos de espera operacional, travessias por meio fluvial ou outras situações em que o profissional permaneça à disposição sem a condução direta de veículo, o tempo correspondente será considerado como tempo à disposição, **nos termos do item 10.4.1.5 deste Termo de Referência**.
- e) A CONTRATADA deverá adotar as medidas operacionais necessárias para evitar a extrapolação dos limites legais de horas extraordinárias, incluindo a adequada organização das escalas de trabalho e, quando necessário, a utilização de profissional de cobertura devidamente qualificado, de modo a assegurar a continuidade e regularidade dos serviços.
- f) Fica vedada a adoção de regime de compensação de jornada, devendo as horas excedentes serem remuneradas como extraordinárias
- g) O custo anual estimado com horas extraordinárias fica fixado no valor total de R\$ 540.000,00 (quinhentos e quarenta mil reais), distribuído entre a Capital, a Região Metropolitana e as Comarcas do Interior, conforme tabela constante do item 8.2 deste Termo de Referência, relativa aos locais de execução dos serviços.

10.4.2.3. Do adicional noturno

- a) Para fins de apuração do adicional noturno, **exclusivamente aos motoristas**, será considerada como noturna a jornada de trabalho realizada entre 22h (vinte e duas horas) de um dia e 5h (cinco horas) do dia seguinte, nos termos da legislação trabalhista vigente.
- b) O adicional noturno corresponderá a um acréscimo mínimo de 20% (vinte por cento) sobre o valor da hora normal de trabalho, conforme previsto na legislação vigente, observado o percentual mais vantajoso previsto em convenção coletiva aplicável.

10.4.2.4. Da interjornada

- a) A CONTRATADA deverá assegurar o cumprimento do intervalo interjornada mínimo de 11 (onze) horas consecutivas entre duas jornadas de trabalho, nos termos do art. 66 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT.
- b) O cumprimento do intervalo interjornada não exime a CONTRATADA da responsabilidade de garantir a continuidade da prestação dos serviços, devendo, para tanto, adotar as medidas operacionais necessárias, inclusive substituições e ajustes de escala, conforme disposto neste Termo de Referência.

10.4.3. Do preço mensal do posto

Para cada tipo de posto, tanto de motorista quanto de motociclista, deverá ser apresentado pelos licitantes o respectivo Preço Mensal do Posto, calculado com base em planilha de custos e formação de preços, observando-se os encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e demais custos incidentes, tomando-se como referência técnica o modelo constante do Anexo VII-D da Instrução Normativa nº 05/2017 SEGES/MPDG, ou outro que venha a substituí-lo, sem prejuízo da observância da legislação vigente e das disposições deste Termo de Referência.

10.4.4. Do Fator Acidentário Previdenciário (FAP) e do Plano de Saúde

Deverão ser apresentados, juntamente com a proposta, o índice do Fator Acidentário Previdenciário – FAP, obtido eletronicamente junto à Previdência Social, bem como a planilha detalhada do plano de saúde, acompanhada da proposta da operadora, para todos os postos previstos neste Termo de Referência, independentemente da localização geográfica da execução dos serviços.

10.5. Do Encarregado

10.5.1. Natureza e alocação do posto

O Encarregado constitui posto de trabalho com dedicação exclusiva de mão de obra, essencial à execução contínua do objeto contratual, devendo permanecer alocado exclusivamente ao contrato durante o horário de prestação dos serviços, com atuação presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, sendo vedado o seu compartilhamento com outros contratos ou atividades estranhas ao objeto.

10.5.2. Designação e representação contratual

a) **Designação do Encarregado:** A CONTRATADA deverá designar **ENCARREGADO** para o controle das operações durante todo o horário de prestação dos serviços, o qual se reportará diretamente ao fiscal designado e exercerá suas atribuições de forma presencial nas dependências do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, com o objetivo de assegurar o adequado controle dos atendimentos e da execução contratual.

b) **Representação contratual:** A CONTRATADA deverá manter **PREPOSTO** regularmente designado, nos termos do art. 118 da Lei nº 14.133/2021, para representá-la perante a fiscalização do contrato, receber notificações, prestar esclarecimentos e adotar as providências necessárias ao fiel cumprimento contratual, devendo manter canal de comunicação permanente com a CONTRATANTE e comparecer sempre que solicitado, sem que isso constitua posto de trabalho autônomo ou enseje pagamento adicional pela CONTRATANTE.

10.5.3. Atribuições operacionais e funcionais do Encarregado

O Encarregado, ao receber as requisições da CONTRATANTE, providenciará a solicitação de motorista e será responsável, dentre outras atividades, pelas seguintes atribuições:

- a) Controlar a movimentação e a frequência dos motoristas vinculados ao contrato;
- b) Providenciar a imediata substituição de colaboradores em caso de afastamentos, faltas ou interrupções, de modo a evitar a descontinuidade dos serviços;
- c) Elaborar e gerenciar a escala de motoristas para atendimento em finais de semana, feriados ou horários especiais;
- d) Inspeccionar, antes do início das atividades, os veículos disponibilizados, verificando a limpeza, a conservação e as condições gerais de uso;
- e) Receber as requisições da CONTRATANTE e indicar motorista para o respectivo atendimento;
- f) Coordenar a execução dos serviços, de forma a assegurar resultados eficazes, mantendo contato permanente com a unidade fiscalizadora da CONTRATANTE quanto à execução do contrato;
- g) Verificar se os colaboradores estão devidamente uniformizados, observando os aspectos de higiene pessoal e das vestimentas;
- h) Manter a ordem, a disciplina e o respeito entre os empregados da CONTRATADA, orientando e instruindo seus subordinados quanto à conduta adequada no ambiente de trabalho;

i) Impedir que os empregados da CONTRATADA se dirijam aos usuários para tratar de assuntos particulares ou não relacionados à execução dos serviços de transporte;

j) Proceder às advertências cabíveis e solicitar a substituição de profissionais da CONTRATADA que não atendam às recomendações, pratiquem atos de insubordinação ou indisciplina, desrespeitem superiores, não acatem ordens recebidas ou deixem de cumprir suas obrigações contratuais;

k) Realizar o controle e o acompanhamento diário das folhas de ponto dos profissionais da CONTRATADA, encaminhando os respectivos relatórios ao gestor ou fiscal do contrato;

l) Controlar o cumprimento da carga horária por meio de sistema de registro eletrônico de ponto adotado pela contratada, utilizando-se, preferencialmente o Registrador Eletrônico de Ponto Alternativo – REP-A, em razão das características dos serviços, admitindo-se, quando aplicável, o uso do REP-C (ponto biométrico) ou do REP-P (registrador eletrônico de ponto via programa), observadas as disposições da Portaria MTE nº 671, de 8 de novembro de 2021, cabendo exclusivamente à CONTRATADA promover a substituição de seus empregados nas ocorrências de faltas ou interrupções da jornada;

m) Coordenar os empregados de forma a evitar atritos ou confrontos de qualquer natureza com servidores ou visitantes, buscando, quando necessário, esclarecimentos e orientações junto à unidade fiscalizadora da CONTRATANTE;

n) Durante o horário de trabalho, compatível com o dos colaboradores, restringir-se exclusivamente às atividades relacionadas à execução do contrato e às atribuições previstas neste Termo de Referência.

10.5.4. Enquadramento ocupacional (CBO)

O Encarregado deverá observar o enquadramento funcional correspondente ao CBO 4101-05 – Encarregado de Serviços, ou outro que venha a substituí-lo, desde que plenamente compatível com as atribuições previstas neste Termo de Referência.

10.5.5. Classificação do serviço (CATSER)

Para fins de classificação da contratação, o posto de Encarregado integra o CATSER nº 25623 – Serviços de apoio administrativo, técnico e operacional, por tratar-se de função de coordenação, controle e acompanhamento da **execução dos serviços contratados, não se confundindo com o objeto finalístico da contratação.**

10.5.6. Convenção coletiva de trabalho paradigma

Para a composição dos custos do Encarregado, deverá ser adotada como convenção coletiva de trabalho paradigma a Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026, registrada no Ministério do Trabalho sob o nº PA000133/2025, firmada entre o SEAC/PA e o SINELPA, ou aquela que estiver vigente à época da abertura do procedimento licitatório, observada a base territorial da prestação dos serviços.

10.5.7. Remuneração mínima e vedação a suborçamento

Não serão aceitas propostas que adotarem, na Planilha de Custos e Formação de Preços (PCFP), vencimento base inferior ao valor orçado pela Administração para o item salário do Encarregado, nem valores inferiores ao estimado para a soma dos itens de salário e auxílio-alimentação, em consonância com o entendimento firmado no Acórdão nº 1.207/2024, de 19/06/2024, do Plenário do Tribunal de Contas da União.

10.5.8. Benefícios obrigatórios – plano de saúde

Deverá constar, obrigatoriamente, na PCFP do Encarregado, a previsão de benefício de plano de saúde, individual ou coletivo, como benefício de natureza social essencial, custeado integralmente pela CONTRATADA, devendo o respectivo custo estar claramente discriminado na planilha, sendo vedada sua omissão, compensação, repasse ao empregado,

coparticipação ou diluição em outros itens remuneratórios, inclusive em caso de afastamentos temporários, substituições ou férias.

10.5.9. Base de cálculo dos custos

Os valores relativos a salário, auxílio-alimentação, plano de saúde e demais benefícios obrigatórios ou admitidos deverão ser estimados com base na convenção coletiva paradigma indicada neste Termo de Referência, considerando as atribuições efetivamente exercidas pelo Encarregado e sua dedicação exclusiva ao contrato.

10.5.10. Responsabilidades operacionais específicas

Além das atribuições gerais, compete ao Encarregado executar as responsabilidades operacionais detalhadas neste Termo de Referência, inclusive quanto ao controle de pessoal, escalas, substituições, verificação das condições operacionais e de uso dos veículos, com comunicação de irregularidades à unidade competente, registros de ponto, observância da Portaria MTE nº 671/2021 e prevenção de conflitos, restringindo-se, durante o horário de trabalho, exclusivamente às atividades relacionadas à execução do contrato.

10.6. Do plano de saúde

10.6.1. A CONTRATADA deverá arcar integralmente com os custos de **plano de saúde corporativo**, a ser disponibilizado a **todos os empregados vinculados à execução do contrato**, incluindo motoristas, motociclistas e encarregado, devendo o referido plano assegurar, no mínimo:

- I – atendimento de urgência e emergência;
- II – atendimento ambulatorial;
- III – atendimento hospitalar;
- IV – consultas médicas;
- V – exames complementares;
- VI – internação em enfermaria.

10.6.2. O plano de saúde deverá observar as disposições da legislação vigente, bem como as exigências eventualmente previstas na convenção coletiva de trabalho aplicável à categoria profissional.

10.6.3. A CONTRATADA deverá comprovar a efetiva contratação e disponibilização do plano de saúde no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados da assinatura do contrato, mediante apresentação de declaração emitida pela operadora do plano de saúde, acompanhada da relação nominal dos empregados beneficiários.

10.6.4. Os custos decorrentes do fornecimento do plano de saúde deverão estar expressamente previstos e detalhados na planilha de composição de custos e formação de preços, não sendo admitida sua substituição por pagamento indenizatório ou qualquer outra forma de compensação financeira.

10.7. Da especificação dos uniformes e dos equipamentos de proteção individual

10.7.1. Os uniformes e os equipamentos de proteção individual (EPIs) a serem fornecidos pela CONTRATADA aos seus empregados deverão ser compatíveis com as atividades desempenhadas, adequados ao ambiente institucional da CONTRATANTE e atender às normas técnicas e de segurança vigentes, especialmente quanto à qualidade, funcionalidade, conforto e apresentação.

10.7.2. A CONTRATADA deverá fornecer uniformes padronizados, conforme especificações definidas pela CONTRATANTE, observando-se o mesmo padrão visual utilizado pelos demais condutores que atuam no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

10.7.3. Os profissionais vinculados à prestação dos serviços de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, deverão exercer suas atividades obrigatoriamente uniformizados, conforme especificações constantes na tabela de detalhamento de uniformes a seguir.

TABELA DE DETALHAMENTO

UNIFORMES DOS MOTORISTAS		
ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÕES
01	04	Camisa manga comprida – Estilo social, tecido misto contendo 65% poliéster e 35% algodão, gola com botão tipo italiana com entretela de algodão, bolso do lado esquerdo a 20cm do ombro, fabricada com tecido 100% algodão fio 80 (mínimo), bolso bordado com brasão e texto identificador “ A serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ”, cor cinza (padrão de cores RGB hexadecimal #C0C0C0 ou decimal 190,190,190). Os tamanhos serão conforme medidas coletadas dos colaboradores. Cada camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho.
02	02	Calça – Estilo social, fabricada com tecido tipo Oxford stretch, cor preta (padrão de cores RGB hexadecimal #000000 ou decimal 0,0,0), sob medida, corte italiano, fino acabamento; forro de acetato na parte frontal da alça até o joelho; com 02 (dois) bolsos frontais tipo faca com pesponto a 6mm da beirada e o forro também pespontado; 02 (dois) bolsos traseiros embutidos sem portinhola, cerzidos, 01 (um) pinchal em cada, fechamento por caseado e 01 (um) botão, forro pespontado em todo o contorno; abertura frontal, braguilha com zíper, forrada do próprio tecido do lado esquerdo com extensão em bico e botão interno e lado esquerdo em pesponto a 35mm da beirada; e fecho de metal interno embutidos. 02 (dois) bolsos traseiros, embutidos, com uma casa vertical e um botão.
03	01	Cinto masculino – Em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.
04	02	Gravatas – Em tecido 100% poliéster lisa, cor preta, sem zíper, que possibilite que seja executado nó de gravata.
05	02	Par de meias – cor preta, cano longo.
06	01	Par de sapato – Tipo social masculino, material em couro tipo vacum legítimo costurado com cadarço, material solado em borracha vulcanizada com antiderrapante. Por ser um produto natural, a palavra “couro” está protegida pela Lei 4.888/1965, que proíbe o seu emprego para denominar produtos industrializados que sejam de origem animal. Palmilha interna de limpeza confeccionada em E.V.A. na cor preta, com as seguintes características: térmica, anticorrosiva e anticéptica. A palmilha não poderá ser produto a parte do sapato.

UNIFORMES DOS MOTOCICLISTAS		
ITEM	QTD	ESPECIFICAÇÕES
01	04	Camisa manga comprida – Estilo social, tecido misto contendo 65% poliéster e 35% algodão, gola com botão tipo italiana com entretela de algodão, bolso do lado esquerdo a 20cm do ombro, fabricada com tecido 100% algodão fio 80 (mínimo), bolso bordado com brasão e texto identificador “ A serviço do Tribunal de Justiça do Estado do Pará ”, cor cinza (padrão de cores RGB hexadecimal #C0C0C0 ou decimal 190,190,190). Os tamanhos serão conforme medidas coletadas dos colaboradores. Cada camisa deverá ter etiqueta com informações sobre o tecido e o tamanho

02	02	Calça – Estilo social, fabricada com tecido tipo Oxford stretch, cor preta (padrão de cores RGB hexadecimal #000000 ou decimal 0,0,0), sob medida, corte italiano, fino acabamento; forro de acetato na parte frontal da alça até o joelho; com 02 (dois) bolsos frontais tipo faca com pesponto a 6mm da beirada e o forro também pespontado; 02 (dois) bolsos traseiros embutidos sem portinhola, cerzidos, 01 (um) pinchal em cada, fechamento por caseado e 01 (um) botão, forro pespontado em todo o contorno; abertura frontal, braguilha com zíper, forrada do próprio tecido do lado esquerdo com extensão em bico e botão interno e lado esquerdo em pesponto a 35mm da beirada; e fecho de metal interno embutidos. 02 (dois) bolsos traseiros, embutidos, com uma casa vertical e um botão.
03	01	Cinto masculino – Em couro constituído de 1 (uma) face na cor preta sem costura, fivela em metal, com garra regulável.
04	02	Par de meias – cor preta, cano longo.
EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL		
05	01	Par de bota – Bota de segurança, tipo impermeável, para uso de motocicleta. Deve atender todas as medidas de segurança regulamentadas pela categoria.
06	01	Par de bota - Botina acolchoado com fechamento em atacador (cadarço) na cor preta, em poliéster, redondo. Sem Ilhoses metálicos, sem partes metálicas. Lingueta simples, acolchoado do cano com espuma, forrada, gáspea forrada em não tecido.
07	01	Capacete para motociclista, com viseira, do tipo motociclístico, certificado pelo INMETRO, com selo de conformidade visível ou etiqueta interna conforme norma aplicável, com indicação clara da data de fabricação, dotado de sistema de retenção composto por cinta jugular e engate em perfeito funcionamento, garantindo adequada fixação à cabeça do usuário, com dispositivos retrorrefletivos aplicados na parte externa do casco, nas posições laterais e traseira, devendo apresentar perfeito estado de conservação, sem quaisquer avarias, fissuras, deformações ou quaisquer danos que comprometam sua segurança.
08	01	Capa de chuva com calça impermeável em nylon emborrachado – Capa com fechamento frontal em zíper de nylon e velcro, manga comprida com acabamento em elástico nos punhos; Calça com ajuste na cintura por elástico e cordão de nylon. Confeccionados isentos de costura e de solda eletrônica nas laterais.
09	01	Colete de segurança dotado de dispositivos retro refletivos.

10.7.3.1. Os itens constantes da tabela de detalhamento de uniformes e os equipamentos de proteção individual (EPIs) deverão ser substituídos pela contratada a cada 6 (seis) meses, contados da data de início da vigência contratual, ou antes, sempre que apresentarem desgaste incompatível com a adequada apresentação funcional. O capacete deverá ser substituído no prazo máximo de até 03 (três) anos, contados da data de fabricação, imediatamente após qualquer impacto ou sempre que apresentar desgaste ou comprometimento de sua capacidade de proteção.

10.7.3.2. Os uniformes e os equipamentos de proteção individual (EPIs) deverão ser novos, de primeiro uso, devendo sua renovação observar o disposto no subitem 10.7.3.1 deste Termo de Referência.

10.7.3.3. Os empregados da CONTRATADA, inclusive o encarregado, deverão estar completamente uniformizados na data de início da execução do contrato, sendo vedado o exercício das atividades sem o uso integral do uniforme exigido.

10.7.3.4. A CONTRATADA deverá, antes da entrega dos uniformes no prazo estabelecido neste Termo de Referência, apresentar à fiscalização do contrato, na sede do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, 01 (uma) prova (amostra) de cada item de uniforme, a qual permanecerá à disposição da fiscalização para fins de conferência e aferição dos uniformes efetivamente entregues aos motoristas, motociclistas e ao encarregado.

10.7.3.5. Caberá à CONTRATADA garantir o fornecimento de uniforme ao encarregado, observando o padrão institucional adotado para os motoristas, conforme os itens nº 1,2,3,5,6 da tabela de detalhamento de uniformes dos motoristas, devendo o encarregado utilizá-lo obrigatoriamente durante toda a execução contratual, no exercício de suas atribuições e no contato com a CONTRATANTE.

10.7.3.6. A licitante deverá considerar, na elaboração de sua proposta, todos os custos relativos ao fornecimento, manutenção e substituição dos uniformes e equipamentos de proteção individual (EPIs), conforme as condições e periodicidades estabelecidas neste Termo de Referência

10.7.4. Do crachá de identificação

10.7.4.1. A CONTRATADA deverá fornecer, sem ônus adicional à CONTRATANTE, crachá de identificação funcional a todos os empregados alocados na execução contratual, inclusive ao encarregado, a ser utilizado de forma visível durante toda a jornada de trabalho.

10.7.4.2. O crachá deverá conter, no mínimo: nome completo do empregado, fotografia recente, função exercida, denominação da CONTRATADA e identificação do contrato.

10.7.4.3. O uso do crachá é obrigatório nas dependências da CONTRATANTE e durante a prestação dos serviços externos, quando aplicável.

10.7.4.4. A substituição do crachá deverá ocorrer imediatamente em caso de perda, dano ou alteração de dados funcionais, mantendo-se registro para fins de fiscalização.

10.8. Descrição das atividades que serão executadas pelos condutores (motoristas e motociclistas)

10.8.1. Os serviços de condução de veículos deverão ser executados por profissionais devidamente qualificados e habilitados, observando rigorosamente os procedimentos recomendados e as normas vigentes estabelecidas pelos órgãos competentes, em especial a legislação de trânsito e as disposições deste Termo de Referência.

10.8.2. A prestação dos serviços de condução de veículos, nos postos estabelecidos pela CONTRATANTE, envolve, entre outras obrigações contratuais, a alocação, pela CONTRATADA, de **profissionais qualificados**, aptos a atender às solicitações das Unidades administrativas e judiciárias da CONTRATANTE, exclusivamente aquelas relacionadas à execução do objeto contratual.

10.8.3. Os colaboradores da CONTRATADA, designados para a execução dos serviços em seu nome e sob sua inteira e exclusiva responsabilidade, deverão atender, dentre outros, aos seguintes requisitos mínimos:

- a) Possuir qualificação compatível com as atividades que lhes forem confiadas;
- b) Manter pontualidade, cordialidade e assiduidade no exercício de suas funções;
- c) Cumprir rigorosamente a escala de serviço estabelecida pela CONTRATADA, observando os horários de entrada e saída definidos;
- d) Atender ao princípio da urbanidade, apresentando-se sempre com uniformes completos, limpos e com crachá de identificação;

e) Manter-se atento, ocupando permanentemente o local designado para o exercício de suas funções, não se afastando para atender chamados ou cumprir tarefas solicitadas por terceiros estranhos ao objeto do contrato;

f) Zelar pelo patrimônio da instituição, respondendo por eventuais danos decorrentes de conduta inadequada;

g) Manter sigilo sobre as informações a que tiver acesso em razão de suas atribuições, sujeitando-se, em caso de descumprimento, à apuração e aplicação das sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo das responsabilidades civil e penal;

h) Possuir habilitação legal compatível com o respectivo posto ocupado e com as exigências estabelecidas pela CONTRATANTE.

10.8.3.1. Ao dirigir veículos:

a) Checar as indicações dos instrumentos do painel de controle do veículo, antes e durante a condução;

b) Ajustar corretamente bancos, retrovisores e demais dispositivos de segurança, de modo a garantir adequada ergonomia e visibilidade;

c) Detectar e comunicar imediatamente eventuais problemas mecânicos ou indícios de mau funcionamento do veículo;

d) Identificar sinais sonoros, luminosos e visuais, internos e externos, relacionados ao funcionamento do veículo e às condições do tráfego;

e) Buscar local seguro para parada em situações de perigo, emergência ou risco iminente;

f) Conduzir veículo com problemas mecânicos somente mediante autorização expressa da autoridade competente ou do superior responsável, quando estritamente necessário;

g) Desviar de obstáculos com prudência, observando as normas de trânsito e as condições da via;

h) Evitar paradas bruscas, arrancadas abruptas e manobras que comprometam a segurança dos ocupantes e de terceiros;

i) Reduzir a velocidade em condições adversas, tais como chuva, neblina, baixa visibilidade ou tráfego intenso;

j) Isolar o veículo em caso de emergência ou situações anormais, adotando as medidas de segurança cabíveis;

k) Destravar portas do veículo apenas em local seguro e apropriado para embarque ou desembarque;

l) Verificar, quando aplicável, a proximidade e a posição da escolta, mantendo comunicação e coordenação adequadas;

m) Acionar sinais luminosos e sonoros somente nas hipóteses autorizadas pela legislação de trânsito vigente e pelas normas institucionais;

n) Realizar ultrapassagens de forma segura, respeitando a sinalização, os limites de velocidade e as condições da via;

o) Acionar sinais sonoros e luminosos de emergência exclusivamente em situações que assim o exijam, nos termos da legislação aplicável;

p) Antecipar manobras de outros condutores, adotando condução defensiva e preventiva;

q) Sinalizar adequadamente o local de ocorrência em caso de acidente, pane ou emergência;

r) Realizar manobras veiculares emergenciais com os sinais sonoros e luminosos de emergência devidamente acionados, quando autorizado;

s) Evitar freadas bruscas e condução agressiva, preservando a segurança, o conforto dos passageiros e a integridade do veículo.

10.8.3.2. Ao transportar pessoas:

a) Cumprir rigorosamente a ordem de serviço emitida pela CONTRATANTE ou pelo responsável autorizado;

b) Devolver à unidade competente ou ao passageiro eventual objeto esquecido no interior do veículo, comunicando imediatamente o fato ao encarregado e à fiscalização do contrato;

c) Avaliar previamente a distância até o local de destino, considerando as condições da via e do tráfego;

d) Prestar assistência adequada no embarque e desembarque de pessoas com deficiência, mobilidade reduzida, gestantes e idosos, observando as normas de acessibilidade e segurança;

e) Realizar o embarque e o desembarque dos passageiros exclusivamente em locais seguros e legalmente permitidos;

f) Alterar o itinerário previamente definido em situações de risco, emergência ou impedimento de tráfego, comunicando o fato ao encarregado ou à unidade responsável sempre que possível;

g) Definir itinerários de forma racional e eficiente, priorizando a segurança, a economicidade e a pontualidade do serviço;

h) Estimar e acompanhar o tempo de chegada ao destino, informando eventuais atrasos quando necessário;

i) Acomodar corretamente os objetos e volumes dos passageiros no compartimento de bagagem do veículo, quando houver;

j) Acondicionar adequadamente cargas ou materiais transportados, de modo a evitar danos, extravios ou riscos à segurança;

k) Controlar a numeração do lacre do material transportado, quando aplicável, garantindo a integridade da carga;

l) Verificar as condições físicas da carga ou do material transportado, comunicando imediatamente qualquer irregularidade;

m) Acomodar os ocupantes do veículo de forma segura e adequada, respeitando a capacidade e os dispositivos de segurança disponíveis;

n) Conduzir veículos oficiais para o transporte de servidores da Administração Pública ou de pessoas devidamente autorizadas, exclusivamente no exercício das atividades institucionais.

10.8.3.3. Realizar verificações e manutenções básicas do veículo:

a) Identificar e registrar eventuais avarias, defeitos ou irregularidades constatadas no veículo;

b) Abastecer o veículo exclusivamente em postos de combustíveis previamente indicados pela CONTRATANTE, mantendo-o com nível adequado de combustível e prestando contas por meio de recibos e do Relatório de Veículo;

c) Zelar pela higiene e conservação da parte interna e externa do veículo, mantendo-o em condições adequadas de uso e apresentação;

- d) Testar o funcionamento do sistema elétrico do veículo, incluindo iluminação interna e externa;
- e) Conferir a presença e as condições de funcionamento dos equipamentos obrigatórios do veículo, conforme legislação de trânsito vigente;
- f) Acompanhar os prazos e a quilometragem para a realização das revisões periódicas do veículo;
- g) Comunicar imediatamente à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato a necessidade de revisões periódicas, para adoção das providências cabíveis;
- h) Proceder à troca de pneus, quando necessário, observadas as condições de segurança e as orientações da CONTRATANTE;
- i) Acionar o sistema de climatização do veículo apenas no momento do início do deslocamento, vedada a manutenção do motor ligado em marcha lenta sem necessidade operacional;
- j) Executar pequenos reparos mecânicos de caráter emergencial, quando indispensáveis à continuidade segura do serviço;
- k) Verificar o nível do líquido de arrefecimento do reservatório, bem como outros fluidos essenciais ao funcionamento do veículo;
- l) Zelar pela segurança do veículo, realizando diariamente, antes do início da jornada de trabalho, a verificação das condições gerais dos principais itens de segurança, incluindo, no mínimo: estado e calibragem dos pneus; funcionamento de freios; luzes e sinaleiras de direção; limpadores de para-brisa; níveis de combustível, água do sistema de refrigeração e óleos; presença e condições do extintor de incêndio, do triângulo de sinalização, da chave de roda e da roda sobressalente (estepe), devendo comunicar à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato, pelos meios mais rápidos disponíveis, quaisquer imprevistos constatados e adotar as providências imediatas que a situação exigir;
- m) Abster-se de utilizar o veículo em situação irregular, comunicando imediatamente à Administração e/ou à Fiscalização do Contrato a ocorrência de fatos, avarias ou condições que possam comprometer a segurança, a utilização adequada ou o estado de conservação do veículo.

10.8.3.4. Ao manobrar veículos:

- a) Localizar vaga adequada para estacionamento, observadas as normas de trânsito e as orientações da CONTRATANTE;
- b) Identificar previamente obstáculos, pessoas ou veículos ao redor, adotando as cautelas necessárias à manobra segura;
- c) Controlar a velocidade durante as manobras, de forma compatível com o ambiente e as condições do local;
- d) Estacionar o veículo de maneira correta e segura, evitando riscos a terceiros e ao patrimônio público;
- e) Localizar o veículo no pátio ou área de estacionamento designada, conforme orientação da CONTRATANTE;
- f) Sinalizar adequadamente o local em situações de estacionamento emergencial, utilizando os dispositivos de segurança obrigatórios.

10.8.3.5. Ao comunicar-se:

- a) Preencher corretamente os relatórios de controle e demais instrumentos de registro exigidos pela CONTRATANTE;
- b) Relatar, de forma tempestiva e precisa, ocorrências verificadas durante a execução das atividades;

- c) Acionar a empresa seguradora nos casos de sinistro, conforme os procedimentos estabelecidos;
- d) Notificar as autoridades competentes em situações de emergência ou ocorrências especiais, quando exigido por lei;
- e) Informar imediatamente ao encarregado (supervisor) e ao Responsável pelo Setor de Transportes do TJPA qualquer problema mecânico, dano ou irregularidade verificada no veículo;
- f) Solicitar socorro mecânico sempre que necessário, observadas as orientações da CONTRATANTE;
- g) Relatar falhas, defeitos ou problemas mecânicos identificados no veículo, ainda que não impeçam sua utilização imediata;
- h) Comunicar eventuais atrasos na execução das atividades, indicando os motivos;
- i) Transmitir informações operacionais por meio de gestos ou sinais, quando necessário e adequado à situação;
- j) Consultar o Setor de Transportes do TJPA sempre que houver dúvida quanto a itinerários, procedimentos ou orientações operacionais;
- k) Comunicar extravios, furtos ou avarias de carga sob sua responsabilidade;
- l) Acionar os dispositivos de segurança disponíveis em caso de assalto ou tentativa de assalto, incluindo sinais luminosos, sonoros e sistemas antifurto, quando existentes;
- m) Prestar informações gerais aos passageiros, com urbanidade e clareza;
- n) Comunicar ao encarregado (supervisor) eventuais falhas observadas nos veículos, visando à adoção das providências de manutenção ou conserto, inclusive por meio de formulário digital, quando disponibilizado.

10.8.4. Obrigações gerais dos condutores (motoristas e motociclistas)

I – Conformidade legal, ética e conduta profissional

10.8.4.1. Obedecer rigorosamente às normas de trânsito vigentes, em especial ao Código de Trânsito Brasileiro e às orientações da CONTRATANTE.

10.8.4.2. Abster-se de fumar durante a condução do veículo.

10.8.4.3. Não ingerir bebida alcoólica ou substâncias que comprometam a capacidade de condução quando em serviço.

10.8.4.4. Não utilizar telefone celular ou dispositivos eletrônicos durante a condução do veículo, salvo quando autorizados para navegação ou comunicação institucional.

10.8.4.5. Manter absoluto sigilo quanto a informações relacionadas a endereços, hábitos, rotinas ou quaisquer dados pessoais dos passageiros transportados.

10.8.4.6. Zelar pela manutenção de ambiente de trabalho respeitoso, colaborativo e livre de conflitos.

II – Segurança viária, prevenção de riscos e direção defensiva

10.8.4.7. Reduzir a velocidade e redobrar a atenção em condições adversas, tais como chuva, neblina ou baixa visibilidade.

10.8.4.8. Manter atenção redobrada nas proximidades de controles eletrônicos de trânsito, faixas de pedestres, escolas e áreas de grande circulação.

10.8.4.9. Planejar previamente os itinerários, evitando trajetos mais longos, congestionamentos ou condições adversas de tráfego.

10.8.4.10. Permanecer atento quando estiver com o veículo estacionado aguardando passageiros, adotando postura preventiva.

10.8.4.11. Utilizar e solicitar aos passageiros o uso do cinto de segurança, comunicando ao encarregado eventuais recusas.

10.8.4.12. Abster-se de acionar dispositivos de sinalização luminosa intermitente (giroflex), salvo mediante autorização formal expressa e legalmente instruída.

10.8.4.13. É vedado manter o veículo com o motor ligado (marcha lenta), inclusive com ar-condicionado ativado, quando não estiver em diligência ou em efetiva prestação de serviço.

III – Uso adequado, conservação e controle dos veículos

10.8.4.14. Utilizar os veículos oficiais exclusivamente a serviço da CONTRATANTE, sendo vedado o uso particular ou transporte de terceiros sem autorização.

10.8.4.15. Zelar pela conservação, funcionamento e limpeza dos veículos, realizando a retirada de sujidades leves antes, durante e após as atividades.

10.8.4.16. Priorizar estacionamento em locais iluminados e vigiados, evitando áreas sujeitas a furtos, roubos, alagamentos ou riscos climáticos.

10.8.4.17. Não deixar o veículo desacompanhado em via pública ou sem vigilância, salvo autorização ou justificativa operacional.

10.8.4.18. Manter sempre consigo a Carteira Nacional de Habilitação válida, o Certificado de Registro e Licenciamento do Veículo e os contatos da seguradora.

10.8.4.19. Cumprir rigorosamente as diretrizes de abastecimento, conforme orientações da CONTRATADA e do Setor de Transportes do TJPA.

IV – Comunicação, registros e interação institucional

10.8.4.20. Preencher corretamente os Relatórios de Veículos, checklists de vistoria e demais instrumentos de controle, sempre que solicitado.

10.8.4.21. Responder pela veracidade das informações prestadas, sujeitando-se às responsabilizações cabíveis em caso de inconsistências.

10.8.4.22. Informar imediatamente ao encarregado e ao Setor de Transportes do TJPA qualquer problema mecânico, dano ou ocorrência relevante.

10.8.4.23. Submeter o veículo, quando solicitado, à inspeção e prova de rua para fins de manutenção periódica, acompanhada por profissional designado.

10.8.4.24. Comunicar extravios, furtos, avarias de carga, atrasos ou situações excepcionais ocorridas durante o serviço.

V – Jornada, escala e disciplina operacional

10.8.4.25. Cumprir integralmente os horários e escalas de trabalho definidos.

10.8.4.26. Não realizar horas extraordinárias sem autorização prévia da CONTRATADA e do Setor de Transportes do TJPA.

10.8.4.27. Recolher os veículos ao término da jornada na garagem do TJPA ou em local previamente determinado, salvo autorização expressa em sentido diverso.

VI – Sinistros, emergências e responsabilidade operacional

10.8.4.28. Na ocorrência de acidente com o veículo, adotar imediatamente as providências legais cabíveis, inclusive solicitação de perícia quando exigível.

10.8.4.29. Após liberação do veículo, comunicar à CONTRATADA para providenciar a remoção à garagem ou oficina indicada, conforme orientação da CONTRATANTE.

VII – Segurança do trabalho e uso de EPIs (motociclistas)

10.8.4.30. Utilizar obrigatoriamente os Equipamentos de Proteção Individual – EPIs previstos para a condução de motocicletas, responsabilizando-se por sua correta utilização e conservação, nos termos das normas de segurança e do Código de Trânsito Brasileiro.

10.9. Das multas, infrações de trânsito e acidentes

10.9.1. Cabe ao condutor, motorista ou motociclista, comunicar imediatamente ao encarregado da CONTRATADA a ocorrência de multas ou quaisquer penalidades decorrentes de infrações de trânsito, para adoção das providências cabíveis.

10.9.2. Em caso de sinistro envolvendo veículo oficial, o condutor deverá, após adotar todas as providências legais cabíveis no local do fato, comunicar o ocorrido ao encarregado da CONTRATADA e providenciar o respectivo registro da ocorrência, independentemente da existência de vítimas.

10.9.3. Na ocorrência de acidente de trânsito, com ou sem vítima, é **obrigatória** a comunicação formal à Fiscalização e ao Gestor do Contrato designados pela CONTRATANTE, no prazo **impreterível de 24 (vinte e quatro) horas**, contado da ocorrência do fato, mediante ofício instruído com:

a) cópia do registro da ocorrência policial; e

b) relatório pericial oficial, quando existente ou quando vier a ser lavrado pela autoridade policial competente.

10.10. Dos instrumentos formais de solicitação e comunicação contratual

10.10.1. Para fins de solicitação de prestação de serviços, acompanhamento da execução contratual e registros administrativos, poderão ser utilizados os seguintes instrumentos formais de comunicação:

- a) mensagem eletrônica (e-mail), para assuntos relacionados à execução rotineira do contrato;
- b) ofícios, para matérias relativas a pagamentos, sanções, ajustes contratuais e comunicações formais;
- c) reuniões presenciais ou virtuais, destinadas ao alinhamento operacional, ajustes de execução e acompanhamento contratual.

10.10.2. Para os demais assuntos não contemplados no subitem anterior, o **ofício** será adotado como meio oficial de comunicação entre as partes.

11. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA E SUA POSSIBILIDADE DE PRORROGAÇÃO - art. 30, §1º, inciso XII da IN nº 01/2023

11.1. Prazo de vigência do contrato

O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de início da efetiva execução dos serviços, devidamente atestada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, mediante registro formal nos autos, ainda que distinta da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

O contrato poderá ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.2. Prazo de entrega ou execução dos serviços

A execução dos serviços terá início a partir da data de início da efetiva prestação, formalmente atestada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, mediante registro expresso nos autos, ocasião em que será considerado implementado o objeto contratual para todos os efeitos legais e contratuais.

A CONTRATADA deverá promover a implantação operacional completa dos serviços, incluindo a disponibilização integral da mão de obra, dos uniformes, dos equipamentos, dos sistemas de controle e dos demais meios necessários à execução do objeto, em conformidade com os prazos estabelecidos neste Termo de Referência, especialmente aqueles constantes da tabela de prazos de implantação e atendimento.

O início da execução dos serviços não se confunde com a data de assinatura do contrato, ficando condicionado à comprovação objetiva de que os serviços se encontram aptos à execução regular, observado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, para o início da execução dos serviços, conforme disposto no subitem 5.1.2. deste Termo de Referência.

PRAZOS DE EXECUÇÃO – IMPLANTAÇÃO E ATENDIMENTOS OPERACIONAIS

Item	Descrição das Atividades	Prazo Máximo	Início da Contagem do Prazo
1	Substituição de colaboradores ausentes ou em período de interjornada, previamente informados pela CONTRATANTE em razão de demandas jurisdicionais e/ou administrativas.	Até 2 (duas) horas	A partir do recebimento da comunicação formal da CONTRATANTE pelo Encarregado.
2	Substituição definitiva de condutores que apresentem reiterada dificuldade de adaptação às funções.	Até 5 (cinco) dias úteis	A partir do recebimento da notificação formal da CONTRATANTE pela CONTRATADA.
3	Comunicação da programação de férias dos motoristas e motociclistas, com indicação dos respectivos substitutos.	Até 5 (cinco) dias úteis antes do início das férias programadas	A partir da definição da escala de férias pela CONTRATADA.
4	Atuação presencial do Encarregado nas dependências da CONTRATANTE, dentro da Região Metropolitana de Belém – RMB, para atendimento de demandas ordinárias e/ou extraordinárias.	Até 4 (quatro) horas	A partir do recebimento da comunicação da demanda pela CONTRATANTE.
5	Atendimento pelo Encarregado às demandas ordinárias e/ou extraordinárias nas comarcas do interior do Estado, excetuando-se a RMB.	Até 2 (dois) dias úteis	A partir do recebimento da solicitação ou notificação formal da CONTRATANTE.

Item	Descrição das Atividades	Prazo Máximo	Início da Contagem do Prazo
6	Adoção de providências relativas a ocorrências extraordinárias comunicadas ao Encarregado por responsável designado pela CONTRATANTE, via meio eletrônico (e-mail ou WhatsApp).	Até 2 (duas) horas	A partir do recebimento da comunicação eletrônica (e-mail ou WhatsApp) pela CONTRATADA.
7	Pagamento de diárias pela CONTRATADA aos motoristas designados, a ser efetuado no prazo máximo de até 24 (vinte e quatro) horas contadas da autorização formal da CONTRATANTE, cabendo ao Encarregado adotar as providências necessárias para o cumprimento da determinação.	Até 24 (vinte e quatro) horas	A partir da data da autorização formal da CONTRATANTE.
8	Elaboração e envio, pelo Encarregado, das escalas de plantões ao responsável designado pela CONTRATANTE, por meio eletrônico (preferencialmente via e-mail), contendo a organização dos colaboradores de forma a evitar conflitos operacionais.	Até 48 (quarenta e oito) horas antes da execução dos plantões	A partir da data prevista de início do plantão.

12. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO - art. 30, §1º, inciso XIII da IN nº 01/2023

12.1. Estabelecimento de condições gerais

12.1.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, conforme as cláusulas pactuadas e as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, cabendo a cada parte a responsabilidade pelas consequências decorrentes da inexecução total ou parcial de suas obrigações.

12.1.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será automaticamente prorrogado pelo período correspondente, devendo tais circunstâncias ser formalizadas por meio de apostila.

12.1.3. As comunicações entre a Administração e a contratada deverão ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir essa formalidade, admitindo-se, para esse fim, o uso de mensagens eletrônicas.

12.1.4. Caso a contratada não responda à mensagem eletrônica no prazo de 2 (dois) dias úteis, será presumida a ciência ao final do referido período. Da mesma forma, caso não haja atendimento aos contatos telefônicos fornecidos nesse mesmo prazo, a fiscalização poderá instaurar processo administrativo para aplicação das sanções cabíveis. Alegações de falhas técnicas no recebimento das comunicações não serão aceitas como justificativa para o descumprimento contratual.

12.1.5. Será privilegiada a utilização do correio eletrônico como meio de comunicação contratual, em consonância com as práticas de sustentabilidade ambiental adotadas pelo TJPA.

12.1.6. A Administração poderá convocar o preposto da contratada para adoção de providências que demandem cumprimento imediato.

12.1.7. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá convocar o representante da contratada para reunião inicial, destinada à apresentação do plano de fiscalização, contendo informações sobre as obrigações contratuais, os mecanismos de acompanhamento e controle, as estratégias de execução do objeto, o plano complementar da contratada (quando houver), os métodos de aferição de resultados e as sanções aplicáveis, entre outros aspectos relevantes.

12.1.8. Os assuntos tratados na reunião inicial deverão ser registrados em ata, com participação preferencial do gestor do contrato, do fiscal ou da equipe responsável pela fiscalização, do preposto da contratada e, quando for o caso, do servidor ou da equipe de Planejamento da Contratação.

12.2. Rotinas de Fiscalização

12.2.1. A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por fiscal(is) designado(s) pela Administração, nos termos do art. 117, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, conforme previsto no item 8.2 deste Termo de Referência.

12.3. Fiscalização Técnica

12.3.1. O fiscal técnico acompanhará a execução do contrato, com vistas ao fiel cumprimento das condições pactuadas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

12.3.2. O fiscal técnico deverá registrar, no histórico de gerenciamento do contrato, todas as ocorrências relacionadas à sua execução, incluindo a descrição das providências necessárias à regularização de falhas ou defeitos observados, nos termos do art. 117, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

12.3.3. Constatada qualquer irregularidade ou inexatidão, o fiscal técnico emitirá notificação à contratada, estabelecendo prazo para a devida correção.

12.3.4. Sempre que a situação exigir decisão ou medida que extrapole sua competência, o fiscal técnico deverá informar o gestor do contrato em tempo hábil, para que sejam adotadas as providências cabíveis.

12.3.5. No caso de ocorrências que possam comprometer a execução contratual nas datas previstas, o fiscal técnico comunicará imediatamente o fato ao gestor do contrato.

12.3.6. O fiscal técnico deverá comunicar ao gestor do contrato, com a devida antecedência, a proximidade do término contratual, a fim de viabilizar eventual prorrogação ou renovação, conforme o caso.

12.4. Fiscalização Administrativa

12.4.1. Participar da reunião inicial, devidamente registrada em ata, com o objetivo de esclarecer as condições de execução do contrato e demais obrigações contratuais.

12.4.2. Formalizar os entendimentos com a contratada ou seu preposto, sempre que necessário, adotando as medidas que permitam compatibilizar as obrigações bilaterais, dentro do âmbito de suas atribuições.

12.4.3. Verificar, antes de cada pagamento, a regularidade da documentação administrativa e fiscal da contratada, encaminhando-a ao gestor do contrato para fins de liquidação da obrigação financeira assumida pela Administração.

12.4.4. Diligenciar junto à contratada sempre que houver pendências na documentação administrativa e fiscal.

12.4.5. Verificar, previamente a qualquer alteração contratual, a regularidade documental administrativa e fiscal da contratada, encaminhando-a ao gestor do contrato.

12.4.6. Auxiliar no controle dos prazos de vigência e execução contratual.

12.4.7. Verificar e exigir o cumprimento da prestação da garantia contratual, quando prevista, juntando o respectivo documento aos autos do processo.

12.4.8. Assegurar o cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, observando a legislação vigente no que se refere aos aspectos administrativos e fiscais.

12.4.9. Encaminhar ao gestor do contrato as questões que ultrapassem o escopo de suas atribuições.

12.4.10. Promover as ações necessárias para mitigar os riscos durante a execução do contrato, especialmente aqueles identificados no Mapa de Riscos, comunicando imediatamente ao gestor quaisquer fatos que ensejem riscos de grau médio ou alto à execução do objeto.

12.4.11. Anotar, nos registros próprios, as ocorrências relacionadas às suas atribuições, com vistas à regularização das falhas observadas e, se for o caso, iniciar processo administrativo para apuração e eventual aplicação de penalidade, instruindo-o com a documentação necessária.

12.5. Gestor do Contrato

12.5.1. Compete ao gestor do contrato coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização contratual, mantendo o histórico de gerenciamento devidamente instruído com os registros formais da execução, tais como ordens de serviço, registros de ocorrências, alterações e prorrogações contratuais. Também é de sua responsabilidade a elaboração de relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações contratuais, de modo a garantir o atendimento à finalidade da Administração.

12.5.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, relativos às ocorrências na execução contratual e às medidas adotadas, comunicando à autoridade superior aquelas situações que ultrapassarem sua competência.

12.5.3. O gestor do contrato deverá acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada para fins de empenho e pagamento, registrando eventuais problemas que comprometam o fluxo regular da liquidação no relatório de riscos eventuais.

12.5.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento das obrigações assumidas pela contratada, com referência ao desempenho na execução contratual, com base em indicadores previamente definidos e aferíveis, bem como às penalidades eventualmente aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, nos termos do art. 21, inciso VII, do Decreto nº 11.246, de 2022.

12.5.5. O gestor do contrato adotará as providências necessárias para a formalização de processo administrativo de responsabilização, com vistas à aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão referida no art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou setor competente, conforme o caso.

12.5.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final contendo a análise da consecução dos objetivos que justificaram a contratação, indicando eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

12.5.7. Compete ao gestor do contrato encaminhar ao setor competente a documentação pertinente à formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, com base nos valores dimensionados pela fiscalização e gestão, conforme os termos do contrato.

12.6. Equipe de gestão e fiscalização da contratação

12.6.1. Gestor do Contrato

Titular: Djalma da Costa Martins – Matrícula 63932

Substituto: Rafaela Martins Prazeres – Matrícula 121185

12.6.2. Fiscal Técnico

Titular: Rafaela Martins Prazeres – Matrícula 121185

Substituto: Hélio da Silva Pinheiro – Matrícula 63622

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO - art. 30, §1º, inciso XIV da IN nº 01/2023

13.1. Prazo e forma para pagamento

13.1.1 Antes da emissão da Nota Fiscal/Fatura, a CONTRATADA deverá encaminhar à CONTRATANTE, até o quinto dia útil do mês subsequente ao da prestação dos serviços, toda a documentação comprobatória referente ao período de competência, por meio do endereço eletrônico protocolo.geral@tjpa.jus.br, para análise, conferência e validação, sendo vedada a emissão da Nota Fiscal/Fatura antes da validação formal da documentação pela CONTRATANTE.

13.1.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no momento do envio da documentação do período de competência, os seguintes documentos:

- a) Certidão Conjunta de Débitos Relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- b) Certificado de Regularidade do FGTS;
- c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- d) Certidão expedida pelo Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) que comprove o cumprimento do percentual legal de contratação de pessoas com deficiência ou reabilitados, nos termos do art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

13.1.3 A CONTRATADA deverá apresentar Folha de Pagamento Analítica, referente ao mês de competência, contendo a relação completa de todos os empregados que tenham atuado na execução do contrato no período de referência, devendo ser apresentadas duas listagens distintas, ambas com identificação individualizada dos trabalhadores, indicação do período de atuação no contrato e da quantidade de dias efetivamente trabalhados, de modo a permitir a adequada fiscalização, conferência e validação da execução dos serviços:

- a) uma contendo os empregados titulares efetivamente alocados aos postos de trabalho; e
- b) outra contendo os empregados substitutos que tenham atuado de forma transitória.

13.1.4 A CONTRATADA deverá comprovar mensalmente o pagamento das verbas decorrentes da folha de todos os empregados que tenham atuado na execução do contrato no período de referência, incluindo salários, benefícios, encargos trabalhistas, previdenciários e demais verbas legais ou normativas. A documentação comprobatória deverá conter identificação individualizada dos trabalhadores, indicação da respectiva condição funcional, valores pagos, quantidade de dias efetivamente trabalhados e período de referência, de modo a permitir a adequada análise, conferência e fiscalização pela CONTRATANTE, devendo ser apresentadas duas listagens distintas:

- a) uma contendo os empregados titulares efetivamente alocados aos postos de trabalho; e
- b) outra contendo os empregados substitutos que tenham atuado de forma transitória.

13.1.5 No mês em que houver pagamento de parcela referente ao 13º salário, a CONTRATADA deverá apresentar a folha correspondente e o respectivo comprovante de pagamento.

13.1.6 A comprovação do pagamento dos auxílios alimentação e transporte poderá ser realizada por relação nominal assinada pelo respectivo empregado ou por documento emitido pela administradora responsável pela concessão do benefício, devidamente assinado por seu representante legal ou responsável autorizado. A documentação apresentada deverá estar organizada em ordem alfabética e conter, no mínimo, a identificação dos beneficiários, a data da efetiva disponibilização dos créditos e do recebimento do benefício, o período de referência e os respectivos valores concedidos, de modo a permitir a adequada análise, conferência e fiscalização pela CONTRATANTE.

13.1.7 A CONTRATANTE poderá, a qualquer tempo, solicitar à CONTRATADA comprovação individualizada, por empregado, dos depósitos de FGTS e recolhimentos previdenciários.

13.1.8 Por ocasião das férias de empregado titular efetivamente alocado ao posto de trabalho vinculado ao contrato, deverão ser encaminhados o respectivo aviso de férias e o comprovante de quitação das verbas correspondentes, os quais integrarão a documentação exigida para fins de análise e conferência, visando à validação prévia ao pagamento da Nota Fiscal/Fatura.

13.1.9 A documentação comprobatória referente às diárias eventualmente devidas no período de competência deverá ser apresentada pela CONTRATADA para análise, conferência e validação pela CONTRATANTE, ficando a emissão da

respectiva Nota Fiscal específica, distinta daquela relativa aos serviços ordinários, condicionada à prévia autorização da CONTRATANTE.

13.1.10 A documentação comprobatória referente às horas extraordinárias e ao adicional noturno eventualmente devidos no período de competência deverá ser apresentada pela CONTRATADA para análise, conferência e validação pela CONTRATANTE, ficando a emissão da respectiva Nota Fiscal específica, distinta daquela relativa aos serviços ordinários, condicionada à prévia autorização da CONTRATANTE, devendo o valor referente ao adicional noturno ser discriminado na mesma Nota Fiscal emitida para cobrança das horas extraordinárias.

13.1.11 Recebida a documentação comprobatória correspondente ao período de competência, a CONTRATANTE terá o prazo de até 10 (dez) dias úteis para proceder à análise, conferência, medição e validação da execução dos serviços.

13.1.12 O prazo previsto no subitem anterior somente se iniciará após o recebimento integral da documentação comprobatória prevista neste Termo de Referência para fins de liquidação e pagamento, devidamente regularizada e apta à análise, conferência e validação pela CONTRATANTE.

13.1.13 Quando houver ressalva na atestação dos serviços pela Fiscalização, no que concerne à execução do objeto do Contrato ou ao cumprimento das demais obrigações contratuais, ficará interrompida a contagem do prazo para pagamento a partir da comunicação formal à CONTRATADA, até a regularização da pendência ou até o término do prazo concedido para saneamento, o que ocorrer primeiro. Encerrado o prazo sem regularização, a CONTRATANTE adotará as medidas administrativas cabíveis.

13.1.14 O não atendimento das exigências documentais previstas neste Termo de Referência, a inexecução total ou parcial dos serviços no período de referência, a execução em desconformidade com as obrigações contratuais, bem como eventuais divergências entre os valores cobrados e os serviços efetivamente aferidos pela CONTRATANTE poderão sujeitar a CONTRATADA à glosa motivada e proporcional dos valores correspondentes, sem prejuízo das demais medidas administrativas, contratuais e sanções cabíveis.

13.1.15 Após a conferência e validação dos documentos pela CONTRATANTE, inclusive com as glosas cabíveis, a CONTRATADA será formalmente comunicada para emissão da respectiva Nota Fiscal/Fatura, ajustada conforme o resultado apurado.

13.1.16 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida pela CONTRATADA e encaminhada ao endereço eletrônico protocolo.geral@tjpa.jus.br, após autorização formal, no valor previamente validado pela CONTRATANTE, com a especificação do número e ano do contrato e a indicação da Divisão de Transportes como destinatária interna.

13.1.17 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo para pagamento após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à CONTRATANTE.

13.1.18 A Nota Fiscal/Fatura deverá ser encaminhada, preferencialmente, em até 5 (cinco) dias úteis após a comunicação prevista no subitem 13.1.15 e, impreterivelmente, em até 30 (trinta) dias corridos, contados da referida comunicação, sob pena de instauração de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade e eventual aplicação de penalidades, observado o contraditório e a ampla defesa.

13.1.19 A Nota Fiscal/Fatura deverá conter, no mínimo:

- a) prazo de validade;
- b) data de emissão;
- c) dados do contrato e do órgão contratante;
- d) período da prestação do serviço;
- e) valor descontado após a apuração do IMR, quando aplicável;
- f) valor a pagar;
- g) grau de jurisdição do local da prestação.

13.1.20 O pagamento mensal pela CONTRATANTE ficará condicionado à comprovação, pela CONTRATADA, do adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS referentes aos empregados que tenham atuado na execução do contrato no período de referência, observados os respectivos prazos legais de exigibilidade, nos termos do art. 8º do Decreto nº 9.507/2018 e do art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.21 O TJPA não se vincula às disposições estabelecidas em acordos, dissídios ou convenções coletivas de trabalho que tratem de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, matérias estranhas às obrigações trabalhistas legalmente exigíveis, ou que estabeleçam percentuais, índices estimativos, custos mínimos ou valores padronizados de encargos sociais, previdenciários ou insumos não previstos em lei, sem prejuízo da observância dos encargos legalmente incidentes aplicáveis à contratação.

13.1.22 Emitida a Nota Fiscal/Fatura e realizado o respectivo atesto, após verificação da conformidade dos serviços e da documentação exigida, o pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, mediante crédito em conta de titularidade da CONTRATADA.

13.1.23 O prazo de pagamento previsto no subitem 13.1.22 será reduzido à metade, mantida a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, quando aplicável.

13.1.24 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária correspondente.

13.1.25 A CONTRATADA poderá, excepcionalmente e mediante justificativa formal aceita pela CONTRATANTE, requerer ajuste financeiro em fatura posterior.

13.1.26 Quando do pagamento, serão efetuadas as retenções tributárias previstas na legislação aplicável e, independentemente dos percentuais de tributos eventualmente indicados na planilha de custos, quando houver, prevalecerão, para fins de retenção na fonte, aqueles estabelecidos na legislação vigente.

13.1.27 A CONTRATADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá retenção na fonte quanto aos tributos abrangidos por esse regime, ficando o pagamento condicionado à apresentação de documento idôneo e hábil que comprove o direito ao tratamento tributário favorecido, bem como à verificação, no momento da liquidação da despesa, de que a empresa permanece regularmente enquadrada no Simples Nacional.

13.1.28 A manutenção da condição de irregularidade perante o fisco, ou a ocorrência reiterada da não apresentação de certidões negativas ou positivas com efeito de negativas, permitirá a notificação do fato à autoridade fazendária competente e a rescisão contratual, respeitada a ampla defesa, em face de configurada a inexecução do Contrato e a ofensa à regra trazida no art. 92, XVI, da Lei nº 14.133/2021.

13.1.29 A CONTRATANTE deverá realizar consulta ao SICAF para:

I – verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;

II – identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018).

13.1.30 Constatada situação de irregularidade junto ao SICAF, a CONTRATADA será notificada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou apresentar defesa.

13.1.31 O prazo referido no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, a critério da CONTRATANTE.

13.1.32 Não havendo regularização, ou sendo a defesa considerada improcedente, a CONTRATANTE deverá comunicar a inadimplência da CONTRATADA e a existência de pagamento a ser efetuado aos órgãos responsáveis pela fiscalização

da regularidade fiscal, para que sejam adotados os meios pertinentes e necessários à garantia do recebimento de seus créditos.

13.1.33 Persistindo a irregularidade, a CONTRATANTE deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

13.1.34 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos poderão ser realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a CONTRATADA não regularize sua situação junto ao SICAF, observadas as retenções legais e contratuais cabíveis.

13.1.35 O TJPA, observados os princípios do contraditório e da ampla defesa, poderá deduzir, cautelar ou definitivamente, do montante a pagar à CONTRATADA, os valores correspondentes a multas, ressarcimentos ou indenizações devidas, nos termos pactuados.

13.1.36 No caso de atraso de pagamento exclusivamente imputável à CONTRATANTE, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto, os valores devidos serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento e a data do efetivo pagamento, mediante aplicação do índice IPCA, e acrescidos de encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples, calculados pela fórmula:

$$EM = I \times N \times VP$$

Onde:

EM = Encargos moratórios devidos;

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

I = índice diário = 0,0001644, apurado por: $I = (TX/100) / 365$;

TX = taxa anual = 6%;

VP = valor da parcela em atraso.

13.2. Da Retenção de Encargos Trabalhistas e Conta Vinculada

13.2.1 Deverá ser observada a determinação disposta no artigo 12º da Resolução Nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

13.2.2 Para assegurar o cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias pela CONTRATADA, a Administração deverá reter, mensalmente, o somatório dos valores correspondentes às rubricas abaixo discriminadas, relativas aos empregados da CONTRATADA alocados na execução contratual, independentemente da unidade de medida adotada (posto de trabalho, homem/hora, produtividade, entrega de produto específico ou ordem de serviço), devendo tais valores ser depositados mensalmente pela CONTRATANTE em conta vinculada específica, aberta em nome da CONTRATADA, com movimentação condicionada à autorização da Administração, nos termos das Resoluções CNJ nº 651/2025 e nº 183/2013:

I - férias;

II - adicional de 1/3 constitucional sobre férias;

III - décimo terceiro salário;

IV - multa do FGTS por dispensa sem justa causa; e

V - encargos previdenciários incidentes sobre férias, décimo terceiro salário e o respectivo adicional de 1/3 constitucional.

13.2.3 A conta vinculada será aberta em banco público oficial, em nome da CONTRATADA, e movimentada exclusivamente por ordem deste Tribunal de Justiça, sendo utilizado, para esse fim, o Banco do Estado do Pará,

conforme Acordo de Cooperação em processo de formalização, e em relação às tarifas bancárias (abertura, manutenção e movimentação), será praticada “tarifa zero”.

13.2.4 Os valores depositados na conta vinculada são absolutamente impenhoráveis, conforme o art. 121, § 4º, da Lei nº 14.133/2021.

13.2.5 Além das verbas trabalhistas previstas no item 13.1.32, a retenção na conta vinculada incluirá os encargos previdenciários e tributos incidentes sobre férias, 13º salário e o respectivo adicional de 1/3 constitucional, tais como INSS, FGTS, RAT + FAP e contribuições destinadas a terceiros (SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, salário-educação e SEBRAE), conforme previsto na legislação aplicável, em especial no art. 3º, § 3º, da Resolução CNJ nº 651/2025, observado o disposto no art. 31 da Lei nº 8.212/1991.

13.2.6 Os pagamentos efetuados à contratada estarão sujeitos à retenção na fonte dos tributos previstos na legislação aplicável, incluindo, quando cabível, o Imposto de Renda, a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), Contribuição para os Programas de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP) e demais encargos exigidos pela legislação tributária vigente.

13.2.8 No caso de pagamento direto aos empregados por inadimplemento da contratada, os valores pagos serão deduzidos do montante devido à contratada, nos termos do inciso IV do § 3º do art. 121 da Lei nº 14.133/2021.

13.2.12 Os valores depositados na conta vinculada não comporão o pagamento mensal ordinário da contratada e permanecerão bloqueados até liberação nas hipóteses legais, observados os procedimentos e controles estabelecidos pela Resolução nº 651/2025-CNJ e pelas normas internas do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

13.2.13 Os percentuais que serão fixados na execução contratual deverão ser substituídos pelos existentes na planilha de custos e formação de preços do licitante vencedor do certame.

13.3. Do pagamento direto pela Administração em caso de inadimplemento

13.3.1 A CONTRATANTE, nos termos do art. 121, § 3º, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021, poderá, em caso de inadimplemento da CONTRATADA, proceder à retenção de valores das faturas devidas, com a finalidade de efetuar diretamente o pagamento dos salários, benefícios, inclusive auxílio-alimentação e auxílio-transporte, e demais verbas trabalhistas decorrentes da execução contratual, tais como férias e verbas rescisórias, devidas aos empregados vinculados ao contrato, bem como adotar as providências necessárias ao recolhimento das contribuições previdenciárias e aos depósitos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS, observadas a legislação aplicável e as disposições contratuais.

13.3.2 A CONTRATADA deverá apresentar, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, contado do recebimento da notificação da fiscalização do contrato, toda a documentação necessária à viabilização do pagamento direto pela Administração, incluindo, quando aplicável, dados bancários dos empregados vinculados ao contrato, folhas de pagamento, demonstrativos dos valores devidos a título de salários e benefícios, guias de recolhimento e demais documentos pertinentes.

13.3.3 Na hipótese de não comprovação da quitação das obrigações trabalhistas e previdenciárias no prazo de até 15 (quinze) dias, contado do recebimento da notificação da fiscalização do contrato, a CONTRATANTE poderá efetuar diretamente o pagamento dos salários, benefícios e demais verbas trabalhistas devidas aos empregados vinculados à execução do contrato, bem como adotar as providências cabíveis quanto às obrigações previdenciárias inadimplidas, observada a dedução dos valores correspondentes dos pagamentos devidos à CONTRATADA.

13.3.4 Quando não for possível o pagamento direto pela CONTRATANTE, os valores retidos cautelarmente poderão ser objeto de depósito judicial perante o juízo competente ou de outras medidas cabíveis, para assegurar o pagamento das verbas trabalhistas devidas aos empregados vinculados ao contrato, bem como a regularização do FGTS e das obrigações previdenciárias correspondentes.

13.4. Acordo de Nível de Serviço (ANS)

13.4.1 Instrumento de Medição de Resultado – IMR

13.4.1.1 Este procedimento está vinculado ao contrato firmado com empresa especializada na prestação de serviços contínuos de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra. Integra as especificações técnicas como obrigação e responsabilidade da CONTRATANTE e deverá ser realizado periodicamente pela Equipe de Gestão e Fiscalização do contrato. O procedimento resultará na elaboração de relatórios mensais, os quais servirão como fator redutor para o cálculo dos valores a serem lançados nas faturas mensais relativas aos serviços prestados, com base nas pontuações atribuídas nos referidos relatórios.

13.4.1.2 Os objetivos deste Instrumento de Medição de Resultados consistem em definir e padronizar os critérios de avaliação do desempenho e da qualidade da CONTRATADA na execução dos serviços contínuos de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra.

13.4.1.3 A avaliação da qualidade e o aceite dos serviços serão de responsabilidade da fiscalização do contrato, por meio de instrumentos de controle que compreendam a mensuração da execução dos serviços, a exemplo do Relatório de Avaliação de Execução dos Serviços, entre outros, sendo realizada mensalmente.

13.4.1.4 Para aferição da qualidade na prestação dos serviços, serão avaliados os seguintes aspectos, sendo cada quesito pontuado com nota de **0 (zero) a 5 (cinco)**, conforme tabela abaixo.

TABELA DO INSTRUMENTO DE MEDIÇÃO DE RESULTADOS

A	B	C	D	E	F	G	H
ITEM	Indicador	NÍVEL ESPERADO DO SERVIÇO	Ocorrência Apurada	GRAU	INCIDÊNCIA	NOTA	TOTAL H= E x G
1	Cobertura dos postos	Manter os postos integralmente cobertos, conforme escala e jornada definidas	Posto descoberto ou ausência sem substituição no prazo contratual	3	Por ocorrência		
2	Regularidade da execução	Empregados devidamente uniformizados, identificados por crachá e, quando exigido, utilizando EPI	Empregado sem uniforme, sem crachá ou sem EPI obrigatório, quando exigido	1	Por ocorrência		
3	Atendimento à fiscalização	Atendimento tempestivo, pelo preposto e pela CONTRATADA, às solicitações formais da fiscalização	Não atendimento, no prazo assinalado, de solicitação formal da fiscalização	2	Por ocorrência		
4	Pagamento de salários, benefícios e encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e sociais	Efetuar, nas datas legal e contratualmente previstas, o pagamento dos salários, do vale-transporte, do auxílio-alimentação, do plano de saúde e das demais verbas devidas aos	Deixar de efetuar, no prazo devido, o pagamento dos salários, do vale-transporte, do auxílio-alimentação, do plano de saúde ou das demais verbas devidas aos empregados	5	Por ocorrência		

		empregados vinculados ao contrato, bem como promover o regular recolhimento dos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários, sociais e fundiários incidentes sobre a execução contratual	vinculados ao contrato; deixar de promover o regular recolhimento dos encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e sociais; ou deixar de apresentar a respectiva comprovação mensal à fiscalização				
TOTAL							
CONCEITO							
VALORES DAS NOTAS (5 –Ótimo; 4 –Bom; 3 –Regular; 2 –Insatisfatório; 1 –Ruim; 0 –não realizado)							
Legenda: 1 – IMPACTO BAIXO; 2 – IMPACTO MÉDIO; 3 – IMPACTO ALTO.							

A adequação de pagamento será adotada conforme tabela a seguir:

GRAU (1 –IMPACTO BAIXO; 2 –IMPACTO MÉDIO; 3 –IMPACTO ALTO)		
CONCEITO	PONTUAÇÃO TOTAL	REDUÇÕES DE PAGAMENTO
A	maior ou igual a 129	0% sobre o valor mensal do contrato
B	maior ou igual a 113 menor que 129	2% sobre o valor mensal do contrato
C	maior ou igual a 97 menor que 113	3% sobre o valor mensal do contrato
D	maior ou igual a 81 menor que 97	5% sobre o valor mensal do contrato
E	menor que 81	10% sobre o valor mensal do contrato

- a) Os valores apurados em todas as avaliações ou operações matemáticas realizadas para fins de faturamento deverão, obrigatoriamente, resultar em **números naturais**, vedada a utilização de casas decimais e/ou quaisquer critérios de arredondamento.
- b) A prestação dos serviços será avaliada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, com base nos seguintes instrumentos:
 - b.1) Relatórios de Ocorrências mensais;
 - b.2) Inspeção direta, realizada a qualquer tempo;
 - b.3) Análise dos Relatórios de Avaliação da Execução dos Serviços;
 - b.4) Comunicações formais expedidas pela fiscalização, inclusive por e-mail institucional, ofícios, notificações, despachos ou outros registros documentais idôneos.
- c) Para fins de adequação do pagamento, com base no Instrumento de Medição de Serviços, fica estabelecido o limite máximo de **10% (dez por cento)** de redução sobre o valor mensal do contrato.
- d) A critério da CONTRATANTE, poderão ser aplicadas sanções administrativas em decorrência das infrações previstas no Instrumento de Medição de Serviços, inclusive de forma cumulativa com a redução de pagamento prevista neste item contratual, conforme disposto no Termo de Referência.

13.5. Antecipação de pagamento

☒ NÃO SE APLICA

13.6. Cessão de crédito

☒ NÃO SE APLICA

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO - art. 30, §1º, inciso XV da IN nº 01/2023

14.1. Forma de seleção

☒ Licitação

☒ Pregão

☐ Concorrência

☐ Concurso

☐ Leilão

☐ Diálogo competitivo

☐ Dispensa de licitação

☐ Inexigibilidade de licitação

Justificativa: O objeto consiste na prestação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, natureza comum, o que autoriza o uso do pregão, conforme art. 28, §1º da Lei 14.133/2021 e respaldado no ETP.

14.2. Forma de seleção

☒ Eletrônica

☐ Presencial

Justificativa: Seguindo a regra geral da Lei nº 14.133/2021, a forma eletrônica é obrigatória, salvo exceções justificadas, o que não é o caso da contratação pretendida.

14.3. Modo de disputa

☒ Aberto

☐ Aberto e fechado

☐ Fechado e aberto

☐ Não se aplica

Justificativa: Por se tratar de pregão eletrônico e serviço comum, aplica-se o modo de disputa aberto, conforme art. 33, I da Lei nº 14.133/2021.

14.4. Critério

☒ menor preço

☐ melhor técnica ou conteúdo artístico

- ☐ técnica e preço
- ☐ maior retorno econômico
- ☐ maior desconto

Justificativa: A contratação visa a prestação de serviços de natureza comum e continuada. O critério do menor preço é o mais adequado, em conformidade com o art. 33, II da Lei nº 14.133/2021 e com o ETP.

14.5. **Forma de parcelamento**

- ☒ Grupo único
- ☐ Grupos
- ☐ Grupos(s) e item(ns)
- ☐ Item(ns)

Justificativa para o não parcelamento do objeto: O objeto apresenta unidade técnica, funcional e operacional, demandando gestão e fiscalização centralizadas, conforme demonstrado no ETP. O fracionamento poderia comprometer a eficiência, a continuidade dos serviços e o controle dos riscos operacionais e trabalhistas.

14.6. **Forma de entrega ou prestação do serviço**

- ☐ Integral
- ☐ Parcelado
- ☒ Continuado

Justificativa: Os serviços de condução de veículos e motocicletas devem ser prestados de forma contínua, com dedicação exclusiva de mão de obra, conforme demonstrado no ETP.

14.7. **Exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte**

Valor de referência: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais). – Artigo 48, I, da Lei nº 123/2006.

Licitação

- ☐ Sim
- ☒ Não

Não sendo a licitação exclusiva, há item ou lote exclusivo?

Item/lote

- ☒ Não
- ☐ Sim

Apontar os itens/lotos exclusivos:

Justificativa para não adoção:

- ☐ Não há um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediados localmente ou regionalmente e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório

- () Não é vantajoso para a administração pública, conforme demonstrado na justificativa abaixo.
- () Representa prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado

Texto explicativo complementar:

A presente contratação tem valor estimado de R\$ 18.426.565,68, ultrapassando o limite de R\$ 80.000,00 previsto no art. 48, I, da Lei Complementar nº 123/2006 para fins de reserva exclusiva às microempresas e empresas de pequeno porte.

Dessa forma, não é viável a adoção da exclusividade ou reserva por itens/lotos, sob pena de comprometer a execução do objeto e afrontar os princípios da isonomia, competitividade e interesse público.

14.8. Exigências de habilitação

14.8.1. Habilitação técnica:

(x) Atestado de capacidade técnica

14.8.1.1. A LICITANTE deverá apresentar um ou mais Atestados de Capacidade Técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprovem a prestação de serviços contínuos de condução de veículos automotores e motocicletas, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme descrito nos subitens 7.2.1 a 7.2.4 deste Termo de Referência.

14.8.1.2. Os serviços atestados deverão possuir características compatíveis com o objeto da contratação e comprovar a execução mínima de 21 (vinte e um) postos de condutores, incluindo motoristas e motociclistas, correspondentes a, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) do total de postos previstos no item 2 – Indicação das Quantidades deste Termo de Referência, com comprovação de execução por período igual ou superior a 1 (um) ano.

14.8.1.3. Os Atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito da atividade econômica principal ou secundária da LICITANTE, conforme especificado no contrato social vigente.

14.8.1.4. Os Atestados poderão ser emitidos em nome da matriz ou da filial da LICITANTE.

14.8.1.5. Serão aceitos apenas Atestados emitidos após a conclusão do contrato, ou com pelo menos 1 (um) ano de execução contratual.

14.8.1.6. Para comprovação do tempo mínimo de experiência, será admitido o somatório de diferentes Atestados, desde que cada um comprove, no mínimo, 30 dias de execução, não sendo necessário que o ano seja ininterrupto.

14.8.1.7. A comprovação de quantitativo mínimo poderá ser feita por meio de Atestados de contratos executados de forma concomitante, o que será considerado equivalente a uma única contratação.

14.8.1.8. A LICITANTE deverá disponibilizar todas as informações necessárias à verificação da autenticidade dos Atestados, incluindo, se solicitado, cópias dos contratos, endereço da contratante e local da prestação dos serviços.

14.8.1.9. Serão desconsiderados Atestados emitidos por órgãos que tenham aplicado à LICITANTE penalidade de suspensão ou impedimento de licitar/contratar, devidamente registrada no SICAF, referente a serviços semelhantes ao objeto desta contratação.

14.8.1.10. A LICITANTE deverá comprovar o atendimento ao disposto no art. 63 da Lei nº 14.133/2021.

14.8.1.11. O TJPA poderá solicitar, se necessário, cópias dos contratos, aditivos e respectivas notas fiscais relacionadas aos Atestados apresentados, para fins de diligência quanto à veracidade das informações. A impossibilidade de verificação tornará o Atestado inválido.

14.8.1.12. A constatação de divergência entre os Atestados apresentados e os dados apurados em eventual diligência poderá ensejar a inabilitação da LICITANTE, além da aplicação das penalidades cabíveis.

14.8.1.13. A LICITANTE deverá apresentar declaração de que conhece as condições locais de execução do objeto e da logística de deslocamento no Estado, assumindo plena responsabilidade por essa ciência, inclusive se optar por não realizar vistoria prévia.

14.8.1.14. Será facultada às LICITANTES a vistoria prévia nos locais de execução até o último dia útil anterior à data de abertura da sessão pública, das 8h às 14h, mediante agendamento pelos telefones (91) 3205-3280 / 3205-3197. A vistoria será limitada a um interessado por vez.

14.8.1.15. A não realização da vistoria não poderá ser utilizada como justificativa para eximir a LICITANTE das obrigações contratuais ou para pleitear reequilíbrio econômico-financeiro.

14.8.1.16. A LICITANTE deverá apresentar declaração de que instalará escritório na cidade de Belém/PA, a ser comprovado no prazo de 30 (trinta) dias, contados do início da vigência contratual, conforme o item 10.6, "a", do Anexo VII da IN nº 05/2017 – SEGES/MPDG.

14.8.1.17. Caso a LICITANTE já disponha de matriz, filial ou escritório em Belém/PA, deverá apresentar declaração de manutenção da estrutura local.

14.8.1.18. Justifica-se a exigência de escritório em Belém/PA pela necessidade de disponibilidade de equipe dotada de poderes para tomada de decisão imediata em questões operacionais e administrativas, além de resolução de problemas decorrentes da execução contratual.

14.8.1.19. O escritório deverá contar com equipe multidisciplinar, com capacidade para gestão de pessoas, controle financeiro e contábil, evitando a transferência de tais encargos à Administração.

14.8.2. Habilitação econômica e financeira:

14.8.2.1. Não será admitida a participação de pessoa física ou sociedade simples, tendo em vista a natureza do objeto contratual, que exige estrutura técnico-operacional, capacidade de gestão de equipes, implantação de postos de trabalho em diferentes localidades e dedicação exclusiva de mão de obra, características incompatíveis com a natureza jurídica desses entes.

14.8.2.2. A LICITANTE deverá apresentar Certidão Negativa de Falência ou Recuperação Judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, nos termos do art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, dentro do prazo de validade indicado na própria certidão ou, na ausência dessa informação, com data de emissão não superior a 90 (noventa) dias da data prevista para a abertura do certame.

14.8.2.3. Deverão ser apresentados o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, cumulativamente:

a) Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC) e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos a partir das seguintes fórmulas:

- $LG = (\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}) \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
- $SG = \text{Ativo Total} \div (\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante})$
- $LC = \text{Ativo Circulante} \div \text{Passivo Circulante}$

b) Capital Circulante Líquido (CCL) \geq 16,66% do valor estimado da contratação, sendo: CCL = Ativo Circulante – Passivo Circulante;

c) Patrimônio Líquido \geq 10% do valor estimado da contratação;

d) Empresas criadas no exercício da licitação deverão atender a todas as exigências de habilitação, podendo apresentar o Balanço de Abertura em substituição aos demonstrativos dos exercícios anteriores;

e) Se a pessoa jurídica tiver sido constituída há menos de 2 (dois) anos, será exigido apenas o último exercício;

f) Os documentos contábeis deverão atender aos parâmetros definidos pela Receita Federal do Brasil para a obrigatoriedade de entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD ao SPED.

14.8.2.4. A LICITANTE deverá apresentar declaração, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no Anexo III deste Termo de Referência, de que um doze avos da soma dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data de apresentação da proposta não é superior ao seu patrimônio líquido, observados os seguintes requisitos:

a) Apresentação da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) relativa ao último exercício social;

b) Justificativa, caso haja diferença superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, entre a receita bruta apresentada na DRE e a declaração.

14.8.2.5. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação econômica e financeira, podendo apresentar o Balanço de Abertura em substituição às demonstrações contábeis anteriores, conforme art. 65, §1º, da Lei nº 14.133/2021.

14.8.2.6. O cumprimento dos índices econômicos exigidos nesta seção deverá ser atestado mediante declaração firmada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pela LICITANTE, nos termos do §1º do art. 65 da Lei nº 14.133/2021.

14.8.3. Habilitação jurídica específica:

a) Consórcio

() Sim

(x) Não

Justificativa

A participação de empresas em consórcio não será admitida, conforme análise técnica constante no Estudo Técnico Preliminar, uma vez que o objeto da contratação não apresenta alta complexidade técnica nem vulto econômico que justifique essa forma de organização.

Ademais, a execução contratual exige responsabilidade direta e centralizada, especialmente por envolver prestação de serviços contínuos, gestão de pessoal e dedicação exclusiva de mão de obra.

A formação de consórcio poderia comprometer a eficiência da fiscalização, o controle administrativo e a uniformidade da execução, contrariando os princípios da economicidade e da eficiência.

b) Cooperativa

(x) Não
() Sim

Justificativa

A contratação dos serviços de condução de veículos automotores e motocicletas será realizada sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, o que requer subordinação direta, controle de jornada e responsabilidade trabalhista integral por parte da contratada.

Essas condições são incompatíveis com a natureza jurídica das cooperativas, que operam com base na autogestão, autonomia dos cooperados e ausência de vínculo empregatício.

A participação de cooperativas em contratações dessa natureza pode descaracterizar a finalidade do modelo cooperativo e comprometer a regularidade trabalhista da execução contratual.

Dessa forma, fica vedada a participação de cooperativas nesta contratação.

14.8.4. Do dimensionamento da proposta

14.8.4.1. A proposta deverá contemplar os quantitativos de motoristas, motociclistas e encarregado definidos no subitem 2 deste Termo de Referência, observando os respectivos postos de trabalho e a distribuição regional prevista.

14.8.4.2. A LICITANTE deverá encaminhar, juntamente com a proposta, a Planilha de Custos e Formação de Preços, devidamente preenchida nos formatos PDF e XLS, contendo a descrição detalhada dos custos unitários e totais por item, de modo a evidenciar a exatidão e a coerência dos valores ofertados, conforme as exigências estabelecidas no edital.

14.8.4.3. Para a elaboração da proposta, deverão ser observadas as diretrizes estabelecidas para composição de todos os custos envolvidos, em conformidade com:

- a Planilha de Custos e Formação de Preços Estimativa (Anexo I deste Termo de Referência); e
- a memória de cálculo constante na Nota Técnica de Pesquisa de Preços.

15. REAJUSTE E REPACTUAÇÃO – art. 30, §1º, inciso XVI e arts. 54 e 55 da IN nº 01/2023

15.1. O reajuste anual será devido à CONTRATADA pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA, independentemente de provocação, mediante verificação pela Administração, observados os índices, a data-base e a estrutura da Planilha de Custos e Formação de Preços definidos neste Termo de Referência.

15.1.1. O reajuste anual incidirá exclusivamente sobre os itens da Planilha de Custos e Formação de Preços relativos aos insumos da contratação, tais como uniformes, equipamentos de proteção individual (EPIs), equipamentos e demais custos não vinculados à mão de obra, vedada sua aplicação sobre os componentes remuneratórios e encargos trabalhistas.

15.2. O interregno mínimo de 1 (um) ano para o primeiro reajuste ou repactuação será contado a partir de:

- a) Reajuste (insumos):** da data da formalização do orçamento estimado da contratação, ocorrida em 29/04/2026;
- b) Repactuação (mão de obra):** da data do acordo, convenção coletiva paradigma ou dissídio coletivo de trabalho vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação de custos decorrer da mão de obra e estiver vinculada à respectiva data-base.

15.3. Nos reajustes e repactuações subsequentes, o prazo mínimo de 12 (doze) meses será contado a partir da data de início dos efeitos financeiros do último reajuste ou repactuação concedidos.

15.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajuste, será aplicada a última variação oficial conhecida, com posterior compensação.

15.5. Nas aferições finais, os índices utilizados deverão ser obrigatoriamente os definitivos.

15.6. Caso o índice definido seja extinto ou substituído, será adotado o índice que vier a ser determinado pela legislação em vigor.

15.7. Na ausência de índice substituto, as partes poderão adotar outro índice oficial, mediante formalização por termo aditivo.

15.8. A repactuação deverá ser solicitada pela CONTRATADA ou por qualquer dos signatários do contrato, devidamente instruída com documentação comprobatória da variação dos custos, por meio da apresentação da Planilha de Custos e Formação de Preços atualizada e/ou do acordo, convenção coletiva ou dissídio coletivo aplicável, conforme disposto no art. 135 da Lei nº 14.133/2021.

15.9. O TJPA poderá realizar diligências para verificar e validar a variação de custos apresentada.

15.10. É vedada a inclusão de benefícios não previstos na proposta inicial, salvo quando se tornarem obrigatórios por força de lei, sentença normativa ou instrumento coletivo.

15.11. O TJPA deverá responder ao pedido de repactuação no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da entrega da documentação completa.

15.12. O prazo ficará suspenso nos casos em que a documentação necessária não for apresentada de forma integral.

15.13. As repactuações a que a CONTRATADA fizer jus e não forem solicitadas durante a vigência do contrato serão consideradas preclusas com a assinatura da prorrogação contratual ou com o encerramento do contrato.

15.14. Os reajustes e repactuações poderão ser formalizados por meio de apostilamento, desde que não impliquem alteração do equilíbrio econômico-financeiro originalmente pactuado. Quando coincidirem com a prorrogação contratual, deverão ser formalizados por termo aditivo.

15.15. Os novos valores contratuais decorrentes de reajustes ou repactuações terão seus efeitos financeiros iniciados, observando-se:

- a) data futura acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem da periodicidade;
- b) data retroativa à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando se tratar de repactuação vinculada a instrumento coletivo com previsão de vigência retroativa.

15.16. Os efeitos financeiros incidirão exclusivamente sobre os itens que motivaram o reajuste ou a repactuação.

15.17. O reajuste ou a repactuação não prejudicam o direito das partes de requerer, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos do art. 124 da Lei nº 14.133/2021.

15.18. O reajuste contratual utilizará como base o índice oficial **INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor** ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.

15.19. A repactuação utilizará como base a Convenção Coletiva de Trabalho Paradigma aplicável às categorias profissionais envolvidas na execução do contrato, isto é, motoristas, motociclistas e encarregado, conforme a função exercida por cada profissional.

15.20. O contrato conterá detalhamento complementar das regras aplicáveis ao reajuste e à repactuação, em consonância com este Termo de Referência.

16. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO - art. 30, §1, º inciso XVII da IN nº 01/2023

LOTE ÚNICO
TABELA 1 – ITENS PRINCIPAIS (CUSTOS FIXOS)

ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE	CATSER	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO	PREÇO TOTAL (MENSAL)	PREÇO TOTAL (12 MESES)
1	Motociclistas com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Belém e Região Metropolitana – PA	POSTO	20966	19	8.681,52	164.948,88	1.979.386,56
2	Motociclistas com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Região Xingu – Altamira/PA	POSTO	20966	1	8.681,52	8.681,52	104.178,24
3	Motociclistas com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Região Carajás – Marabá e Parauapebas/PA	POSTO	20966	2	8.681,52	17.363,04	208.356,48
4	Motociclistas com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Região Amazonas – Santarém/PA	POSTO	20966	1	8.681,52	8.681,52	104.178,24
5	Motoristas até 6 toneladas – com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Belém e Região Metropolitana – PA	POSTO	15008	10	7.820,94	78.209,40	938.512,80
6	Motoristas 6 a 12 toneladas – com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Belém e Região Metropolitana – PA	POSTO	15008	6	8.770,94	52.625,64	631.507,68
7	Motoristas 15 a 20 toneladas – com jornada de trabalho de 44 horas semanais – Local: Belém e Região Metropolitana – PA	POSTO	15008	3	11.016,41	33.049,23	396.590,76
8	Encarregado de Serviços – dedicação exclusiva, atuação presencial no TJPA	POSTO	25623	1	9.478,81	9.478,81	113.745,72
Total Parcial				43		373.038,04	4.476.456,48

TABELA 2 – ITENS EVENTUAIS (CUSTOS CONTINGENCIAIS)

ITEM	CATMAT / CATSER	DESCRIÇÃO	PREÇO TOTAL (MENSAL) (R\$)	PREÇO TOTAL (12 MESES) (R\$)
9	15008	Valor estimado para pagamento de diárias	31.000,00	372.000,00
10	15008	Valor estimado para pagamento de horas extras	45.000,00	540.000,00
11	15008	Valor estimado para pagamento de adicional noturno	1.512,00	18.144,00
Total Parcial			77.512,00	930.144,00

TABELA 3 – SOMATÓRIO DE CUSTOS FIXOS E EVENTUAIS

DISCRIMINAÇÃO	PREÇO TOTAL (MENSAL) (R\$)	PREÇO TOTAL (12 MESES) (R\$)
TABELA 1 – ITENS PRINCIPAIS (CUSTOS FIXOS)	R\$ 373.038,04	R\$ 4.476.456,48
TABELA 2 – ITENS EVENTUAIS (CUSTOS CONTINGENCIAIS)	R\$ 77.512,00	R\$ 930.144,00
TOTAL GERAL DA CONTRATAÇÃO	R\$ 450.550,04	R\$ 5.406.600,48

16.7. Métrica do Valor Estimado

() Mediana

(x) Média (padrão)

() Menor Preço

Justificativa: A definição do valor estimado da contratação foi realizada com base na média aritmética dos preços obtidos em pesquisa de mercado, após tratamento estatístico dos dados, resultando na média saneada, conforme demonstrado no Mapa Referencial de Preços constante dos autos.

A metodologia adotada observa os parâmetros estabelecidos na Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021, especialmente quanto à utilização de múltiplas fontes de pesquisa, incluindo contratações similares da Administração Pública e cotações junto a fornecedores do ramo, assegurando a formação de estimativa aderente às condições e aos preços efetivamente praticados no mercado para serviços da mesma natureza e complexidade.

Conforme evidenciado no referido mapa, a amostra apresentou coeficiente de variação inferior a 25%, indicando homogeneidade e baixa dispersão dos preços coletados, o que afasta a necessidade de adoção de métricas alternativas, como mediana ou menor preço.

Dessa forma, conclui-se que a média saneada constitui critério adequado, suficiente e tecnicamente justificado para a definição do valor estimado da contratação, assegurando compatibilidade com a realidade de mercado.

17. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - art. 30, §1º, inciso XVIII da IN nº 01/2023

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Gestão/Unidade: Fundo de Reparelhamento do Judiciário – 040102

Fonte de Recursos: 1759 – Recursos Próprios FRJ e FRC

Programa de Trabalho:

04.102.02.122.1421.8193 – Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário – 1º Grau

04.102.02.122.1421.8195 – Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário – Apoio Indireto à Atividade

Elemento de Despesa: 3.3.90.37.00.00.00.00 – Locação de Mão de Obra

Exercício financeiro (ano atual): 2026 – R\$ 1.865.190,20

Exercício financeiro 2027: R\$ 4.476.456,48

Exercício financeiro 2028: R\$ 4.476.456,48

Exercício financeiro 2029: R\$ 2.611.266,28

18. SANÇÕES APLICÁVEIS E GRADAÇÕES – art. 30, §1º, inciso XIX da IN nº 01/2023

Para definições e aplicações dos subitens tratados neste tópico, o normativo balizador é a Instrução Normativa nº 003/2024-GP, que regulamenta, no âmbito do TJPA, o processo administrativo sancionatório e a dosimetria na aplicação de penalidades definidas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

A aplicação de quaisquer sanções fica condicionada à prévia apuração no respectivo processo administrativo sancionador, com a garantia do contraditório e da ampla defesa.

18.1. O licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações (art. 6º da IN nº 003/2024-GP):

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou assinar a ata de registro de preços ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

18.2. Aos licitantes ou às contratadas que praticarem infrações administrativas previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, ficarão sujeitos às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa: moratória e/ou compensatória;
- c) impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará pelo prazo máximo de 3 (três) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

18.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida, entendendo-se como qual o fato gerador a ser imputado à hipótese normativa - leve, média, grave ou gravíssima;
- b) as peculiaridades do caso concreto, nos termos do art. 5º da Lei 14.133, de 2021, e do art. 22 da LINDB;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que da infração provierem para a Administração Pública; e
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade.

18.4. Com fundamento no Capítulo II da IN nº 003/2024-GP, a empresa:

18.4.1. Será sancionada com advertência nas hipóteses de descumprimento das obrigações contratuais que não cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos e ao interesse coletivo e que não justifique a imposição de penalidade mais grave.

18.4.1.1. A sanção de advertência somente será aplicada durante a vigência do contrato.

18.4.2. Ficará impedida de licitar e contratar no âmbito do Estado do Pará pelo prazo de até 3 (três) anos, sem prejuízo da rescisão unilateral do contrato ou instrumento correspondente, quando praticar as seguintes infrações e não se justificar a imposição de penalidade mais grave:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo (de três meses a dois anos);
- b) dar causa à inexecução total do contrato (de seis meses a três anos);

- c) deixar de entregar a documentação exigida na etapa de seleção do fornecedor ou execução do contrato, mesmo após realização de diligências (de dois meses a seis meses);
- d) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado (de dois meses a um ano);
- e) não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta (de seis meses a um ano);
- f) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do contrato sem motivo justificado (de três meses a um ano).

18.4.3. Será declarada inidônea para licitar e contratar quaisquer órgãos do Poder Público, em qualquer nível federativo, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, quando praticar as seguintes infrações, nos termos dos artigos 25 e 26, da IN nº 003/2024-GP:

- a) aquelas previstas para a sanção de impedimento de licitar e contratar com o Estado do Pará, que impliquem danos financeiros significativos para o TJPA, impactos severos na eficiência do contrato ou nas rotinas administrativas;
- b) apresentar declaração ou documentação falsa exigida no certame ou de prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- c) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- d) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- e) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- f) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 2013.

18.4.4. Multa (moratória e/ou compensatória), observados os limites mínimo de 0,5% (cinco décimos por cento) e máximo de 30% (trinta por cento), conforme a espécie, a base de cálculo e a dosimetria.

18.4.4.1 A multa (moratória e/ou compensatória) poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, por qualquer das infrações previstas no subitem 18.1 deste Termo de Referência, sendo vedada a aplicação de duas multas pelo mesmo fato gerador (bis in idem).

a) A multa moratória terá como base de cálculo o valor da fatura/medição mensal correspondente ao período de competência afetado (parcela do contrato).

b) A multa compensatória terá como base de cálculo:

(i) o valor da fatura/medição mensal correspondente ao período de competência afetado (parcela do contrato) nas hipóteses de inexecução parcial não grave; e

(ii) o valor total do contrato nas hipóteses de falta grave e de inexecução total, conforme definido nos subitens 18.4.5 e 18.4.6.

c) As multas moratória e compensatória somente poderão ser cumuladas quando decorrentes de fatos geradores distintos.

d) Quando o atraso (mora) evoluir para inexecução pelo mesmo fato gerador, a multa moratória será convertida em multa compensatória, vedada a cumulação.

18.4.5. A multa compensatória será aplicada para o caso de inexecução parcial ou total do contrato, observados os percentuais e condições a seguir:

18.4.5.1. A inexecução parcial do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

a) deixar posto descoberto (motorista, motociclista ou encarregado), por descumprimento do dever de reposição/substituição no prazo contratual, resultando em prestação parcial do serviço no período: **multa compensatória de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura/medição mensal do período de competência afetado, não podendo resultar em valor inferior a 15% (quinze por cento) do valor mensal do posto afetado, prevalecendo o maior valor.**

b) alocar ou manter empregado na execução sem requisito indispensável do posto previsto no Termo de Referência/Contrato (por exemplo, habilitação/condição essencial exigida para o exercício regular da função), por se tratar de **falta grave: multa compensatória de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato.**

c) permitir execução por empregado sem EPI obrigatório previsto no Termo de Referência/Contrato, ou com EPI inadequado/ineficaz, quando isso configurar descumprimento essencial e/ou risco à segurança do trabalho, por se tratar de **falta grave: multa compensatória de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato.**

d) permitir execução por empregado sem uniforme completo e/ou sem identificação funcional (crachá), quando exigidos, após ciência formal da fiscalização: **multa compensatória de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura/medição mensal do período de competência afetado, não podendo resultar em valor inferior a 12% (doze por cento) do valor mensal do posto afetado, prevalecendo o maior valor.**

e) deixar de apresentar, no prazo contratual, documentação essencial à fiscalização/validação do período (inclusive controles e comprovantes previstos no Termo de Referência), ou apresentá-la de modo materialmente incompleto a ponto de impedir a validação: **multa compensatória de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura/medição mensal do período de competência afetado, não podendo resultar em valor inferior a 12% (doze por cento) do valor mensal do posto afetado, prevalecendo o maior valor.**

f) atrasar o pagamento de salários e/ou verbas remuneratórias aos empregados alocados na execução e (i) o atraso ultrapassar 10 (dez) dias corridos, contados do vencimento, ou (ii) houver nova ocorrência dentro de um período de 12 (doze) meses, por se tratar de **falta grave: multa compensatória de 5% (cinco por cento), calculada sobre o valor total do contrato.** Nessa hipótese, eventual multa moratória aplicada pelo mesmo atraso será convertida em compensatória, sem cumulação, por se tratar do mesmo fato gerador.

g) descumprir obrigação prevista neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato não enquadrada especificamente nas alíneas anteriores, desde que o descumprimento gere impacto verificável na regularidade, na continuidade, na fiscalização, na segurança ou na qualidade da execução no período: **multa compensatória de 3% (três por cento), calculada sobre o valor da fatura/medição mensal do período de competência afetado, não podendo resultar em valor inferior a 12% (doze por cento) do valor mensal do posto afetado, prevalecendo o maior valor.**

18.4.5.2. A inexecução total do contrato restará configurada, entre outras hipóteses, quando a CONTRATADA:

a) não iniciar a execução dos serviços no prazo máximo previsto no Termo de Referência/Contrato, deixando de disponibilizar a força de trabalho necessária apta ao início dos serviços: **multa compensatória de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato.**

b) paralisar integralmente a prestação, abandonar a execução do objeto ou impedir, na prática, a continuidade do serviço: **multa compensatória de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato.**

c) reiterar inadimplemento trabalhista grave (especialmente atraso de pagamento) em nível que inviabilize a continuidade da execução, frustrando a finalidade do contrato, após notificação formal e sem regularização: **multa compensatória de 30% (trinta por cento), calculada sobre o valor total do contrato.**

18.4.6. A multa de mora será aplicada quando a CONTRATADA der causa ao retardamento do cumprimento de obrigação contratual com prazo certo, sem motivo justificado e aceito pelo TJPA.

18.4.6.1. A contagem do atraso inicia-se no primeiro dia corrido subsequente ao vencimento do prazo da obrigação e encerra-se na data da regularização, devidamente comprovada pela CONTRATADA perante a fiscalização.

18.4.6.2. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia corrido, limitada a 10% (dez por cento) por fato gerador, calculada sobre o valor da fatura/medição mensal do período de competência afetado, aplicando-se às hipóteses de atraso no cumprimento de obrigação com prazo certo, previamente estabelecido no Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato, ou ainda formalmente fixado pela fiscalização, entre outras hipóteses:

a) quando houver atraso em recompor posto por ausência de motorista, motociclista ou encarregado, contado do primeiro dia corrido subsequente ao vencimento do prazo de recomposição previsto no Termo de Referência/Contrato, até a regularização comprovada.

b) quando houver atraso na regularização de uniforme, identificação funcional (crachá) e/ou EPI, contado do primeiro dia corrido subsequente ao vencimento do prazo concedido pela fiscalização/previsto no Termo de Referência, até a regularização comprovada.

c) quando houver atraso na entrega da documentação mensal essencial para conferência e validação da competência (incluindo controles e comprovantes previstos no Termo de Referência), contado do primeiro dia corrido subsequente ao vencimento do prazo de entrega, até a entrega integral da documentação apta à validação.

d) quando houver atraso no pagamento de salários e/ou verbas remuneratórias aos empregados alocados na execução, contado do primeiro dia corrido subsequente ao vencimento da obrigação de pagamento (prazo legal/normativo aplicável), até a comprovação do efetivo crédito em conta. Caso o atraso ultrapasse 10 (dez) dias corridos ou haja nova ocorrência no período de 12 (doze) meses, aplica-se a multa compensatória do subitem 18.4.5.1, alínea “f”, com conversão da moratória em compensatória, vedada a cumulação, por se tratar do mesmo fato gerador.

e) quando houver descumprimento de obrigação prevista neste Termo de Referência, no instrumento convocatório ou no contrato, não enquadrada especificamente nas alíneas anteriores, desde que exista prazo definido para seu cumprimento e o atraso gere impacto verificável na regularidade, continuidade, fiscalização, segurança ou qualidade da execução no período.

18.4.6.3. Quando o atraso no cumprimento da obrigação exceder o prazo fixado ou persistir por período que comprometa a continuidade, a regularidade ou a finalidade da execução contratual, caracterizando inexecução parcial relevante, a multa moratória poderá ser convertida em multa compensatória, vedada a cumulação pelo mesmo fato gerador.

18.4.7. Fica dispensada, a critério da autoridade competente da unidade demandante, a formalização de solicitação de instauração de processo administrativo de apuração de responsabilidade, quando a soma dos valores atribuídos à empresa for considerada irrisória (art. 20, parágrafo único, incisos I e II, da IN nº 003/2024-GP).

19. DA PADRONIZAÇÃO

Modelo (mês/ano): agosto/2025

Indicar a data de retirada no Portal das Contratações: 14/01/2025

20. DATA E LOCAL DE ELABORAÇÃO E ASSINATURA DA EQUIPE

Belém/PA, 26 de maio de 2026.



Documento assinado digitalmente

RAFAELA MARTINS PRAZERES

Data: 26/05/2026 08:48:47-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Rafaela Martins Prazeres

Matrícula 121185

Integrante Requisitante



Documento assinado digitalmente

MOISES CRISTINO DE OLIVEIRA

Data: 26/05/2026 08:52:16-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Moisés Cristino de Oliveira

Matrícula 67334

Integrante Técnico

RICARDO DA
SILVA

LACERDA:3954
9305287

Assinado de forma
digital por RICARDO DA
SILVA

LACERDA:39549305287

Dados: 2026.05.26

12:49:25 -03'00'

Ricardo da Silva Lacerda

Matrícula 162302

Integrante Administrativo



Documento assinado digitalmente

MUIRACATIARA MIRANDA CHAGAS

Data: 26/05/2026 09:17:56-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Muiracatiara Miranda Chagas

Matrícula 57592

Integrante Administrativo

Anexo 01 – Quadro resumo quantitativo de postos e respectivos quantitativos e valores

Item	Qt.	Especificação	Unitário	Mensal	Anual	GLOBAL(36 meses)
1	23	Prestação de serviço de condução de motocicleta, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	R\$ 8.681,52	R\$ 199.674,96	R\$ 2.396.099,52	R\$ 7.188.298,56
2	10	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) até 6 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	R\$ 7.820,94	R\$ 78.209,40	R\$ 938.512,80	R\$ 2.815.538,40
3	6	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 6 a 12 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	R\$ 8.770,94	R\$ 52.625,64	R\$ 631.507,68	R\$ 1.894.523,04
4	3	Prestação de serviço de condução de veículo com capacidade de peso bruto total (PBT) de 15 a 20 toneladas, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	R\$ 11.016,41	R\$ 33.049,23	R\$ 396.590,76	R\$ 1.189.772,28
5	1	Encarregado de Serviços – dedicação exclusiva, atuação presencial no TJPA, com jornada de trabalho de 44 horas semanais	R\$ 9.478,81	R\$ 9.478,81	R\$ 113.745,72	R\$ 341.237,16
VALOR REFERENTE A MÃO DE OBRA				R\$ 373.038,04	R\$ 4.476.456,48	R\$ 13.429.369,44
6	12	Valor estimado para pagamento de diárias		R\$ 31.000,00	R\$ 372.000,00	R\$ 1.116.000,00
7	12	Valor estimado para pagamento de horas extras		R\$ 45.000,00	R\$ 540.000,00	R\$ 1.620.000,00
8	12	Valor estimado para pagamento de adicional noturno		R\$ 1.512,00	R\$ 18.144,00	R\$ 54.432,00
		VALOR REFERENTE AOS CUSTOS FIXOS		R\$ 77.512,00	R\$ 930.144,00	R\$ 2.790.432,00
		VALORES GLOBAIS				R\$ 16.219.801,44

Anexo 02 – Planilhas de custos e formação de preços – Ilustrativas

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MOTOCICLISTA (44 H)				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF			
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - PA000396/2025		SEAC/PA X SINTROBEL 2025/2026	
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses	
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Apoio Administrativo			Posto de serviço	1
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Apoio Administrativo
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000396/2025			R\$ 2.119,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			MOTOCICLISTA (44 H)
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/jan/25
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.119,00	1	R\$ 2.119,00
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ 2.119,00	30,00%	R\$ 635,70
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 2.754,70
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 229,47
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 306,05
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 535,51
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		7,154%	R\$ 197,07
	Total Submódulo 2.1		26,594%	R\$ 732,58
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 550,94
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 68,87
C	SAT - GIL/RAT		3,000%	R\$ 82,64
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 41,32
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 27,55
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 16,53
G	INCRA		0,200%	R\$ 5,51
H	FGTS		8,000%	R\$ 220,38
	Total Submódulo 2.2		36,800%	R\$ 1.013,73
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)		R\$ 4,60	R\$ 75,26
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 26,70 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários) CCT cláusula 18ª		R\$ 26,70	R\$ 528,66
C	Assistência social e familiar (R\$ 6,00 - 21ª CCT) x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Seguro de vida, invalidez e funeral - (Incluso na Assistência Social e Familiar - CCT)		R\$ -	R\$ -
E	Contribuição Assist. Patronal - (Cláusula 45ª da CCT) R\$ 30,00 / 12 Meses - 50% desc.		R\$ 30,00	R\$ 1,25
F	Plano de Saúde Empresarial		R\$ 224,60	R\$ -
G	PQPM Sindical (Cláusula 32ª da CCT) R\$ 6,00 x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
H	PACP (Cláusula 20ª da CCT) R\$ 19,90 x (Quant. Funcionários)		R\$ 19,90	R\$ 19,90
I	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 637,07
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 732,58
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 1.013,73
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 637,07
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 2.383,38
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,420%	R\$ 11,57
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,034%	R\$ 0,93
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,168%	R\$ 4,63
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 10,71
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,143%	R\$ 3,94
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 88,15
TOTAL MÓDULO 3			4,354%	R\$ 119,93

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 48,69
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 14,61
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,028%	R\$ 1,46
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,042%	R\$ 2,19
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,185%	R\$ 9,74
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	0,278%	R\$ 14,61
	Total Submódulo 4.1	1,736%	R\$ 91,28
4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação		Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)		R\$ -
	Total Submódulo 4.2		R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 91,28
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 91,28

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários) + EPI'S	R\$ 452,45	R\$ 452,45
B	Materiais (Valor do Material x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
C	Manutenção/Depreciação/Equipamentos Registros de Ponto Eletrônico)	R\$ -	R\$ 0,35
D	Treinamento/Capacitação (Valor Estimado x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
E	Equipamentos (Manutenção/Depreciação/Equipamentos)	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 452,80

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (<i>Incluindo custo do Supervisor administrativo fardado</i>)	20,88%	R\$ 1.211,48
B	Lucro	13,07%	R\$ 916,99
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 56,43
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 260,45
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 434,08
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 2.879,42

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.754,70
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.383,38
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 119,93
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 91,28
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 452,80
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 5.802,10
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.879,42
	Valor Total por Empregado	R\$ 8.681,52

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	MOTOCICLISTA (44 H)	R\$ 8.681,52	1	R\$ 8.681,52	1	R\$ 8.681,52

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MOTORISTA ATÉ 6 Ton. (44H)				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF		Guajará e Guamá:Belém e RMB	
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - PA000396/2025		SEAC/PA X SINTROBEL 2025/2026	
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses	
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Apoio Administrativo			Posto de serviço	1
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Apoio Administrativo
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000396/2025			R\$ 2.119,00
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			MOTORISTA ATÉ 6 Ton. (44H)
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/jan/25
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.119,00	1	R\$ 2.119,00
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ 2.119,00	0,00%	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 2.119,00
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENS AIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 176,51
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 235,42
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 411,93
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		6,960%	R\$ 147,47
	Total Submódulo 2.1		26,400%	R\$ 559,41
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 423,80
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 52,98
C	SAT - GIL/RAT		2,000%	R\$ 42,38
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 31,79
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 21,19
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 12,71
G	INCRA		0,200%	R\$ 4,24
H	FGTS		8,000%	R\$ 169,52
	Total Submódulo 2.2		35,800%	R\$ 758,60
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)		R\$ 4,60	R\$ 75,26
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 25,50 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários) CCT cláusula 18ª		R\$ 26,70	R\$ 528,66
C	Assistência social e familiar (R\$ 6,00 - 21ª CCT) x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Seguro de vida, invalidez e funeral - (Incluso na Assistência Social e Familiar - CCT)		R\$ -	R\$ -
E	Contribuição Assist. Patronal - (Cláusula 45ª da CCT) R\$ 30,00 / 12 Meses - 50% desc.		R\$ 30,00	R\$ 1,25
F	Plano de Saúde Empresarial		R\$ 224,60	R\$ 224,60
G	PQPM Sindical (Cláusula 32ª da CCT) R\$ 6,00 x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
H	PACP (Cláusula 20ª da CCT) R\$ 19,90 x (Quant. Funcionários)		R\$ 19,90	R\$ 19,90
I	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 861,67
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 559,41
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 758,60
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 861,67
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 2.179,68
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,420%	R\$ 8,90
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,034%	R\$ 0,71
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,168%	R\$ 3,56
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 8,24
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,139%	R\$ 2,95
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 67,81
TOTAL MÓDULO 3			4,350%	R\$ 92,17

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 40,66
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 12,20
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,028%	R\$ 1,22
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,042%	R\$ 1,83
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,185%	R\$ 8,13
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	0,278%	R\$ 12,20
	Total Submódulo 4.1	1,736%	R\$ 76,23

4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação	Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)	R\$ -
	Total Submódulo 4.2	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 76,23
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 76,23

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários) + EPI'S	R\$ 479,80	R\$ 479,80
B	Materiais (Valor do Material x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
C	Manutenção/Depreciação/Equipamentos Registros de Ponto Eletrônico)	R\$ -	R\$ 0,35
D	Treinamento/Capacitação (Valor Estimado x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
E	Equipamentos (Manutenção/Depreciação/Equipamentos)	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 480,15

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (<i>Incluindo custo do Supervisor administrativo fardado</i>)	20,88%	R\$ 1.032,98
B	Lucro	19,47%	R\$ 1.164,21
	CÁLCULO POR DENTRO		
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 50,84
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 234,63
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 391,05
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 2.873,70

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.119,00
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.179,68
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 92,17
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 76,23
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 480,15
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 4.947,24
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 2.873,70
	Valor Total por Empregado	R\$ 7.820,94

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	MOTORISTA ATÉ 6 Ton. (44H)	R\$ 7.820,94	1	R\$ 7.820,94	1	R\$ 7.820,94

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MOTORISTA 6 a 12 Ton. (44H) A-3				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF		Guajará e Guamá:Belém e RMB	
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - PA000396/2025		SEAC/PA X SINTROBEL 2025/2026	
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses	
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Apoio Administrativo			Posto de serviço	1
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Apoio Administrativo
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000396/2025			R\$ 2.360,08
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			MOTORISTA 6 a 12 Ton. (44H) A-3
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/jan/25
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.360,08	1	R\$ 2.360,08
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ 2.360,08	0,00%	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 2.360,08
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 196,59
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 262,20
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 458,80
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		7,154%	R\$ 168,84
	Total Submódulo 2.1		26,594%	R\$ 627,64
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 472,02
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 59,00
C	SAT - GIL/RAT		3,000%	R\$ 70,80
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 35,40
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 23,60
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 14,16
G	INCRA		0,200%	R\$ 4,72
H	FGTS		8,000%	R\$ 188,81
	Total Submódulo 2.2		36,800%	R\$ 868,51
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)		R\$ 4,60	R\$ 60,80
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 26,70 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários) CCT cláusula 18ª		R\$ 26,70	R\$ 528,66
C	Assistência social e familiar (R\$ 6,00 - 21ª CCT) x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Seguro de vida, invalidez e funeral - (Incluso na Assistência Social e Familiar - CCT)		R\$ -	R\$ -
E	Contribuição Assist. Patronal - (Cláusula 45ª da CCT) R\$ 30,00 / 12 Meses - 50% desc.		R\$ 30,00	R\$ 1,25
F	Plano de Saúde Empresarial		R\$ 224,60	R\$ 224,60
G	PQPM Sindical (Cláusula 32ª da CCT) R\$ 6,00 x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
H	PACP (Cláusula 20ª da CCT) R\$ 19,90 x (Quant. Funcionários)		R\$ 19,90	R\$ 19,90
I	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 847,20
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 627,64
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 868,51
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 847,20
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 2.343,35
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,420%	R\$ 9,91
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,034%	R\$ 0,79
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,168%	R\$ 3,96
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 9,18
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,143%	R\$ 3,38
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 75,52
TOTAL MÓDULO 3			4,354%	R\$ 102,75

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 44,50
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 13,35
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,028%	R\$ 1,34
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,042%	R\$ 2,00
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,185%	R\$ 8,90
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	0,278%	R\$ 13,35
	Total Submódulo 4.1	1,736%	R\$ 83,44

4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação	Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)	R\$ -
	Total Submódulo 4.2	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 83,44
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 83,44

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários) + EPI'S	R\$ 479,80	R\$ 479,80
B	Materiais (Valor do Material x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
C	Manutenção/Depreciação/Equipamentos Registros de Ponto Eletrônico)	R\$ -	R\$ 0,35
D	Treinamento/Capacitação (Valor Estimado x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
E	Equipamentos (Manutenção/Depreciação/Equipamentos)	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 480,15

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (<i>Incluindo custo do Supervisor administrativo fardado</i>)	20,88%	R\$ 1.121,21
B	Lucro	23,44%	R\$ 1.521,27
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 57,01
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 263,13
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 438,55
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 3.401,16

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.360,08
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.343,35
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 102,75
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 83,44
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 480,15
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 5.369,78
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.401,16
	Valor Total por Empregado	R\$ 8.770,94

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	MOTORISTA 6 a 12 Ton. (44H) A-3	R\$ 8.770,94	1	R\$ 8.770,94	1	R\$ 8.770,94

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

MOTORISTA 15 a 20 Ton. (44H) A-4				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF		Guajará e Guamá:Belém e RMB	
C	Convenção Coletiva de Trabalho 2025/2026 - PA000396/2025		SEAC/PA X SINTROBEL 2025/2026	
D	Número de Meses da Execução Contratual		12 (Doze) Meses	
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Apoio Administrativo			Posto de serviço	1
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Apoio Administrativo
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA000396/2025			R\$ 3.609,86
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			MOTORISTA 15 a 20 Ton. (44H) A-4
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/jan/25
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 3.609,86	1	R\$ 3.609,86
1.B	Adicional de Periculosidade	R\$ 3.609,86	0,00%	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 3.609,86
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 300,70
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 401,06
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 701,76
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		7,154%	R\$ 258,25
	Total Submódulo 2.1		26,594%	R\$ 960,00
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 721,97
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 90,25
C	SAT - GIL/RAT		3,000%	R\$ 108,30
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 54,15
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 36,10
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 21,66
G	INCRA		0,200%	R\$ 7,22
H	FGTS		8,000%	R\$ 288,79
	Total Submódulo 2.2		36,800%	R\$ 1.328,43
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários)		R\$ 4,00	R\$ -
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 26,70 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários) CCT cláusula 18ª		R\$ 26,70	R\$ 528,66
C	Assistência social e familiar (R\$ 6,00 - 21ª CCT) x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
D	Seguro de vida, invalidez e funeral - (Incluso na Assistência Social e Familiar - CCT)		R\$ -	R\$ -
E	Contribuição Assist. Patronal - (Cláusula 45ª da CCT) R\$ 30,00 / 12 Meses - 50% desc.		R\$ 30,00	R\$ 1,25
F	Plano de Saúde Empresarial		R\$ 224,60	R\$ 224,60
G	PQPM Sindical (Cláusula 32ª da CCT) R\$ 6,00 x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 6,00
H	PACP (Cláusula 20ª da CCT) R\$ 19,90 x (Quant. Funcionários)		R\$ 19,90	R\$ 19,90
I	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 786,41
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 960,00
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 1.328,43
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 786,41
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 3.074,84
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,420%	R\$ 15,16
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,034%	R\$ 1,21
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,168%	R\$ 6,06
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 14,04
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,143%	R\$ 5,17
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 115,52
TOTAL MÓDULO 3			4,354%	R\$ 157,16

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 63,35
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	0,278%	R\$ 19,01
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,028%	R\$ 1,90
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,042%	R\$ 2,85
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,185%	R\$ 12,67
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	0,278%	R\$ 19,01
	Total Submódulo 4.1	1,736%	R\$ 118,78

4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação	Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)	R\$ -
	Total Submódulo 4.2	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 118,78
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 118,78

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários) + EPI'S	R\$ 79,80	R\$ 79,80
B	Materiais (Valor do Material x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
C	Manutenção/Depreciação/Equipamentos Registros de Ponto Eletrônico)	R\$ -	R\$ 0,35
D	Treinamento/Capacitação (Valor Estimado x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
E	Equipamentos (Manutenção/Depreciação/Equipamentos)	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 80,15

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos (<i>Incluindo custo do Supervisor administrativo fardado</i>)	20,88%	R\$ 1.470,12
B	Lucro	18,24%	R\$ 1.552,58
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 71,61
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 330,49
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 550,82
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 3.975,62

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 3.609,86
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 3.074,84
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 157,16
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 118,78
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 80,15
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 7.040,80
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.975,62
	Valor Total por Empregado	R\$ 11.016,41

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

	Tipo de Serviço (A)	Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	MOTORISTA 15 a 20 Ton. (44H) A-4	R\$ 11.016,41	1	R\$ 11.016,41	1	R\$ 11.016,41

PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS

Encarregado de Serviços (44 horas)				
DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS				
A	Data de apresentação (dia/mês/ano)			
B	Município/UF		Belém e RMB	
C	Convenção Coletiva de Trabalho PA000133/20252025/2026		SEAC/PA X SINELPA 2025/2026	
D	Número de Meses da Execução Contratual		30 (trinta) Meses - T.R 11.1.1.1	
Tipo de Serviço			Unidade de Medida	Quantidade total a Contratar (em função de unidade de medida)
Apoio Administrativo			Posto de serviço	1
MÓDULO DE MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL UNIDADE DE MEDIDA – TIPOS E QUANTIDADES				
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)			Apoio Administrativo
2	Salário Normativo da Categoria Profissional - CCT - PA00133/2025			R\$ 2.358,07
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)			Encarregado de Transporte Rodoviário
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)			01/jan/25
MÓDULO 1				
1	Composição da Remuneração	Dados	Quantidade	Valor (R\$)
1.A	Salário base	R\$ 2.358,07	1	R\$ 2.358,07
1.B	Adicional de Periculosidade		0,00%	R\$ -
1.C	Adicional de Insalubridade	R\$ -	0,00%	R\$ -
1.D	Outros (especificar)	R\$ -	0,00%	R\$ -
TOTAL MÓDULO 1				R\$ 2.358,07
MÓDULO 2 - ENCARGOS E BENEFÍCIOS ANUAIS, MENSAIS E DIÁRIOS				
2.1	Submódulo 2.1 - 13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias		%	Valor (R\$)
A	13º (décimo terceiro) Salário		8,330%	R\$ 196,43
B	Férias e Adicional de Férias		11,110%	R\$ 261,98
	Total Submódulo 2.1		19,440%	R\$ 458,41
C	Incidência do Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		7,154%	R\$ 168,69
	Total Submódulo 2.1		26,594%	R\$ 627,10
2.2	Submódulo 2.2 - GPS, FGTS e outras contribuições		%	Valor (R\$)
A	INSS		20,000%	R\$ 471,61
B	Salário Educação		2,500%	R\$ 58,95
C	SAT - GIL/RAT		3,000%	R\$ 70,74
D	SESC ou SESI		1,500%	R\$ 35,37
E	SENAI - SENAC		1,000%	R\$ 23,58
F	SEBRAE		0,600%	R\$ 14,15
G	INCRA		0,200%	R\$ 4,72
H	FGTS		8,000%	R\$ 188,65
	Total Submódulo 2.2		36,800%	R\$ 867,77
2.3	Submódulo 2.3 - Benefícios Mensais e Diários		Dados	Valor (R\$)
A	Transporte (22 x 2 x R\$ 4,60 - 6% do Salário Base) x (Quant. Funcionários) TR 5.3.4.2		R\$ 4,60	R\$ 60,92
B	Auxílio alimentação (22 x R\$ 26,70 - 10% do Total dos Vales) x (Quant. Funcionários) CCT cláusula 16ª		R\$ 26,70	R\$ 528,66
C	Assistência social e familiar (R\$ 6,00 - 18ª CCT) x (Quant. Funcionários)		R\$ 6,00	R\$ 0,50
D	Seguro de vida, invalidez e funeral - (Incluso na Assistência Social e Familiar - CCT)		R\$ -	R\$ -
E	Contribuição Assistencial Patronal - CCT Cláusula - 45ª		R\$ 30,00	R\$ 2,50
F	Contribuição Negocial Patronal - (Cláusula 47ª da CCT)		R\$ 513,40	R\$ 42,78
G	Plano de Saúde Empresarial		R\$ 224,60	R\$ 224,60
H	Outros (Especificar)		R\$ -	R\$ -
	Total Submódulo 2.3			R\$ 859,95
Quadro-Resumo do Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários				
2.1	13º (décimo terceiro) Salário, Férias e Adicional de Férias			R\$ 627,10
2.2	GPS, FGTS e outras contribuições			R\$ 867,77
2.3	Benefícios Mensais e Diários			R\$ 859,95
TOTAL MÓDULO 2				R\$ 2.354,82
MÓDULO 3 - PROVISÃO PARA RESCISÃO				
3	Provisão para Rescisão		%	Valor (R\$)
A	Aviso Prévio Indenizado		0,420%	R\$ 9,90
B	Incidência do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,034%	R\$ 0,79
C	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Indenizado		0,168%	R\$ 3,96
D	Aviso Prévio Trabalhado (7/30)/60*100%)		0,389%	R\$ 9,17
E	Incidência dos encargos do submódulo 2.2 sobre o Aviso Pévio Trabalhado		0,143%	R\$ 3,37
F	Multa do FGTS sobre o Aviso Prévio Trabalhado		3,200%	R\$ 75,46
TOTAL MÓDULO 3			4,354%	R\$ 102,66

MÓDULO 4 - CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE

4.1	Submódulo 4.1 - Ausências Legais	%	Valor (R\$)
A	Substituto na cobertura de Férias	0,926%	R\$ 44,59
B	Substituto na cobertura de Ausências Legais	1,389%	R\$ 66,88
C	Substituto na cobertura de Licença Paternidade	0,139%	R\$ 6,69
D	Substituto na cobertura de Ausência por Acidente de Trabalho	0,417%	R\$ 20,06
E	Substituto na cobertura de Afastamento Maternidade	0,074%	R\$ 3,57
F	Substituto na cobertura de Ausências por Doença	4,167%	R\$ 200,65
	Total Submódulo 4.1	7,111%	R\$ 342,44

4.2	Submódulo 4.2 - Intervalo para repouso/alimentação	Valor (R\$)
A	Intrajornada (<i>usufruído pelo empregado</i>)	R\$ -
	Total Submódulo 4.2	R\$ -

Quadro-Resumo do Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.1	Ausências Legais	R\$ 342,44
4.2	Intrajornada	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 4	R\$ 342,44

MÓDULO 5 - INSUMOS DIVERSOS

5	Insumos Diversos	Dados	Valor (R\$)
A	Uniformes (Valor do Uniforme x Quant. Funcionários) + EPI'S	R\$ 434,69	R\$ 434,69
B	Materiais (Valor do Material x Quant. Funcionários)	R\$ -	R\$ -
C	Manutenção/Depreciação/Equipamentos Registros de Ponto Eletrônico)	R\$ -	R\$ 1,06
D	Treinamento/Capacitação (Valor Estimado x Quant. Funcionários -despesa inclusa nos Custos Indiretos	R\$ -	R\$ -
E	Equipamentos (Manutenção/Depreciação/Equipamentos)	R\$ -	R\$ -
	TOTAL MÓDULO 5		R\$ 435,75

MÓDULO 6 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

6	Custos Indiretos, Tributos e Lucro	%	Valor (R\$)
A	Custos Indiretos	23,16%	R\$ 1.295,23
B	Lucro	25,69%	R\$ 1.769,92
		CÁLCULO POR DENTRO	
C	Tributos	8,650%	91,350%
c.1	Tributos Federais		
c.1.1	PIS	0,650%	R\$ 61,61
c.1.2	COFINS	3,000%	R\$ 284,36
c.2	Tributos Estaduais		
c.3	Tributos Municipais		
c.3.1	ISSQN	5,00%	R\$ 473,94
	TOTAL MÓDULO 6		R\$ 3.885,07

QUADRO-RESUMO DO CUSTO ESTIMADO POR EMPREGADO

	Mão de obra vinculada à execução contratual (valor por empregado)	Valor (R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	R\$ 2.358,07
B	Módulo 2 - Encargos e Benefícios Anuais, Mensais e Diários	R\$ 2.354,82
C	Módulo 3 - Provisão para Rescisão	R\$ 102,66
D	Módulo 4 - Custo de Reposição do Profissional Ausente	R\$ 342,44
E	Módulo 5 - Insumos Diversos	R\$ 435,75
	Subtotal (A + B + C + D + E)	R\$ 5.593,75
F	Módulo 6 - Custos Indiretos, Tributos e Lucro	R\$ 3.885,07
	Valor Total por Empregado	R\$ 9.478,81

QUADRO-RESUMO DO VALOR ESTIMADO MENSAL DOS SERVIÇOS

Tipo de Serviço (A)		Valor Proposto p/Empregado (B)	Qde. Empreg p/Posto (C)	Valor Proposto do Posto (D) = (B) x (C)	Qtde. de Postos (E)	Valor Total do Serviço (F) = (D) x (E)
I	Encarregado de Transporte Rodoviário	R\$ 9.478,81	1	R\$ 9.478,81	1	R\$ 9.478,81

Anexo 03 - Estimativa de percentuais a serem praticados para a retenção das verbas trabalhistas

CONTA VINCULADA	PERCENTUAL *
Férias e Abono de Férias	11,11%
13º Salário	8,33%
Multa do FGTS	3,20%
Impacto S/ Férias e 13º Sal.	6,95%
TOTAL	29,59%

** Percentual deve ser substituído pelos existentes na Planilha de custos da Licitante vencedora*

Anexo 04 - Esclarecimentos técnicos a serem considerados na construção da Planilha:

- 1) Junto com a proposta deverá ser juntado o *FAPWeb*, documento obtido junto ao site da Previdência social, objetivando cotejar O Fator Acidentário Previdenciário lançado na Planilha de custos e formação de preços. (item 2.2. "C " – SAT-GIL/RAT);
- 2) Junto com a proposta da licitante deverá ser juntado Proposta da Operadora do Plano de saúde
- 3) A proposta deverá ser apresentada em conformidade com o enquadramento tributário da licitante. As empresas tributadas pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, ainda que parcial, devem apresentar memória de cálculo dos percentuais que representem a média das alíquotas efetivamente recolhidas nos 12 (doze) meses anteriores à apresentação da proposta, apurada com base nos dados da Escrituração Fiscal Digital da Contribuição para o PIS/PASEP e para a COFINS (EFD-Contribuições), cujos respectivos registros deverão ser remetidos juntamente com a proposta e as planilhas.
- 4) Quanto ao Capital Circulante Líquido – CCL - o percentual de 16,66%, (*dezesesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento*) do valor estimado para contratação, deverá ser utilizado o valor estimado para 12 (doze) meses;
- 5) Em relação a comprovação de Patrimônio Líquido - PC de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação deverá ser utilizado o valor estimado para 12 (doze) meses;

- 6) Para elaboração das planilhas de custos e formação de preços – ilustrativas, buscou-se as Convenções coletivas indicadas no Termo e Referência e listadas na presente análise técnica. Porém, a licitante deverá indicar a Convenção Coletiva utilizada para confecção de sua Planilha, observada a área de abrangência da referida Convenção.
- 7) O Cálculo do Vale Transporte deverá ser considerado o praticado na Capital à razão de 22 dias, conforme item 5.1.4.2 do TR.

ANEXO II

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DAS FATURAS MENSAIS

Item	DESCRIÇÃO	CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO			
		SIM	NÃO	JUST	OBSERVAÇÕES
01	Ofício descrevendo o objeto da solicitação				
02	<p>Planilha referente ao mês de faturamento e à respectiva competência, contendo a relação completa de todos os empregados envolvidos na execução contratual no período, para fins de análise, conferência e validação prévias à autorização para emissão da Nota Fiscal/Fatura, devendo ser apresentada em duas listagens distintas, uma relativa aos empregados titulares e outra aos empregados substitutos, com as seguintes informações mínimas:</p> <p>a) Empregados titulares: nome, função/categoria profissional, data de admissão, lotação, salário-base, valor do posto correspondente, quantidade de dias efetivamente trabalhados no período, férias, licenças, faltas, desligamentos, demais ocorrências funcionais relevantes e informação quanto à opção pelo vale-transporte, quando cabível;</p> <p>b) Empregados substitutos: nome, função/categoria profissional correspondente à do empregado substituído e compatível com o posto coberto, indicação do empregado substituído, lotação, salário-base, valor do posto correspondente, data de início da substituição, data de término da substituição, quantidade de dias efetivamente trabalhados no período e demais ocorrências funcionais relevantes.</p>				
03	FGTS DIGITAL				
04	DTFCWEB completa				
05	Guia e comprovante de pagamento INSS				
06	Guia e comprovante de pagamento FGTS				
07	Relação dos funcionários				
08	Folha de pagamento				
09	Comprovante de pagamento dos salários (depósito em conta)				
10	Comprovante do IRRF – DARF (quando houver)				
11	Plano de Saúde- no 1º mês, comprovação da contratação com a listagem dos funcionários, nos meses subsequentes comprovar o pagamento, de acordo com o documental a ser analisado.				
12	Vale Transporte- comprovante do pagamento ao colaborador				
13	Relação dos funcionários contemplados com o vale transporte (no 1º mês de contratação, anexar o termo de vale transporte de cada funcionário)				

14	Comprovante de Pagamento do Vale Transporte - dos colaboradores lotados no interior				
15	Vale Alimentação – comprovação do pagamento ao colaborador				
16	Relação dos funcionários contemplados com o vale alimentação				
17	Aviso e Recibo de Férias- comprovante devidamente assinada e datado, quando houver				
18	Termo de Rescisão de contrato – quando houver devidamente assinado e respectivo pagamento.				
19	Guia de Recolhimento Rescisório do FGTS -GRRF e respectivo pagamento (quando houver)				
20	Documentação do 13º salário (quando aplicável)				
21	Certidão Trabalhista				
22	Certidão FGTS				
23	Certidão INSS				
24	Certidão Receita				
25	Certidão TJPA				
26	Certidão FGTS				
27	Certidão MTE – PCD				
28	Folha de Ponto				
29	Substitutos – todos os itens 3 a 9; 12, 15 e 28.				

Folha de ponto dos funcionários efetivos e substitutos. Documentos comprobatórios, como atestados médicos e declarações, deverão ser encaminhados por e-mail à fiscalização responsável.

Somente após a análise documental, ocorrerá a solicitação das emissões das notas fiscais para pagamento.

1. Ofício da empresa
2. Nota fiscal/Fatura
3. Recibo (Caso haja glosa no valor da fatura a empresa deverá mencionar no Recibo apondo o valor e especificando a causa da mesma)

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE DIÁRIAS

Item	DESCRIÇÃO	CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO PROTOCOLIZADA			
		SIM	NÃO	JUST	OBSERVAÇÕES
01	Ofício descrevendo o objeto da solicitação				
02	Planilha de faturamento com as seguintes informações; - nº da autorização de pagamento. - Data de envio da autorização de pagamento. - Saída (início da diligência) - Retorno (término da diligência) - Quantidade de diárias destinadas ao atendimento da demanda - Data do depósito/pagamento ao colaborador. - Valor depositado ao colaborador. - Nome do colaborador que atendeu a demanda. - Valor da diária conforme a planilha de custo apresentada pela contratada.				
03	Autorização de Pagamento de diária				
04	Comprovante do pagamento das diárias				
05	Certidão TRT				
06	Certidão Fazenda Federal				
07	Certidão Fazenda Estadual				
08	Certidão Fazenda Municipal				
09	Certidão TJPA				
10	Certidão FGTS				
11	Certidão MTE – PCD				

Somente após a análise documental, ocorrerá a solicitação das emissões das notas fiscais para pagamento.

1. Ofício da empresa
2. Nota fiscal/Fatura
3. Recibo

SOLICITAÇÃO DE PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS

Item	DESCRIÇÃO	CONFERÊNCIA DA DOCUMENTAÇÃO PROTOCOLIZADA			
		SIM	NÃO	JUST	OBSERVAÇÕES
01	Ofício descrevendo o objeto da solicitação				
02	Planilha contendo o montante de horas extras autorizado, identificando o dia e a categoria da hora excedente que cada colaborador que realizou.				
03	Memória de cálculo detalhada, contemplando os valores unitários, adicionais aplicáveis (percentuais), encargos sociais, tributos, despesas operacionais e demais componentes que impactem o valor final faturado.				
04	Contracheque / Comprovante do pagamento das horas extras de cada funcionário (quando já houver quitação).				
05	Certidão TRT				
06	Certidão Fazenda Federal				
07	Certidão Fazenda Estadual				
08	Certidão Fazenda Municipal				
09	Certidão TJPA				
10	Certidão FGTS				
11	Certidão MTE – PCD				

Somente após a análise documental, ocorrerá a solicitação das emissões das notas fiscais para pagamento.

1. Ofício da empresa
2. Nota fiscal/Fatura
3. Recibo

ANEXO III

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Declaro que a empresa _____, inscrita no CNPJ (MF) no _____, inscrição estadual no _____, estabelecida em _____, possui os seguintes contratos firmados com a iniciativa privada e a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa	Vigência do Contrato	Valor total do Contrato*
-----------------------	----------------------	--------------------------

_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____
_____	_____	_____

Valor total dos Contratos	R\$ _____
---------------------------	-----------

Local e data

Assinatura e carimbo do emissor

Observação:

Nota 1: Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

Nota 2: * Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

FÓRMULA EXEMPLIFICATIVA

a) A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}} \times 12 > 1$$

Nota 3: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 4: considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado*.

b) Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo:

$$\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 = > 10\% \text{ licitante deverá apresentar justificativas}$$



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

MINUTA CONTRATUAL

CONTRATO Nº. XXX CELEBRADO
ENTRE TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO
ESTADO DO PARÁ E A
EMPRESA.....
ESPECIALIZADA EM SERVIÇOS DE
NATUREZA CONTINUADA DE
CONDUÇÃO DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES E MOTOCICLETAS,
COM O FORNECIMENTO DE
UNIFORMES E O EMPREGO DOS
EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS À
ADEQUADA EXECUÇÃO DOS
SERVIÇOS, SOB REGIME DE
DEDICAÇÃO EXCLUSIVA DE MÃO DE
OBRA, PELO PERÍODO DE 36 MESES.

O **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ**, órgão do Poder Judiciário, com sede na Avenida Almirante Barroso, nº 3089, bairro do Souza, na cidade de Belém, Estado do Pará, CEP 66.613-710, inscrito no CNPJ nº 04.567.897/0001-90, neste ato representado, por força da delegação de competência conferida pela Portaria nº 1.218/2026-GP, de 22 de abril de 2026, pelo Secretário de Administração, Senhor Maurício Crispino Gomes, brasileiro, domiciliado em Belém, capital do Estado do Pará, matrícula funcional nº 70149, designado por meio da Portaria nº 717/2025-GP, de 3 de fevereiro de 2025, publicada no Diário da Justiça em 4 de fevereiro de 2025, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **[CONTRATADO]**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **[CNPJ]**, sediado(a) na **[endereço]**, na cidade de **[cidade]/[UF]**, **email**, doravante denominada **CONTRATADO**, neste ato representada por **[nome e função no CONTRATADO]** conforme **[atos constitutivos da empresa] OU [procuração apresentada nos autos]**, resolvem celebrar o presente CONTRATO, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

PARÁGRAFO ÚNICO - O presente contrato é decorrente do Pregão Eletrônico n.º xx/202x, fundamentada na Lei 14.133/2021, tendo em vista o que consta no Processo SEI nº **00xxxxx-xx.xxxx.x.xx.xxxx.**

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O objeto do presente instrumento é a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços continuados de condução de veículos automotores e motocicletas, com o fornecimento de uniformes e o emprego dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

equipamentos necessários à adequada execução dos serviços, sob regime de dedicação exclusiva de mão de obra, destinada ao atendimento das necessidades operacionais do Tribunal de Justiça do Estado do Pará – TJPA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.1. O Termo de Referência;

2.2. O Edital da Licitação n.xx/202x;

2.3. A Proposta do CONTRATADO;

2.4 Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de vigência da contratação será de 36 (trinta e seis) meses, contados a partir da data de início da efetiva execução dos serviços, devidamente atestada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, mediante registro formal nos autos, ainda que distinta da data de assinatura do contrato, nos termos do art. 105 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O contrato poderá ser prorrogado, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração e mantidas as condições contratuais, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A execução dos serviços terá início a partir da data de início da efetiva prestação, formalmente atestada pela Equipe de Gestão e Fiscalização do Contrato, mediante registro expresso nos autos, ocasião em que será considerado implementado o objeto contratual para todos os efeitos legais e contratuais.

PARÁGRAFO QUARTO - A CONTRATADA deverá promover a implantação operacional completa dos serviços, incluindo a disponibilização integral da mão de obra, dos uniformes, dos equipamentos, dos sistemas de controle e dos demais meios necessários à execução do objeto, em conformidade com os prazos estabelecidos no subitem 11.2. do Termo de Referência, especialmente aqueles constantes da tabela de prazos de implantação e atendimento constantes no referido instrumento.

PARÁGRAFO QUINTO - O início da execução dos serviços **não** se confunde com a data de assinatura do contrato, ficando condicionado à comprovação objetiva de que os serviços se encontram aptos à execução regular, observado, em qualquer hipótese, o prazo máximo de até 30 (trinta) dias corridos, contados da data de assinatura do contrato, para o início da execução dos serviços, conforme disposto no subitem 5.1.2 do Termo de Referência, que integra este Contrato independentemente de transcrição.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA QUARTA – DOS MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS

O regime de execução contratual será o de empreitada por preço unitário, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação.

CLÁUSULA SEXTA – DO PREÇO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O valor global estimado da contratação, para o período de 36 (trinta e seis) meses, é de **R\$ XXXXXXXXXXXX**, correspondente à soma dos custos fixos dos postos de trabalho e dos custos eventuais estimados, conforme proposta adjudicada e Planilha de Custos e Formação de Preços.

PARÁGRAFO SEGUNDO - No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os valores relativos a diárias, horas extraordinárias e adicional noturno possuem natureza estimativa e somente serão devidos quando houver efetiva demanda, prévia autorização da CONTRATANTE, comprovação da execução e validação pela fiscalização contratual, observadas as condições estabelecidas no Termo de Referência, não constituindo obrigação de pagamento automático ou valor mínimo assegurado à CONTRATADA.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO PAGAMENTO

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O pagamento será realizado através de crédito em conta corrente no Banco xxxxxxxxxxxxxx; Agência: xxxxx Conta corrente: xxxxxxxxxxxx, mediante a apresentação de fatura emitida pelo contratado em correspondência ao objeto executado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O prazo para pagamento ao CONTRATADO e demais condições a ele referentes, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – O pagamento será realizado mensalmente, após a conferência da documentação exigida, validação da execução contratual, apuração de eventuais glosas, aplicação do Instrumento de Medição de Resultado – IMR, quando cabível, e emissão da Nota Fiscal/Fatura no valor previamente autorizado pela CONTRATANTE.

PARÁGRAFO QUARTO – A Nota Fiscal/Fatura somente deverá ser emitida após comunicação formal da CONTRATANTE quanto ao valor validado para pagamento,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

devendo conter, no mínimo, os dados do contrato, o período de prestação dos serviços, o valor descontado após eventual apuração do IMR, o valor líquido a pagar e demais informações previstas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUINTO – O pagamento mensal ficará condicionado à comprovação do adimplemento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e relativas ao FGTS dos empregados alocados na execução contratual, sem prejuízo da retenção de encargos trabalhistas em conta-depósito vinculada, das retenções tributárias aplicáveis e das demais verificações de regularidade previstas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEXTO – Havendo erro na Nota Fiscal/Fatura, pendência documental, divergência entre os valores cobrados e os serviços efetivamente executados, ou qualquer circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até a regularização, sem ônus para a CONTRATANTE.

CLÁUSULA OITAVA – DO REAJUSTE E DA REPACTUAÇÃO DOS PREÇOS CONTRATADOS

Os preços contratados poderão ser reajustados ou repactuados, conforme a natureza do custo envolvido, para preservação da manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, observado o interregno mínimo de 1 (um) ano, a demonstração analítica da variação dos custos, os critérios previstos no Termo de Referência e o disposto na Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. O reajuste será aplicável aos custos decorrentes do mercado, incluindo insumos, uniformes, EPIs, equipamentos e demais itens não diretamente vinculados aos custos de mão de obra, utilizando-se como base o INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo, conforme previsto no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEGUNDO. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: da data do acordo, convenção paradigma ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada à data-base destes instrumentos;
- b) Para os custos decorrentes do mercado: a partir da apresentação da proposta.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir da data da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto da nova solicitação.

PARÁGRAFO QUARTO. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, observado o princípio da anualidade do reajuste de preços da



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, como os decorrentes de mão de obra e os decorrentes dos insumos necessários à execução dos serviços.

PARÁGRAFO QUINTO. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, a repactuação dos custos contratuais decorrentes da mão de obra poderá ser dividida em tantos quantos forem os acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho das respectivas categorias.

PARÁGRAFO SEXTO. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de lei, acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Na repactuação, o Contratante não se vinculará às disposições contidas em acordos, convenções ou dissídios coletivos de trabalho que tratem de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, de matéria não trabalhista, de pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados do Contratado, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

PARÁGRAFO OITAVO. Quando a repactuação solicitada se referir aos custos da mão de obra, o Contratado efetuará a comprovação da variação dos custos por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, convenção ou sentença normativa da categoria profissional abrangida pelo contrato.

8.1 A repactuação para reajustamento do contrato em razão de novo Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho deve repassar integralmente o aumento de custos da mão de obra decorrente desses instrumentos.

8.2 Deverão prevalecer os direitos mais benéficos ao trabalhador durante a execução contratual, caso o Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada seja diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo utilizado pela Administração como paradigma para definição dos custos unitários mínimos relevantes, para fins de repactuação.

PARÁGRAFO NONO. A correção dos valores mínimos de remuneração, incluindo salário base e adicionais, e dos benefícios estabelecidos, será realizada com base nas cláusulas de reajuste percentual do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, quando este for diferente do Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo paradigma utilizado pela Administração.

9.1 A repactuação será realizada com base na apuração da diferença percentual entre os valores previstos no Acordo, Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo anterior e o que entrou em vigor quando inexistir cláusula de previsão de reajuste percentual no Acordo,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

Convenção Coletiva ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada, ressalvado o subitem seguinte.

9.2 Deverão prevalecer os valores que forem mais benéficos ao trabalhador caso o Acordo, Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídio Coletivo ao qual a empresa contratada está vinculada venha a estabelecer valores de remuneração, incluindo salário base e adicionais, de auxílio-alimentação e de benefícios superiores aos valores estabelecidos na contratação ou superiores à aplicação dos percentuais previstos nos subitens anteriores.

9.3 A repactuação dos demais custos relativos à mão de obra, que não estejam discriminados como custos mínimos relevantes pela Administração, terá como base o acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ao qual a proposta estiver vinculada (ou seja, àquele instrumento apresentado pela empresa no momento da licitação).

PARÁGRAFO DÉCIMO. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. Nas aferições finais, o índice utilizado para a reajuste dos custos decorrentes do mercado será, obrigatoriamente, o definitivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Caso o índice estabelecido venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos custos decorrentes do mercado, por meio de termo aditivo.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. Independentemente do requerimento de reajuste dos custos decorrentes do mercado, o Contratante verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. Os efeitos financeiros da repactuação decorrente da variação dos custos contratuais de mão de obra vinculados aos acordos, às convenções ou aos dissídios coletivos de trabalho retroagirão, quando for o caso, à data do início dos efeitos financeiros do novo acordo, convenção ou sentença normativa que fundamenta a repactuação.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações poderão se iniciar em data futura, desde que assim acordado entre as partes, sem prejuízo da contagem da anualidade para concessão das repactuações futuras.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO. O pedido de repactuação deverá ser formulado durante a vigência do contrato e antes de eventual prorrogação ou encerramento contratual, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, convenção ou dissídio coletivo da categoria, ou ainda não tenha sido possível ao Contratante ou ao Contratado proceder aos cálculos devidos, fica resguardado o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO. A extinção do contrato não configurará óbice para o deferimento da repactuação solicitada tempestivamente, hipótese em que será concedida por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO. O Contratante decidirá sobre o pedido de repactuação de preços em até no prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data do fornecimento da documentação comprobatória da variação dos custos a serem repactuados pelo Contratado, nos termos do art. 55, § 1º da Instrução Normativa n. 01/2023-GP do Tribunal de Justiça do Pará.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO TERCEIRO. A repactuação/reajuste de preços poderá ser formalizada por apostilamento.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUARTO. As repactuações não interferem no direito das partes de solicitar, a qualquer momento, a manutenção do equilíbrio econômico dos contratos com base no disposto no art. 124, inciso II, alínea “d”, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO QUINTO. O Contratado deverá complementar a garantia contratual anteriormente prestada, de modo que se mantenha a proporção inicial em relação ao valor contratado.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEXTO. A majoração da tarifa de transporte público gera a possibilidade de revisão do item relativo aos valores pagos a título de vale-transporte, constante da Planilha de Custos e Formação de Preços do presente Contrato, desde que comprovada pelo Contratado a sua efetiva repercussão sobre os preços contratados.

26.1. A revisão dos custos relativos ao vale-transporte poderá ser formalizada por apostilamento.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA NONA – DA RETENÇÃO DOS ENCARGOS TRABALHISTAS

Deverá ser observada a determinação disposta no artigo 10º da Resolução Nº 651/2025 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ (disponível em <https://atos.cnj.jus.br/atos/detalhar/6344>).

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As rubricas de encargos trabalhistas, relativas a férias, 1/3 constitucional, 13º salário e multa do FGTS por dispensa sem justa causa, bem como a incidência dos encargos previdenciários e FGTS (INSS, SESI, SESC, SENAI, SENAC, INCRA, SALÁRIO EDUCAÇÃO, FGTS, RAT+FAT, SEBRAE etc.) sobre férias, 1/3 constitucional e 13º salário, devem ser deduzidas do pagamento do valor mensal devido à contratada e depositadas exclusivamente em banco público oficial.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os depósitos de que trata o subitem anterior devem ser efetivados em conta-depósito vinculada e bloqueada para movimentação, aberta no nome da contratada e por contrato, unicamente para essa finalidade e com movimentação somente por autorização do Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Para fins de execução do presente Termo, as tarifas bancárias eventualmente incidentes sobre a abertura, manutenção e movimentação das contas-depósito vinculadas serão regidas pela política vigente do Banco do Estado do Pará, informando-se, neste ato, que atualmente é adotada a prática de isenção tarifária (“tarifa zero”) para tais serviços.

PARÁGRAFO QUARTO - Os depósitos serão efetuados sem prejuízo da retenção, na fonte, da tributação sujeita a alíquotas específicas previstas na legislação própria.

PARÁGRAFO QUINTO – O Tribunal de Justiça do Estado do Pará realizará a retenção sobre o montante mensal do pagamento devido à empresa dos valores correspondentes ao somatório das seguintes rubricas:

- a) 13º salário;
- b) Férias + Abono Férias
- c) Multa do FGTS;
- d) Impacto sobre férias e 13º salário.

ITEM	%
13º Salário	X,XX
Férias + Abono Férias	XX,XX
Multa do FGTS	X,XX
Impactos s/férias e 13º	X,XX
TOTAL PERCENTUAL DAS RETENÇÕES	XX,XX



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

****Os percentuais deverão ser extraídos da planilha da licitante vencedora.**

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

As obrigações do CONTRATANTE são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo ao Contrato, bem como as disposições abaixo:

11.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo CONTRATADO, de acordo com o contrato e seus anexos;

11.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

11.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

11.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo CONTRATADO;

11.5 Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal relativa à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

11.6 Efetuar o pagamento ao CONTRATADO do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;

11.7 Aplicar ao CONTRATADO as sanções previstas na lei e neste Contrato;

11.7 Não praticar atos de ingerência na administração do CONTRATADO, tais como:

11.7.1 indicar pessoas expressamente nominadas para executar direta ou indiretamente o objeto contratado;

11.7.2 Fixar salário inferior ao definido em lei ou em ato normativo a ser pago pelo CONTRATADO;

11.7.3 Estabelecer vínculo de subordinação com funcionário do CONTRATADO;

11.7.4 Definir forma de pagamento mediante exclusivo reembolso dos salários pagos;

11.7.5 Demandar a funcionário do CONTRATADO a execução de tarefas fora do escopo do objeto da contratação; e

11.7.6 Prever exigências que constituam intervenção indevida da Administração na gestão interna do CONTRATADO.

11.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

11.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período, por interesse do contratante.

11.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 dias, contados da data do fornecimento da documentação comprobatória, nos termos do art. 56, § 1º da Instrução Normativa n. 01/2023-GP do Tribunal de Justiça do Pará e do art. 92, inciso XI, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.10 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

11.11 Comunicar o CONTRATADO na hipótese de posterior alteração do projeto pelo CONTRATANTE, no caso do art. 93, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

11.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo CONTRATADO com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do CONTRATADO, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

11.13 Exigir da CONTRATADA, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, posteriormente, de forma semestral, a comprovação do cumprimento da política afirmativa de inclusão social, nos termos da **Resolução CNJ nº 497/2023**, devendo ser preenchido um percentual de, no mínimo, **5% (cinco por cento)** do total dos postos de trabalho por **mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social**, a fim de fomentar a redução das desigualdades e a inclusão dessas mulheres no mercado de trabalho. Tal exigência encontra-se também fundamentada na **Portaria nº 513/2025 – GP, de 31 de janeiro de 2025**, que dispõe, no âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, sobre a **reserva de vagas destinadas às mulheres em situação de vulnerabilidade econômico-social nas contratações sob sua competência**, e regulamenta as ações de **equidade entre homens e mulheres como critério de desempate em processos licitatórios**.

11.13.1 Considera-se mulher em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, para fins do disposto no item anterior:

- a) Mulheres vítimas de violência física, moral, patrimonial, psicológica ou sexual, em razão do gênero, no contexto doméstico e familiar;
- b) Mulheres trans e travestis;
- c) Mulheres migrantes e refugiadas;
- d) Mulheres em situação de rua;
- e) Mulheres egressas do sistema prisional;
- f) Mulheres indígenas, campesinas e quilombolas.

11.13.2 Garantir que, dentre as vagas reservadas:

- a) Pelo menos **50% (cinquenta por cento)** sejam destinadas a mulheres vítimas de violência no contexto doméstico e familiar;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

b) As demais sejam preenchidas por mulheres pertencentes aos grupos indicados nas alíneas “b” a “f” do item 11.13.1, conforme definição da CONTRATANTE, observadas as peculiaridades regionais;

c) As vagas sejam destinadas **prioritariamente a mulheres pretas e pardas**.

11.13.3. Exigir da CONTRATADA a **manutenção do percentual mínimo estabelecido no item 11.13 durante toda a execução contratual**, conforme os normativos aplicáveis.

11.13.4 Reconhecer que a **indisponibilidade de mão de obra qualificada** não caracteriza descumprimento do disposto no item 11.13, desde que **comprovada pela CONTRATADA**.

11.13.5 Na hipótese do não preenchimento da cota prevista para as mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, conforme disposto no subitem 11.13, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

11.13.6 Fiscalizar o cumprimento integral das políticas afirmativas de inclusão, garantindo que, **na ausência de mulheres em situação de especial vulnerabilidade**, as vagas remanescentes sejam revertidas para outras trabalhadoras mulheres, conforme estabelecido na norma supracitada.

11.14. As obrigações relativas à política afirmativa de inclusão de mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023 e da Portaria nº 513/2025-GP/TJPA, aplicam-se à presente contratação de serviços continuados com dedicação exclusiva de mão de obra, devendo a CONTRATANTE fiscalizar o cumprimento da reserva mínima prevista no Termo de Referência, bem como a comprovação dos esforços realizados pela CONTRATADA quando não houver disponibilidade de mão de obra apta ao preenchimento integral das vagas reservadas.

11.15. Fiscalizar o cumprimento da **paridade de gênero** ao longo de toda a execução do contrato, assegurando a manutenção do percentual mínimo de 50% de mulheres nas funções contratadas, conforme previsto no artigo 2º da Resolução nº 540/2023 do CNJ.

11.15.1 Na hipótese de não preenchimento do percentual mínimo, a CONTRATANTE será responsável por avaliar e validar a justificativa encaminhada pela CONTRATADA.

11.16. Exigir da CONTRATADA, durante todo o período de execução do contrato, o cumprimento da **política de empregabilidade de reabilitados e pessoas com deficiência**, conforme art. 93 da Lei 8.213/1991 e art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

11.16.1 Considera-se a porcentagem sobre o número de empregados que a contratada possui e não sobre o total de postos de serviços previstos neste Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

As obrigações do(a) CONTRATADO (A) são aquelas previstas neste contrato e no Termo de Referência assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda as obrigações a seguir:



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

12.1 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

12.2 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

12.3 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

12.4 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

12.5 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos:

12.5.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

12.5.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

12.5.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

12.5.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

12.5.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

12.6 Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

12.7 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

12.8 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

12.9 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

12.10 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.11 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

12.12 Alocar os empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados;

12.13 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos;

12.14 Fornecer todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação de regência;

12.15 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos fiscais do TJPA, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;

12.16 Submeter previamente, por escrito, ao CONTRATANTE, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere;

12.17 Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho;

12.18 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

12.19 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

12.20 Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

12.21 Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

12.22 Assegurar aos trabalhadores alocados à prestação do serviço a previsibilidade da época de gozo de suas férias, com vistas a conciliar o direito ao descanso e à garantia do convívio familiar com as necessidades do serviço;

12.23 Manter preposto aceito pela Administração no local da obra ou do serviço para representá-lo na execução do contrato;

12.24 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

12.25 Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do CONTRATANTE ou de agente público que tenha desempenhado função na licitação ou que atue na fiscalização ou gestão do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;

12.26 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo CONTRATANTE ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

12.27 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;

12.28 Assegurar aos seus trabalhadores ambiente de trabalho e instalações em condições adequadas ao cumprimento das normas de saúde, segurança e bem-estar no trabalho;

12.29 Fornecer equipamentos de proteção individual (EPI) e equipamentos de proteção coletiva (EPC), quando for o caso;

12.30 Garantir o acesso do CONTRATANTE, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do contrato;

12.31 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram o Termo de Referência, no prazo determinado;

12.32 Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

12.33 Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas pelo contrato, devendo o CONTRATADO relatar ao CONTRATANTE toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

12.34 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança no órgão contratante, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203, de 2010;



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

12.35 Disponibilizar ao CONTRATANTE os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá, além de provê-los com os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso;

12.36 Fornecer os uniformes a serem utilizados por seus empregados, conforme disposto no Termo de Referência, sem repassar quaisquer custos a estes;

12.37 Apresentar relação mensal dos empregados que expressamente optarem por não receber o vale-transporte;

12.38 Efetuar o pagamento dos salários dos empregados alocados na execução contratual mediante depósito na conta bancária de titularidade do trabalhador, em agência situada na localidade ou região metropolitana em que ocorre a prestação dos serviços, de modo a possibilitar a conferência do pagamento por parte do CONTRATANTE. Em caso de impossibilidade de cumprimento desta disposição, o CONTRATADO deverá apresentar justificativa, a fim de que a Administração analise sua plausibilidade e possa verificar a realização do pagamento.

12.39 Autorizar o CONTRATANTE, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis;

12.40 Não permitir que o empregado designado para trabalhar em um turno preste seus serviços no turno imediatamente subsequente;

12.41 Atender às solicitações do CONTRATANTE quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito no Termo de Referência;

12.42 Instruir seus empregados, no início da execução contratual, quanto à obtenção das informações de seus interesses junto aos órgãos públicos, relativas ao contrato de trabalho e obrigações a ele inerentes, adotando, entre outras, as seguintes medidas:

12.43 Viabilizar o acesso de seus empregados, via internet, por meio de senha própria, aos sistemas da Previdência Social e da Receita do Brasil, com o objetivo de verificar se as suas contribuições previdenciárias foram recolhidas, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados do início da prestação dos serviços ou da admissão do empregado;

12.44 Oferecer todos os meios necessários aos seus empregados para a obtenção de extratos de recolhimentos de seus direitos sociais, preferencialmente por meio eletrônico, quando disponível.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

12.45 Não se beneficiar da condição de optante pelo Simples Nacional, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006;

12.45.1 Comunicar formalmente à Receita Federal a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, para fins de exclusão obrigatória do Simples Nacional, a contar do mês seguinte ao da contratação, conforme previsão do art.17, XII, art. 30, §1º, II, e do art. 31, II, todos da Lei Complementar nº 123/2006, salvo quando se tratar das exceções previstas no § 5º-C do art. 18 do mesmo diploma legal;

12.45.2 Para efeito de comprovação da comunicação, o CONTRATADO deverá apresentar cópia do ofício enviado à Receita Federal do Brasil, com comprovante de entrega e recebimento, comunicando a assinatura do contrato de prestação de serviços mediante cessão de mão de obra, até o último dia útil do mês subsequente ao da ocorrência da situação de vedação.

12.46 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

12.47 A empresa deve observar a **Política de Prevenção e Enfrentamento do Assédio Moral, do Assédio Sexual e da Discriminação**, conforme resolução 518/2023 do CNJ, para garantir o seu cumprimento, devendo constar como módulo no treinamento dos funcionários da contratada,

12.48 Deverá, igualmente, comprovar, no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do contrato e, em seguida, de forma semestral, o cumprimento da política afirmativa de inclusão social, nos termos da Resolução CNJ nº 497/2023 e da Portaria nº 513/2025 – GP/TJPA, assegurando que 5% (cinco por cento) do total dos postos de trabalho contratados sejam preenchidos por **mulheres em condição de especial vulnerabilidade econômico-social**.

12.48.1 Para cumprimento do subitem acima, os licitantes podem se valer do acordo de cooperação técnica n.º 029/2023 celebrado pelo TJPA com a Fundação PARAPAZ e outros, onde consta que a fundação deverá elaborar banco de dados de mulheres vítimas de violência doméstica e disponibilizar às empresas quando demandada.

12.48.2 Na hipótese do não preenchimento da cota prevista no subitem 12.48, a CONTRATADA deverá comprovar que envidou, de forma inequívoca, todos os esforços para que as vagas reservadas fossem efetivamente preenchidas.

12.48.3 Na ausência de candidatas em condição de especial vulnerabilidade, as vagas remanescentes deverão ser **preenchidas por outras mulheres**,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

respeitando a proporcionalidade de gênero e os critérios de equidade estabelecidos pela CONTRATANTE.

12.49 A CONTRATADA compromete-se a **manter a paridade de gênero**, com ocupação mínima de **50% de mulheres em cada função contratada**, nos termos do art. 2º da **Resolução CNJ nº 540/2023**.

12.49.1 Para o cumprimento do disposto no item anterior, considera-se mulher toda pessoa que se identifique como **mulher cisgênero, mulher transgênero ou de identidade fluida**.

12.49.2 Na hipótese de não ser possível atingir o percentual de 50%, a CONTRATADA deverá apresentar **justificativa formal**, que será avaliada pela CONTRATANTE.

12.50 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a política de empregabilidade de pessoas reabilitadas e com deficiência, em conformidade com o disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991 e no art. 10 da Resolução nº 401/2021 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ.

12.50.1 A porcentagem obrigatória de contratação deverá incidir sobre o número total de empregados da CONTRATADA, e não apenas sobre os postos de trabalho previstos neste Termo de Referência.

12.50.2 Para facilitar o cumprimento da cota legal, a CONTRATADA poderá consultar o banco de dados da Associação Paraense das Pessoas com Deficiência, localizada na Passagem Alberto Engelhard, 213 – São Brás, Belém/PA, CEP 66040-520, que poderá auxiliar no acesso a candidatos reabilitados e/ou com deficiência aptos ao mercado de trabalho.

12.51 Manter, durante toda a vigência do contrato, capital social integralizado compatível com o número de empregados, na forma do art. 4º-B da Lei nº 6.019/1974, apresentando, quando solicitada, a respectiva documentação comprobatória, no prazo fixado pela fiscalização contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA FISCALIZAÇÃO

Cabe ao CONTRATANTE exercer ampla, irrestrita e permanente fiscalização de todas as fases de execução das obrigações e do desempenho do CONTRATADO, sem prejuízo do dever desta de fiscalizar seus empregados, prepostos ou subordinados, por meio dos servidores elencados na equipe de gestão e fiscalização do Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O CONTRATADO declara aceitar, integralmente, todos os métodos e processos de inspeção, verificação e controle a serem adotados pelo CONTRATANTE.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO SEGUNDO – A existência e a atuação da fiscalização do CONTRATANTE em nada restringe a responsabilidade integral e exclusiva do CONTRATADO quanto à integridade e à correção da execução das prestações a que se obrigou, suas consequências e implicações perante terceiros, próximas ou remotas.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.

PARÁGRAFO SEGUNDO. É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO. A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo CONTRATADO.

PARÁGRAFO QUARTO. Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do CONTRATADO eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.

PARÁGRAFO QUINTO. É dever do CONTRATADO orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.

PARÁGRAFO SEXTO. O CONTRATADO deverá exigir de seus empregados, prepostos, representantes e eventuais terceiros autorizados a atuar no tratamento de dados pessoais, quando estritamente necessário à execução contratual, o cumprimento dos deveres previstos nesta cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância, sem que tal previsão autorize ou caracterize subcontratação do objeto.

PARÁGRAFO SÉTIMO. O CONTRATANTE poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o CONTRATADO atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.

PARÁGRAFO OITAVO. O CONTRATADO deverá prestar, no prazo fixado pelo CONTRATANTE, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

PARÁGRAFO NONO. Bancos de dados formados a partir de contratos administrativos, notadamente aqueles que se proponham a armazenar dados pessoais, devem ser mantidos em ambiente virtual controlado, com registro individual rastreável de tratamentos realizados (LGPD, art. 37), com cada acesso, data, horário e registro da finalidade, para efeito de responsabilização, em caso de eventuais omissões, desvios ou abusos.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO DÉCIMO. Os referidos bancos de dados devem ser desenvolvidos em formato interoperável, a fim de garantir a reutilização desses dados pela Administração nas hipóteses previstas na LGPD.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. O contrato está sujeito a ser alterado nos procedimentos pertinentes ao tratamento de dados pessoais, quando indicado pela autoridade competente, em especial a ANPD (Autoridade Nacional de Proteção de Dados) por meio de opiniões técnicas ou recomendações, editadas na forma da LGPD.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

Será exigida garantia de execução contratual, nos termos dos arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133/2021, no percentual de 5% (cinco por cento), calculado sobre o valor anual do contrato, considerando tratar-se de serviço contínuo com vigência superior a 1 (um) ano, com validade durante a execução contratual e por 90 (noventa) dias após o encerramento da vigência, observadas as demais condições previstas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO PRIMEIRO. Em caso de opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária deverá apresentá-la, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

1.1 A apólice de seguro-garantia permanecerá em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.

1.2 Caso o adjudicatário não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, ocorrerá a preclusão do direito de escolha dessa modalidade de garantia.

1.3 A apólice de seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora.

1.4 Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e nenhum período fique descoberto, ressalvados os períodos de suspensão contratual.

1.5 Caso o adjudicatário não opte pelo seguro-garantia ou não apresente a apólice de seguro de garantia antes da assinatura do contrato, deverá apresentar, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contado da assinatura do contrato, comprovante de prestação de garantia nas modalidades de caução em dinheiro ou títulos da dívida pública, fiança bancária ou títulos de capitalização.

PARÁGRAFO SEGUNDO. Caso seja a garantia em dinheiro a modalidade de garantia escolhida pelo Contratado, deverá ser efetuada em favor do Contratante, em conta específica indicada pela Secretaria de Planejamento do TJPA, com correção monetária.

PARÁGRAFO TERCEIRO. Caso a opção seja por utilizar títulos da dívida pública, estes devem ter sido emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados pelos seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério competente.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO QUARTO. No caso de garantia na modalidade de fiança bancária, deverá ser emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil, e deverá constar expressa renúncia do fiador aos benefícios do artigo 827 do Código Civil.

PARÁGRAFO QUINTO. Na hipótese de opção pelo título de capitalização, a garantia deverá ser custeada por pagamento único, com resgate pelo valor total, sob a modalidade de instrumento de garantia, emitido por sociedades de capitalização regulamente constituídas e autorizadas pelo Governo Federal.

5.1 O título de capitalização deverá ser apresentado ao Contratante juntamente com as condições gerais e o número do processo administrativo sob o qual o plano de capitalização foi aprovado pela Susep (art. 8º, III, da Circular SUSEP nº 656, de 11 de março de 2022).

PARÁGRAFO SEXTO. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, sob pena de não aceitação, o pagamento de:

6.1 prejuízos advindos do não cumprimento do objeto do contrato e do não adimplemento das demais obrigações nele previstas;

6.2 multas moratórias e punitivas aplicadas pela Administração à contratada; e

6.3 obrigações trabalhistas, fiscais e previdenciárias de qualquer natureza e para com o FGTS, não adimplidas pelo Contratado.

PARÁGRAFO SÉTIMO. Em caso de seguro-garantia, a apólice deverá ter cobertura para pagamento direto ao empregado após decisão definitiva em processo administrativo que apure montante líquido e certo a ele devido em razão de inadimplência do Contratado, independentemente de trânsito em julgado de decisão judicial.

PARÁGRAFO OITAVO. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, contado da data de assinatura do termo aditivo ou da emissão do apostilamento, seguindo os mesmos parâmetros utilizados quando da contratação.

PARÁGRAFO NONO. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente em pagamento de qualquer obrigação, o Contratado obriga-se a fazer a respectiva reposição no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, prorrogáveis por igual período, a critério do Contratante, contados da data em que for notificada .

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

11.1 O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

11.2 Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da carta fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.

12.1 A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da Susep.

12.2 A Administração deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.

13.1 Em se tratando de serviços executados com dedicação exclusiva de mão de obra, a garantia somente será liberada ante a comprovação de que o Contratado pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, sendo que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia deverá ser utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS, observada a legislação que rege a matéria;

13.2 Também poderá haver liberação da garantia se a empresa comprovar que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho;

13.3 Por ocasião do encerramento da prestação dos serviços Contratados, a Administração Contratante poderá utilizar o valor da garantia prestada para o pagamento direto aos trabalhadores vinculados ao contrato no caso da não comprovação: (1) do pagamento das respectivas verbas rescisórias ou (2) da realocação dos trabalhadores em outra atividade de prestação de serviços.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Termo de Referência.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista neste Termo de Referência.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA GARANTIA DE RESPONSABILIDADE CIVIL

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A Garantia deverá contemplar a cobertura de riscos, independentemente da modalidade adotada, incluindo os prejuízos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A garantia de responsabilidade civil obedecerá às mesmas regras elencadas no Termo de Referência.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).
- iv) Multa moratória e/ou compensatória, observados os percentuais, bases de cálculo, hipóteses de incidência, critérios de dosimetria, limites mínimo e máximo e vedações de cumulação previstos no item 18 do Termo de Referência, que integra este Contrato para todos os fins.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A aplicação das sanções previstas no Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

58 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO TERCEIRO – Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 7º, §1º da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 7º, da lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO QUARTO – A multa moratória será aplicada quando a CONTRATADA der causa ao atraso injustificado no cumprimento de obrigação contratual com prazo certo, previamente estabelecido no Termo de Referência, no instrumento convocatório, neste Contrato ou formalmente fixado pela fiscalização, observada a contagem, a base de cálculo e o limite previstos no Termo de Referência.

PARÁGRAFO QUINTO – A multa compensatória será aplicada nas hipóteses de inexecução parcial ou total do contrato, inclusive nos casos de posto descoberto, alocação de empregado sem requisito indispensável para o posto, execução sem EPI obrigatório ou inadequado, atraso grave ou reiterado no pagamento de salários e verbas remuneratórias, paralisação da prestação, abandono da execução ou demais hipóteses previstas no Termo de Referência.

PARÁGRAFO SEXTO – É vedada a aplicação de duas multas pelo mesmo fato gerador. Quando o atraso inicialmente caracterizado como mora evoluir para inexecução parcial ou total pelo mesmo fato, a multa moratória poderá ser convertida em compensatória, sem cumulação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – A aplicação de multa não afasta a possibilidade de aplicação cumulativa das demais sanções legal e contratualmente cabíveis, desde que decorrentes de fatos geradores distintos e observados o contraditório, a ampla defesa, a proporcionalidade, a razoabilidade e a dosimetria prevista na IN nº 003/2024-GP/TJPA e na Lei nº 14.133/2021.

PARÁGRAFO OITAVO - Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua notificação (art. 39 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO NONO - Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º da Lei nº 14.133, de 2021).

PARÁGRAFO DÉCIMO - Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data do recebimento da notificação enviada pela autoridade competente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação das sanções realizar-se-á em processo de apuração de responsabilidade que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158, da Lei nº 14.133, de 2021 e na Instrução Normativa n. 03/2024-GP que regulamentou, no



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

âmbito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará - TJPA, o procedimento para apuração e aplicação das penalidades previstas no art. 156 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na aplicação das sanções serão considerados (art. 28 da Instrução Normativa n. 03/2024-GP do TJPA e art. 156, § 1º da Lei nº 14.133, de 2021):

- A) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- B) as peculiaridades do caso concreto;
- C) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- D) os danos que dela provierem para o Contratante;
- E) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei, no art. 159.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia, conforme art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), SICAF e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os débitos do contratado para com a contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, quando este não dispuser de créditos orçamentários para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do CONTRATADO pelo CONTRATANTE nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

PARÁGRAFO QUARTO - A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

PARÁGRAFO QUINTO - Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

PARÁGRAFO SEXTO - O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

18.6.1 Do balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

18.6.2 Da relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

18.6.3 Das indenizações e multas.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

PARÁGRAFO OITAVO - O não pagamento dos salários e das verbas trabalhistas, e o não recolhimento das contribuições sociais, previdenciárias e para com o FGTS poderá dar ensejo à extinção do contrato por ato unilateral e escrito do CONTRATANTE e à aplicação das penalidades cabíveis.

PARÁGRAFO NONO - O CONTRATANTE poderá conceder prazo para que o CONTRATADO regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de extinção contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade de correção.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Quando da extinção, o fiscal administrativo deverá verificar o pagamento pelo CONTRATADO das verbas rescisórias ou os documentos que comprovem que os empregados serão realocados em outra atividade de prestação de serviços, sem que ocorra a interrupção do contrato de trabalho.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Até que o CONTRATADO comprove o disposto no item anterior, o CONTRATANTE reterá:

18.11.1 a garantia contratual - prestada com cobertura para os casos de descumprimento das obrigações de natureza trabalhista e previdenciária, incluídas as verbas rescisórias -, a qual será executada para reembolso dos prejuízos sofridos pela Administração, nos termos da legislação que rege a matéria; e

18.11.2 os valores das Notas fiscais ou Faturas correspondentes em valor proporcional ao inadimplemento, até que a situação seja regularizada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Na hipótese do subitem anterior, não havendo quitação das obrigações por parte do contratado no prazo de 15 (quinze) dias, fica o CONTRATADO obrigado a emitir as guias de recolhimento de contribuições previdenciárias e do FGTS e entregá-las ao CONTRATANTE, que poderá efetuar o pagamento das obrigações inadimplidas diretamente aos empregados que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, deduzindo o respectivo valor do pagamento devido ao contratado.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - O CONTRATANTE poderá ainda:

18.13.1 nos casos de obrigação de pagamento de multa pelo CONTRATADO, reter a garantia prestada a ser executada, conforme legislação que rege a matéria; e

18.13.2 nos casos em que houver necessidade de ressarcimento de prejuízos causados à Administração, nos termos do inciso IV do art. 139 da Lei n.º 14.133, de 2021, reter os eventuais créditos existentes em favor do CONTRATADO decorrentes do contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - O contrato poderá ser extinto caso se constate que o CONTRATADO mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação, ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - O contrato poderá ser extinto em caso de alteração da convenção coletiva de trabalho em que se baseia a planilha de custos e formação de preços contratuais, em razão de erro ou fraude no enquadramento sindical de que resulte a necessidade de repactuação ou imposição de ônus financeiro para a Administração Contratante, em cumprimento de decisão judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DAS ALTERAÇÕES

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O CONTRATADO é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da assessoria jurídica do CONTRATANTE, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

PARÁGRAFO QUARTO - Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes desta contratação serão custeadas com recursos da dotação orçamentária própria do CONTRATANTE, conforme discriminação a seguir:

- Unidade Gestora (UG): 040102 – Tribunal de Justiça do Estado do Pará – Fundo de Reaparelhamento Judicial – Secretaria de Administração.
- Ação Orçamentária: 04.102.02.122.1421.8193/8195 - Operacionalização das Ações Administrativas do Poder Judiciário - 1º Grau / Apoio Indireto à Atividade
- Elemento de Despesa: 3.3.90.37.00.00.00.00 - LOCAÇÃO DE MAO-DE-OBRA
- Fonte de Recurso: 1759 - Recursos Próprios FRJ e FRC

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DOS MEIOS ALTERNATIVOS DE SOLUÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

Observado o disposto na cláusula anterior, permanecendo o conflito de interesse, as partes se comprometem a buscar soluções amigáveis e consensuais para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No prazo de 10 (dez) dias, contados de sua assinatura, o extrato do contrato deverá ser publicado pelo Tribunal de Justiça do Estado do Pará, no Diário Oficial do Estado.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 7º, § 3º, inciso V, do Decreto nº 7.724, de 2012.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
COORDENADORIA DE CONVÊNIOS E CONTRATOS

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA– DO FORO

Fica eleito o foro de Belém, capital do Estado do Pará, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Contrato, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/2021.

E, por estarem assim justos e contratados, firmam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que subscrevem depois de lido e achado conforme.

Belém/PA, de de 2026

MAURÍCIO CRISPINO GOMES

Secretário de Administração do TJPA

Representante legal do
CONTRATADO